

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	14
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	16
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	19
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	20
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	22
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	23
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	24
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	25
--------------------------	----

Notas Explicativas	35
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	129
--	-----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	130
---	-----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	131
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	132
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	133
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	755.993.938
Preferenciais	1.058.567.972
Total	1.814.561.910
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	12.278.787	11.772.144
1.01	Ativo Circulante	959.520	985.232
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	295.037	68.423
1.01.02	Aplicações Financeiras	437.156	710.030
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	437.156	710.030
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	437.156	710.030
1.01.03	Contas a Receber	43.470	40.640
1.01.03.01	Clientes	43.470	40.640
1.01.04	Estoques	293	183
1.01.06	Tributos a Recuperar	69.585	99.837
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	113.979	66.119
1.01.08.03	Outros	113.979	66.119
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	1.289	10.614
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	78.959	15.756
1.01.08.03.04	Títulos de crédito a receber	25	76
1.01.08.03.05	Outros créditos	33.706	39.673
1.02	Ativo Não Circulante	11.319.267	10.786.912
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.967.503	2.562.022
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.791.429	1.776.332
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.018.097	668.380
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	157.977	117.310
1.02.01.10.04	Depósitos e cauções vinculados	682	382
1.02.01.10.06	Tributos a recuperar	95.275	35.427
1.02.01.10.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	19.481
1.02.01.10.08	Outros Créditos	62.020	62.020
1.02.02	Investimentos	8.261.645	8.134.958
1.02.02.01	Participações Societárias	8.261.645	8.134.958
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	8.195.729	8.061.348
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	65.916	73.610
1.02.03	Imobilizado	61.383	63.922
1.02.04	Intangível	28.736	26.010
1.02.04.01	Intangíveis	28.736	26.010

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	12.278.787	11.772.144
2.01	Passivo Circulante	2.225.602	1.693.066
2.01.02	Fornecedores	1.567	17.462
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.799.246	1.132.641
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	772.015	163.257
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	546.536	0
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	225.479	163.257
2.01.04.02	Debêntures	1.027.231	969.384
2.01.05	Outras Obrigações	424.789	542.963
2.01.05.02	Outros	424.789	542.963
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.336	78.839
2.01.05.02.04	Encargos de dívidas	20.606	11.933
2.01.05.02.05	Obrigações estimadas	12.559	9.949
2.01.05.02.06	Benefícios pós emprego	2.127	2.127
2.01.05.02.07	Impostos e contribuições sociais a recolher	19.445	13.021
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos	303.826	350.243
2.01.05.02.10	Arrendamentos operacionais	63	112
2.01.05.02.11	Outros passivos	64.827	76.739
2.02	Passivo Não Circulante	3.931.852	4.380.820
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.492.713	3.178.764
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	150.000	613.133
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	150.000	449.875
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	163.258
2.02.01.02	Debêntures	2.342.713	2.565.631
2.02.02	Outras Obrigações	1.121.976	883.421
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	314.946	0
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	314.946	0
2.02.02.02	Outros	807.030	883.421
2.02.02.02.04	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	119	3.164
2.02.02.02.05	Benefícios pós emprego	9.749	8.686
2.02.02.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	608.777	701.541
2.02.02.02.10	Arrendamentos Operacionais	590	607
2.02.02.02.11	Impostos e contribuições sociais a recolher	746	564
2.02.02.02.12	Outros Passivos	187.049	168.859
2.02.03	Tributos Diferidos	317.163	318.635
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	317.163	318.635
2.03	Patrimônio Líquido	6.121.333	5.698.258
2.03.01	Capital Social Realizado	3.363.685	3.363.685
2.03.02	Reservas de Capital	339.733	347.523
2.03.02.07	Custo com emissões de ações	-65.723	-65.723
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	405.456	413.246
2.03.04	Reservas de Lucros	2.290.754	2.332.052
2.03.04.01	Reserva Legal	229.611	229.611
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.061.143	2.061.143
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	41.298
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	472.163	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-345.002	-345.002

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	55.299	112.011	55.383	102.418
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-30.052	-58.223	-235	-27.226
3.02.01	Pessoal e administradores	-25.522	-49.885	9	-22.008
3.02.02	Benefícios pós emprego	-409	-817	-358	-718
3.02.03	Material	-140	-449	14	-243
3.02.04	Serviços de Terceiros	-3.110	-5.191	43	-2.606
3.02.05	Amortização e Depreciação	-557	-1.115	43	-1.554
3.02.06	Outras Despesas	-314	-766	14	-97
3.03	Resultado Bruto	25.247	53.788	55.148	75.192
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	178.582	330.256	166.448	435.704
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-13.226	-27.616	-43.957	-55.218
3.04.02.02	Pessoal e administradores	-3.647	-8.774	-26.712	-28.191
3.04.02.03	Benefícios pós emprego	1.444	854	-473	-885
3.04.02.04	Material	-498	-805	-393	-662
3.04.02.05	Serviços Terceiros	-7.462	-14.327	-13.272	-20.721
3.04.02.06	Amortização e Depreciação	-2.575	-4.950	-2.451	-3.258
3.04.02.07	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	802	3.063	-40	-85
3.04.02.08	Outras	-1.290	-2.677	-616	-1.416
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	44	88
3.04.04.02	Outros	0	0	44	88
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-29	0	0
3.04.05.02	Outras despesas	0	-29	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	191.808	357.901	210.361	490.834
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	203.829	384.044	221.596	510.896
3.06	Resultado Financeiro	-307.698	82.927	-258.694	-432.317
3.06.01	Receitas Financeiras	38.560	95.610	53.483	107.463
3.06.01.01	Receita de aplicação financeira	14.669	53.679	39.236	82.139
3.06.01.02	Receita de atualização de mútuos	18.011	31.199	9.532	15.702

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
3.06.01.03	Receita de aval	7.471	14.528	6.398	13.003
3.06.01.04	Tributos sobre receitas financeiras	-2.009	-4.911	-2.677	-5.400
3.06.01.05	Outros receitas financeiras	418	1.115	994	2.019
3.06.02	Despesas Financeiras	-346.258	-12.683	-312.177	-539.780
3.06.02.01	Encargos e dívidas - juros	-63.614	-131.252	-133.528	-223.371
3.06.02.02	Marcação a mercado derivativos	-304.665	141.631	-183.829	-308.443
3.06.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	26.115	117.911	-7.105	1.408
3.06.02.04	Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	-1.374	-128.394	25.222	0
3.06.02.05	Despesas bancárias	-146	-242	-103	-273
3.06.02.07	Despesas de aval	-3.130	-6.261	-3.049	-6.099
3.06.02.08	Atualização de mútuos	-2.783	-2.783	-116	-226
3.06.02.09	Marcação a mercado da dívida	3.421	-2.381	-9.639	-2.613
3.06.02.10	Outras despesas financeiras	-82	-912	-30	-163
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-103.869	466.971	-37.098	78.579
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-712	1.471	6.145	3.990
3.08.02	Diferido	-712	1.471	6.145	3.990
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-104.581	468.442	-30.953	82.569
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-104.581	468.442	-30.953	82.569
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,05760	0,25820	-0,02672	0,04550
3.99.01.02	PN	-0,05760	0,25820	-0,02672	0,04550
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,05760	0,25820	-0,02672	0,04550
3.99.02.02	PN	-0,05760	0,25820	-0,02672	0,04550

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	-104.581	468.442	-30.953	82.569
4.03	Resultado Abrangente do Período	-104.581	468.442	-30.953	82.569

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-11.437	-10.846
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	21.648	16.345
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	468.442	82.569
6.01.01.03	Despesas com juros, var.monet. e cambiais - líquidas	163.045	112.822
6.01.01.04	Resultado de equivalência patrimonial	-357.901	-490.834
6.01.01.05	Amortização e Depreciação	6.065	4.812
6.01.01.08	Imposto de renda e contribuição social	-1.471	-3.990
6.01.01.09	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	162	85
6.01.01.10	Instrumentos financeiros derivativos	-117.911	-1.408
6.01.01.11	Marcação a mercado de derivativos	-141.631	308.443
6.01.01.12	Marcação a mercado das dívidas	2.381	2.613
6.01.01.13	(Ganho) Perda na alienação de bens do ativo	29	-88
6.01.01.14	Programa de remuneração variável (ILP)	438	1.321
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-33.085	-27.191
6.01.02.01	(Aumento) de clientes	-2.830	-12.526
6.01.02.02	(Aumento) diminuição de cauções e depósitos vinculados	-300	-13
6.01.02.03	Aumento (diminuição) de estoques	-110	21
6.01.02.04	(Aumento) de tributos a recuperar	-29.596	-17.313
6.01.02.05	Diminuição Títulos e créditos a receber	51	72
6.01.02.07	Diminuição de outros créditos	20.466	9.904
6.01.02.08	(Diminuição) de fornecedores	-15.895	-1.663
6.01.02.10	Aumento de impostos e contribuições sociais	6.605	2.465
6.01.02.11	Aumento de obrigações estimadas	2.610	2.526
6.01.02.14	Processos trabalhistas, cíveis e fiscais pagos	-3.225	0
6.01.02.15	(Diminuição) de outras contas a pagar	-10.861	-10.664
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	556.631	-210.276
6.02.01	Aumento de capital e compra de ações de subsidiárias e outros investimentos	-2.084	-660.246
6.02.02	Aquisição de ativo imobilizado	-383	-6.405
6.02.03	Aplicações no intangível	-5.869	-3.400
6.02.04	Recebimento de dividendos	255.012	667.982
6.02.05	Aplicações Financeiras e recursos vinculados	311.456	-47.720
6.02.06	Ágio pago na aquisição de controladas	-1.501	0
6.02.07	Alienação de bens do imobilizado e intangível	0	58
6.02.08	Partes relacionadas	0	-160.545
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-318.580	-77.090
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos obtidos	309.152	799.482
6.03.03	Pagamento de empréstimos , debentures - principal	-452.421	-395.385
6.03.04	Pagamento de empréstimos , debentures - juros	-129.531	-139.791
6.03.05	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	76.568	11.759
6.03.06	Pagamentos de dividendos	-115.923	-290.005
6.03.08	Partes relacionadas	-6.355	0
6.03.10	Aquisição de participação adicional de não controladores	0	-63.099
6.03.11	Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil	-70	-51
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	226.614	-298.212
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	68.423	313.687

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	295.037	15.475

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.363.685	347.523	2.332.052	0	-345.002	5.698.258
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.363.685	347.523	2.332.052	0	-345.002	5.698.258
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-7.790	-41.298	3.721	0	-45.367
5.04.08	Novas aquisições de ações de controladas	0	-2.009	0	0	0	-2.009
5.04.09	Dividendos prescritos	0	0	0	3.721	0	3.721
5.04.10	Pagamento de Dividendos Adicionais	0	0	-41.298	0	0	-41.298
5.04.11	Valor investimento PUT	0	-7.765	0	0	0	-7.765
5.04.12	Programa de remuneração variável - ILP	0	1.984	0	0	0	1.984
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	468.442	0	468.442
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	468.442	0	468.442
5.07	Saldos Finais	3.363.685	339.733	2.290.754	472.163	-345.002	6.121.333

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.363.685	194.729	2.053.299	0	-223.572	5.388.141
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.363.685	194.729	2.053.299	0	-223.572	5.388.141
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	133.702	-5.346	0	0	128.356
5.04.08	Novas aquisições de ações de controladas	0	58.126	0	0	0	58.126
5.04.09	Transações de capital - instrumento financeiro MTM - reflexo	0	-6.362	0	0	0	-6.362
5.04.10	Pagamento de Dividendos Adicionais	0	0	-5.346	0	0	-5.346
5.04.11	Valor investimento PUT	0	77.566	0	0	0	77.566
5.04.12	Programa de remuneração variável - ILP	0	1.321	0	0	0	1.321
5.04.13	Reserva de Incentivos Fiscais-Reinvestimento	0	3.051	0	0	0	3.051
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	82.569	0	82.569
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	82.569	0	82.569
5.07	Saldos Finais	3.363.685	328.431	2.047.953	82.569	-223.572	5.599.066

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
7.01	Receitas	126.739	116.142
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	126.739	116.054
7.01.02	Outras Receitas	0	88
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-19.079	-25.138
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-20.771	-24.232
7.02.04	Outros	1.692	-906
7.03	Valor Adicionado Bruto	107.660	91.004
7.04	Retenções	-6.065	-4.812
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.065	-4.812
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	101.595	86.192
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	458.422	603.697
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	357.901	490.834
7.06.02	Receitas Financeiras	100.521	112.863
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	560.017	689.889
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	560.017	689.889
7.08.01	Pessoal	50.577	44.512
7.08.01.01	Remuneração Direta	37.807	33.235
7.08.01.02	Benefícios	9.932	8.608
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.838	2.669
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	26.522	22.512
7.08.02.01	Federais	23.208	19.437
7.08.02.02	Estaduais	160	0
7.08.02.03	Municipais	3.154	3.075
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	14.476	540.296
7.08.03.01	Juros	12.683	539.780
7.08.03.02	Aluguéis	1.793	516
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	468.442	82.569
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	468.442	82.569

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	42.058.353	39.319.814
1.01	Ativo Circulante	11.219.206	9.858.353
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.083.902	663.103
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.769.054	2.016.399
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.769.054	2.016.399
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	1.769.054	2.016.399
1.01.03	Contas a Receber	3.476.469	3.783.469
1.01.03.01	Clientes	3.476.469	3.783.469
1.01.03.01.01	Clientes, consumidores e concessionárias	3.476.469	3.783.469
1.01.04	Estoques	162.615	122.975
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.075.638	1.021.209
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.075.638	1.021.209
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.651.528	2.251.198
1.01.08.03	Outros	2.651.528	2.251.198
1.01.08.03.01	Títulos de crédito a receber	15.255	16.116
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	649.629	186.303
1.01.08.03.03	Ativos financeiros setoriais	1.113.999	1.175.623
1.01.08.03.04	Concessão do serviço público- ativo de contrato	36.387	0
1.01.08.03.06	Outros créditos	836.258	873.156
1.02	Ativo Não Circulante	30.839.147	29.461.461
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	14.000.282	12.780.327
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	368.967	356.795
1.02.01.04	Contas a Receber	1.101.338	1.050.572
1.02.01.04.01	Clientes, consumidores e concessinárias	1.101.338	1.050.572
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	12.529.977	11.372.960
1.02.01.10.03	Títulos de créditos a receber	8.544	10.457
1.02.01.10.04	Tributos a recuperar	1.383.593	1.022.230
1.02.01.10.05	Créditos tributários	1.561.069	1.449.351
1.02.01.10.06	Depósitos e cauções vinculados	610.049	576.694
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros derivativos	1.262.585	1.004.467
1.02.01.10.08	Ativo financeiro indenizável da concessão	5.384.431	5.130.960
1.02.01.10.09	Ativos financeiros setoriais	761.147	913.347
1.02.01.10.10	Concessão do serviço público- ativo de contrato	1.159.976	957.074
1.02.01.10.11	Outros créditos	398.583	308.380
1.02.02	Investimentos	77.428	86.730
1.02.02.01	Participações Societárias	77.428	86.730
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	77.428	86.730
1.02.03	Imobilizado	352.660	284.567
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	352.660	284.567
1.02.04	Intangível	16.408.777	16.309.837
1.02.04.01	Intangíveis	16.408.777	16.309.837
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	14.554.105	14.635.288
1.02.04.01.03	Ativo Contratual - Infra-estrutura em construção	1.658.498	1.468.913
1.02.04.01.04	Outros Intangíveis	196.174	205.636

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	42.058.353	39.319.814
2.01	Passivo Circulante	10.561.021	7.534.377
2.01.02	Fornecedores	1.643.691	1.988.149
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	5.661.295	2.510.045
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.336.266	1.342.978
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.763.892	730.430
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.572.374	612.548
2.01.04.02	Debêntures	2.325.029	1.167.067
2.01.05	Outras Obrigações	3.256.035	3.036.183
2.01.05.02	Outros	3.256.035	3.036.183
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.870	127.582
2.01.05.02.04	Parcelamento de impostos	24.579	17.555
2.01.05.02.05	Obrigações estimadas	122.123	106.114
2.01.05.02.07	Taxa de iluminação pública	101.923	105.010
2.01.05.02.08	Benefícios pós-emprego	72.416	72.416
2.01.05.02.09	Encargos de dívidas	118.915	70.813
2.01.05.02.10	Encargos setoriais	314.374	245.903
2.01.05.02.11	Impostos e contribuições sociais a recolher	982.130	640.023
2.01.05.02.12	Passivos financeiros setoriais	723.510	659.380
2.01.05.02.16	Incorporação de redes	69.431	48.239
2.01.05.02.18	Instrumento financeiros derivativos	346.035	466.128
2.01.05.02.19	Arrendamentos operacionais	13.706	22.407
2.01.05.02.20	Outros passivos	364.023	454.613
2.02	Passivo Não Circulante	24.585.439	25.323.217
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	13.467.829	14.607.749
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	6.259.947	6.836.190
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	4.359.321	4.102.108
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.900.626	2.734.082
2.02.01.02	Debêntures	7.207.882	7.771.559
2.02.02	Outras Obrigações	6.530.594	6.252.361
2.02.02.02	Outros	6.530.594	6.252.361
2.02.02.02.03	Fornecedores	103.431	100.025
2.02.02.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	804.269	906.341
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições sociais a recolher	548.416	472.923
2.02.02.02.06	Parcelamentos de impostos	61.941	33.412
2.02.02.02.07	Benefício pós-emprego	699.432	678.297
2.02.02.02.08	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	2.110.701	2.169.725
2.02.02.02.11	Passivos financeiros setoriais	293.552	360.048
2.02.02.02.13	Encargos setoriais	252.921	240.741
2.02.02.02.14	Incorporação de redes	147.981	150.283
2.02.02.02.15	Arrendamentos operacionais	35.144	30.061
2.02.02.02.16	Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	998.606	658.796
2.02.02.02.17	Outros Passivos	474.200	451.709
2.02.03	Tributos Diferidos	4.587.016	4.463.107

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.587.016	4.463.107
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	6.911.893	6.462.220
2.03.01	Capital Social Realizado	3.363.685	3.363.685
2.03.02	Reservas de Capital	339.733	347.523
2.03.02.07	Custo com emissão de ações	-65.723	-65.723
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	405.456	413.246
2.03.04	Reservas de Lucros	2.290.754	2.332.052
2.03.04.01	Reserva Legal	229.611	229.611
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.061.143	2.061.143
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	41.298
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	472.163	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-345.002	-345.002
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	790.560	763.962

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.398.712	9.181.026	4.702.984	9.467.069
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.816.529	-7.845.394	-3.902.507	-7.891.995
3.02.01	Energia elétrica comprada p/revenda	-2.115.238	-4.438.245	-2.297.114	-4.901.667
3.02.02	Encargos uso sistema transm.e distribuição	-298.186	-611.678	-269.038	-528.155
3.02.03	Pessoal e administradores	-233.291	-483.706	-216.956	-475.317
3.02.04	Benefícios pós emprego	-2.995	-6.924	-7.230	-13.926
3.02.05	Material	-26.882	-65.587	-31.015	-60.564
3.02.06	Serviços de terceiros	-141.685	-299.107	-136.367	-272.674
3.02.07	Amortização e depreciação	-267.935	-537.300	-236.779	-506.605
3.02.08	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	1.677	1.953	37.336	37.732
3.02.09	Custo de construção	-472.229	-997.496	-637.889	-956.545
3.02.11	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-244.864	-370.926	-89.692	-173.565
3.02.12	Outras	-14.901	-36.378	-17.763	-40.709
3.03	Resultado Bruto	582.183	1.335.632	800.477	1.575.074
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-154.971	-360.855	-249.975	-497.367
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-148.404	-303.807	-246.209	-461.055
3.04.02.01	Pessoal	-51.071	-112.251	-127.858	-196.012
3.04.02.02	Benefícios pós emprego	-5.257	-15.417	-10.624	-20.516
3.04.02.03	Material	-11.948	-24.962	-11.216	-22.237
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-36.669	-73.107	-61.425	-111.907
3.04.02.05	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	17.674	70.362	37.691	24.134
3.04.02.06	Amortização e depreciação	-32.267	-63.921	-31.702	-62.410
3.04.02.07	Outras	-28.866	-84.511	-41.075	-72.107
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	5.793	9.980	22.936	71.724
3.04.04.01	Ganho/Perda de Alienação	5.793	9.980	22.936	38.391
3.04.04.02	Alienação de Ações	0	0	0	33.333
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-12.360	-67.028	-26.702	-108.036
3.04.05.01	Ganho/Perda de Alienação	-17.825	-39.555	-33.909	-60.873

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
3.04.05.02	Custo de Ações alienadas	0	0	0	-24.993
3.04.05.03	MTM comercialização de energia	8.022	-22.056	9.697	-16.988
3.04.05.04	Outras	-2.557	-5.417	-2.490	-5.182
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	427.212	974.777	550.502	1.077.707
3.06	Resultado Financeiro	-441.985	-317.887	-468.574	-701.774
3.06.01	Receitas Financeiras	193.455	339.621	275.224	457.042
3.06.01.01	Receitas de aplicação financeira	24.272	42.701	37.414	93.420
3.06.01.02	Variação monetária e acresc.moratorio de energia	74.382	154.791	79.940	157.158
3.06.01.04	Juros recebidos/selic	4.379	13.370	313	7.188
3.06.01.05	Atualização depósito judicial	7.296	14.154	2.797	7.061
3.06.01.08	Atualização financeira de ativos setoriais	10.114	19.273	9.638	38.279
3.06.01.09	Tributos sobre receitas financeiras	-9.797	-20.652	-21.137	-30.814
3.06.01.10	Atualização sobre os efeitos da Redução do ICMS na base do Pis e Cofins	70.184	75.840	90.878	90.878
3.06.01.11	Outras receitas financeiras	12.625	40.144	75.381	93.872
3.06.02	Despesas Financeiras	-635.440	-657.508	-743.798	-1.158.816
3.06.02.01	Encargos dívidas - juros	-222.524	-451.515	-302.815	-566.719
3.06.02.02	Encargos dividas - var monetaria e cambial	-197.415	-1.302.364	44.201	-29.059
3.06.02.03	(-) Transferência p/ordens em curso	2.880	8.949	1.250	2.551
3.06.02.04	Ajuste valor presente de ativos	6.930	14.931	-4.791	-1.233
3.06.02.05	Marcação a mercado derivativos	-187.465	172.699	-15.192	-217.791
3.06.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	233.990	1.257.176	-78.307	-5.530
3.06.02.07	Atualização PEE e P&D	-1.697	-4.097	-4.818	-8.848
3.06.02.08	Despesas bancárias	-3.656	-6.834	-2.646	-6.453
3.06.02.10	Atualização contingências	-2.436	-12.004	-20.619	-37.476
3.06.02.11	Marcação a mercado da dívida	-113.339	-33.108	-177.940	-92.913
3.06.02.12	Atualização financeira de passivos setoriais	-4.171	-9.144	-6.261	-15.951
3.06.02.13	Despesa de aval	-3.130	-6.261	-3.049	-6.099
3.06.02.14	Atualização sobre os efeitos da Redução do ICMS na base do Pis e Cofins	-70.184	-75.840	-90.878	-90.878

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
3.06.02.15	Outras despesas financeiras	-73.223	-210.096	-81.933	-82.417
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-14.773	656.890	81.928	375.933
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-73.201	-163.158	-90.788	-256.019
3.08.01	Corrente	-81.986	-150.967	-121.024	-242.293
3.08.02	Diferido	8.785	-12.191	30.236	-13.726
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-87.974	493.732	-8.860	119.914
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-87.974	493.732	-8.860	119.914
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-104.581	468.442	-30.953	82.569
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	16.607	25.290	22.093	37.345
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,05760	0,25820	-0,02672	0,04550
3.99.01.02	PN	-0,05760	0,25820	-0,02672	0,04550
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,05760	0,25820	-0,02672	0,04550
3.99.02.02	PN	-0,05760	0,25820	-0,02672	0,04550

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-87.974	493.732	-8.860	119.914
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-87.974	493.732	-8.860	119.914
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-104.581	468.442	-30.953	82.569
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	16.607	25.290	22.093	37.345

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.777.163	1.075.777
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.879.145	1.606.529
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	493.732	119.914
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	163.158	256.019
6.01.01.03	Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	1.723.945	513.560
6.01.01.04	Amortização e Depreciação	601.221	569.015
6.01.01.05	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	370.926	173.565
6.01.01.06	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	-22.743	-61.866
6.01.01.07	Valor residual de ativos permanentes baixados	29.575	22.482
6.01.01.08	Marcação a mercado das dívidas	33.108	92.913
6.01.01.09	Marcação a mercado de derivativos	-172.699	217.791
6.01.01.10	Instrumentos financeiros derivativos	-1.257.176	5.530
6.01.01.11	Ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-65.529	-117.826
6.01.01.12	Programa de remuneração variável (ILP)	2.101	1.385
6.01.01.13	Marcação a Mercado dos contratos de compra / venda de energia comercializada	22.056	16.988
6.01.01.14	Remuneração do Ativo de Contrato	-42.530	-162.941
6.01.01.16	Provisão para ajuste a valor de realização de créditos a receber	0	-40.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-101.982	-530.752
6.01.02.01	(Aumento) de consumidores e concessionárias	-81.613	-523.357
6.01.02.02	Diminuição de ativos financeiros setoriais	305.329	155.972
6.01.02.03	Diminuição de títulos e créditos a receber	2.753	3.073
6.01.02.04	(Aumento) de estoques	-39.640	-16.594
6.01.02.05	(Aumento) de tributos a recuperar	-72.301	-135.942
6.01.02.06	(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	-19.201	-32.272
6.01.02.08	(Aumento) Diminuição de outros créditos	-124.389	27.345
6.01.02.10	(Diminuição) Aumento de fornecedores	-250.677	99.740
6.01.02.12	Aumento de tributos e contribuições sociais	390.835	221.109
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social pagos	-113.087	-182.759
6.01.02.15	Aumento de obrigações estimadas	16.009	21.846
6.01.02.17	(Diminuição) de passivos financeiros setoriais	-83.742	-172.586
6.01.02.19	Processos trabalhistas, cíveis e fiscais pagos	-60.893	0
6.01.02.20	Aumento de outras contas a pagar	28.635	3.673
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-941.648	-223.379
6.02.01	Aumento de outros investimentos	-1.501	0
6.02.02	Aplicações no imobilizado	-88.084	-23.972
6.02.03	Aplicações no intangível	-1.042.445	-1.030.881
6.02.04	Aplicações em linhas de transmissão de energia	-132.227	-131.034
6.02.05	Aplicação Financeira e recursos vinculadas	277.874	909.106
6.02.06	Alienação de bens do imobilizado e intangível	44.735	47.380
6.02.09	Pagamentos pela combinação de negócios	0	-5.717
6.02.10	Caixa e equivalente de caixa adquirido na combinação de negócios	0	11.739

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	585.284	-737.836
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos obtidos	3.277.750	2.342.535
6.03.02	Pagamento de empréstimos, debêntures - principal	-2.622.738	-1.514.776
6.03.03	Pagamento de empréstimos, debêntures - juros	-382.567	-459.074
6.03.04	Parcelamento de impostos	-9.361	-20.269
6.03.05	Pagamento parcelamento de fornecedores	0	-60.442
6.03.06	Novos parcelamentos de impostos	44.914	0
6.03.07	Pagamento de dividendos	-163.769	-274.256
6.03.08	Pagamento de incorporação de redes	-16.091	-47.610
6.03.09	Parcelamento de encargos setoriais	0	-29.513
6.03.10	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	464.139	12.186
6.03.13	Aquisição de participação adicional de não controladores	0	-63.099
6.03.14	Liquidação Opção de venda de ações Rede Energia Participações	0	-614.296
6.03.15	Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil	-6.993	-9.222
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.420.799	114.562
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	663.103	706.738
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.083.902	821.300

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.363.685	347.523	2.332.052	0	-345.002	5.698.258	763.962	6.462.220
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.363.685	347.523	2.332.052	0	-345.002	5.698.258	763.962	6.462.220
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-7.790	-41.298	3.721	0	-45.367	1.308	-44.059
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-637	-637
5.04.08	Pagamento de Dividendos Adicionais	0	0	-41.298	0	0	-41.298	0	-41.298
5.04.10	Valor investimento PUT	0	-7.765	0	0	0	-7.765	0	-7.765
5.04.11	Novas aquisições de ações de controladas	0	-2.009	0	0	0	-2.009	1.790	-219
5.04.12	Programa de remuneração variável (ILP)	0	1.984	0	0	0	1.984	117	2.101
5.04.15	Dividendos Prescritos	0	0	0	3.721	0	3.721	38	3.759
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	468.442	0	468.442	25.290	493.732
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	468.442	0	468.442	25.290	493.732
5.07	Saldos Finais	3.363.685	339.733	2.290.754	472.163	-345.002	6.121.333	790.560	6.911.893

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.363.685	194.729	2.053.299	0	-223.572	5.388.141	659.387	6.047.528
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.363.685	194.729	2.053.299	0	-223.572	5.388.141	659.387	6.047.528
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	133.702	-5.346	0	0	128.356	-10.820	117.536
5.04.08	Pagamento de Dividendos Adicionais	0	0	-5.346	0	0	-5.346	-26.206	-31.552
5.04.09	Transações de capital - instrumento financeiro MTM - reflexo	0	-6.362	0	0	0	-6.362	-3	-6.365
5.04.10	Valor investimento PUT	0	77.566	0	0	0	77.566	0	77.566
5.04.11	Novas aquisições de ações de controladas	0	58.126	0	0	0	58.126	6.582	64.708
5.04.12	Programa de remuneração variável (ILP)	0	1.321	0	0	0	1.321	64	1.385
5.04.13	Reserva de Incentivos fiscais-Reinvestimento	0	3.051	0	0	0	3.051	0	3.051
5.04.14	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	0	0	0	0	0	8.743	8.743
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	82.569	0	82.569	37.345	119.914
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	82.569	0	82.569	37.345	119.914
5.07	Saldos Finais	3.363.685	328.431	2.047.953	82.569	-223.572	5.599.066	685.912	6.284.978

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
7.01	Receitas	13.328.594	14.076.252
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	12.634.171	13.054.931
7.01.02	Outras Receitas	9.980	71.724
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.055.369	1.123.160
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-370.926	-173.563
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.107.981	-7.477.929
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-5.544.463	-5.957.271
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-474.787	-480.762
7.02.04	Outros	-1.088.731	-1.039.896
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.220.613	6.598.323
7.04	Retenções	-601.221	-569.010
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-601.221	-569.010
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.619.392	6.029.313
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	360.273	483.632
7.06.02	Receitas Financeiras	360.273	483.632
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.979.665	6.512.945
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.979.665	6.512.945
7.08.01	Pessoal	548.003	612.309
7.08.01.01	Remuneração Direta	359.256	412.443
7.08.01.02	Benefícios	154.067	132.267
7.08.01.03	F.G.T.S.	34.680	67.599
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.263.755	4.617.450
7.08.02.01	Federais	1.776.012	2.186.164
7.08.02.02	Estaduais	2.472.506	2.417.884
7.08.02.03	Municipais	15.237	13.402
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	674.175	1.163.272
7.08.03.01	Juros	666.457	1.157.141
7.08.03.02	Aluguéis	7.718	6.131
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	493.732	119.914
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	468.442	82.569
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	25.290	37.345

Comentário do Desempenho

Energisa S/A | Resultados do 2º trimestre de 2020

Cataguases, 13 de agosto de 2020 - A administração da Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”) apresenta os resultados do segundo trimestre (2T20) e dos primeiros seis meses de 2020 (6M20).

Destaques

Em trimestre muito afetado pela crise COVID-19, os segmentos rural e residencial do mercado faturado mostram resiliência

- ✓ **Energisa apresenta Lucro Líquido consolidado no 1º semestre de 2020 de R\$ 493,7 milhões**, 311,7% acima do 6M19. Desconsiderando efeitos não recorrentes, incluindo a marcação a mercado dos bônus de subscrição da 7ª emissão de debêntures, o lucro líquido seria de R\$ 311,5 milhões ou 1,7% abaixo do lucro líquido ajustado sem efeitos não recorrentes do primeiro semestre de 2019;
- ✓ **No 2T20 foi apresentado um prejuízo líquido consolidado de R\$ 88,0 milhões**, redução de R\$ 79,1 milhões ante o prejuízo de R\$ 8,9 milhões registrados no 2T19. Desconsiderando efeitos não recorrentes, incluindo a marcação a mercado dos bônus de subscrição da 7ª emissão de debêntures, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 160,6 milhões no trimestre ou 25,9% acima do mesmo trimestre do ano anterior;
- ✓ **EBITDA Ajustado Consolidado** totalizou R\$ 801,8 milhões no 2T20, redução de 10,8% (R\$ 97,1 milhões) em relação ao mesmo período de 2019. No semestre, o EBITDA Ajustado Consolidado reduziu 4,1% (R\$ 73,1 milhões) ante o mesmo período do ano anterior para R\$ 1.730,8 milhões;
- ✓ **Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras** cresceram R\$ 61,2 milhões no trimestre, atingindo R\$ 4.221,9 milhões em junho 2020, contra R\$ 4.160,7 milhões em março de 2020;
- ✓ **Dívida líquida consolidada** totalizou R\$ 13.922,3 milhões em junho de 2020, contra R\$ R\$ 13.699,5 milhões em março de 2020. A relação dívida líquida por EBITDA Ajustado ficou em 3,7 vezes;
- ✓ **Investimentos consolidados** de R\$ 671,5 milhões no 2T20, redução de 11,0% (R\$ 82,6 milhões) em relação ao mesmo período ano anterior.

Descrição	Trimestre			Acumulado		
	2T20	2T19	Var. %	6M20	6M19	Var. %
Indicadores Financeiros - R\$ milhões						
Receita Operacional Bruta	6.540,4	7.042,9	- 7,1	13.671,4	14.178,5	- 3,6
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	3.873,7	4.019,3	- 3,6	8.078,7	8.346,5	- 3,2
Custos e despesas controláveis	779,1	676,2	+ 15,2	1.500,6	1.397,7	+ 7,4
EBITDA	727,4	819,0	- 11,2	1.576,0	1.646,7	- 4,3
EBITDA Ajustado	801,8	898,9	- 10,8	1.730,8	1.803,9	- 4,1
Lucro (Prejuízo) Líquido	(88,0)	(8,9)	- 892,9	493,7	119,9	+ 311,7
Endividamento Líquido ⁽¹⁾	13.922,3	11.869,3	+ 17,3	13.922,3	11.869,3	+ 17,3
Investimentos	671,5	754,1	- 11,0	1.386,6	1.299,2	+ 6,7
Indicadores Operacionais Consolidados						
Energia vendida mercado cativo faturado (GWh)	7.030,8	7.388,4	- 4,8	14.755,6	14.976,7	- 1,5
Mercado cativo + TUSD faturado (GWh)	8.387,4	8.817,7	- 4,9	17.640,5	17.844,8	- 1,1
Mercado cativo + TUSD + não faturado (GWh)	8.155,7	8.782,4	- 7,1	17.435,1	17.845,0	- 2,3
Número de Consumidores Totais	7.902.722	7.754.693	+ 1,9	7.902.722	7.754.693	+ 1,9
Número de Colaboradores Próprios	14.777	14.183	+ 4,2	14.777	14.183	+ 4,2
Força de Trabalho (colaboradores próprios + terceirizados) ⁽²⁾	19.875	19.936	- 0,3	19.875	19.936	- 0,3

(1) Inclui créditos setoriais (CDE, CCC, CVA); (2) Não incluem terceirizados em obras e terceirizados das distribuidoras registrados como próprios nas empresas prestadoras de serviços do Grupo.

Comentário do Desempenho

1. Perfil e estrutura societária

O Grupo Energisa completou 115 anos em 26 de fevereiro de 2020 e é o quinto maior grupo distribuidor de energia elétrica do país, atendendo aproximadamente 7,8 milhões de consumidores em onze Estados ou o equivalente a 10% da população do Brasil.

A Companhia controla 11 distribuidoras localizadas nos Estados de Minas Gerais, Sergipe, Paraíba, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, São Paulo, Paraná, Acre e Rondônia, com uma área de concessão que atinge 2.034 mil Km², equivalentes a 24% do território nacional.

As atividades do Grupo Energisa também incluem a comercialização e a prestação de serviços relacionados à energia elétrica, a atuação no segmento de geração de energia elétrica distribuída, bem como ativos em transmissão de energia, decorrentes das adjudicações nos leilões de 2017 e 2018, isto é, Energisa Goiás Transmissora I, em operação desde 13 de março de 2020, e três projetos em construção: Energisa Pará Transmissora I, Energisa Para Transmissora II e Energisa Tocantins Transmissora, totalizando 1.343 km de linhas de transmissão.

ÁREAS DE ATUAÇÃO DO GRUPO ENERGISA

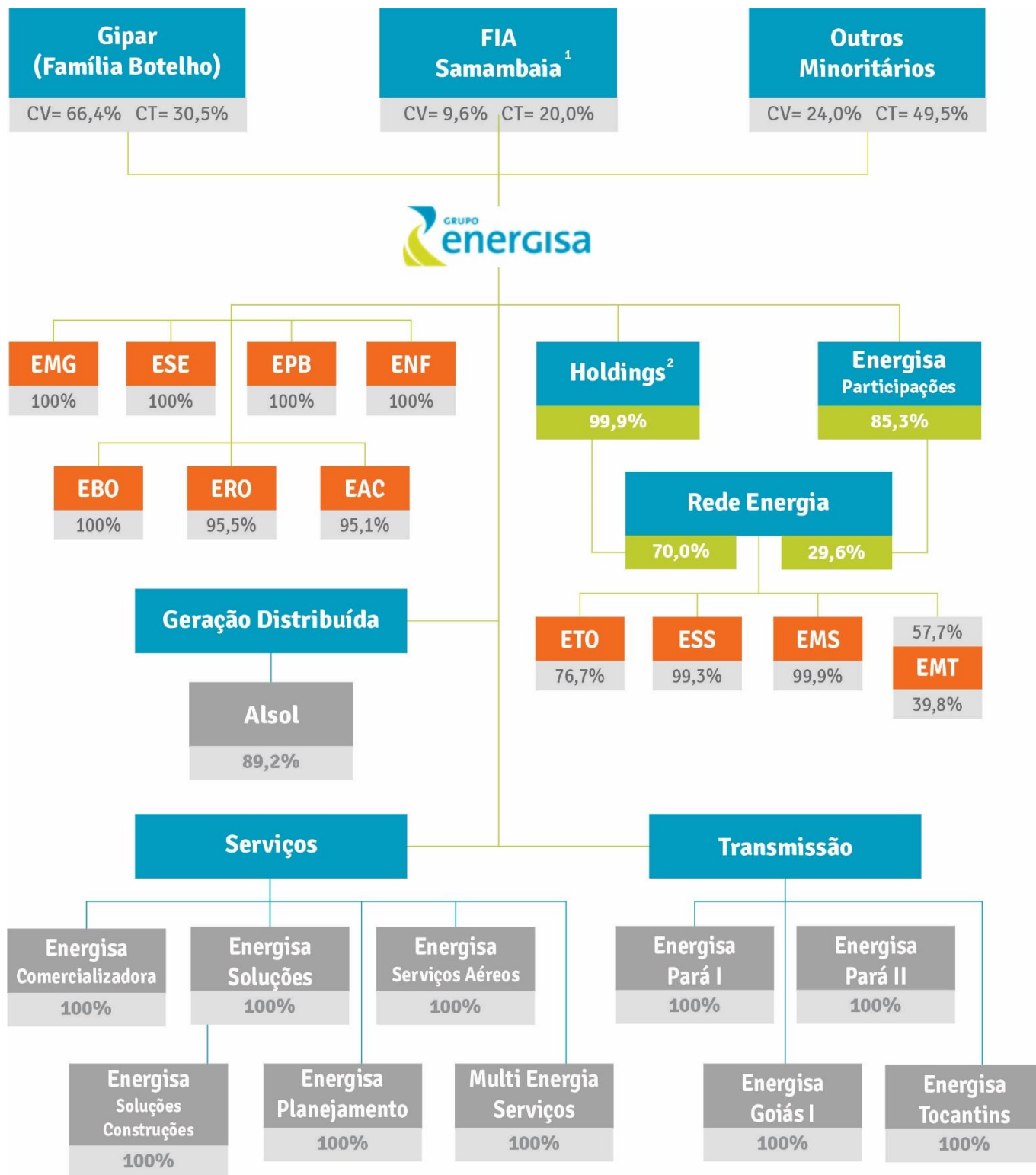


Comentário do Desempenho

1.1. Estrutura societária do Grupo Energisa

O controle acionário do Grupo Energisa é exercido pela Gipar S.A., cujo controlador é a família Botelho. A Companhia é listada no Nível 2 de Governança Corporativa da B3, e as ações de maior liquidez são negociadas sob o código ENGI11 (Units, certificados compostos por uma ação ordinária e quatro ações preferenciais). Além desses títulos, são negociadas ações sob os códigos ENGI3 (ações ordinárias) e ENGI4 (ações preferenciais).

A seguir, a estrutura societária simplificada do Grupo Energisa:



CV - Capital Votante | CT - Capital Total

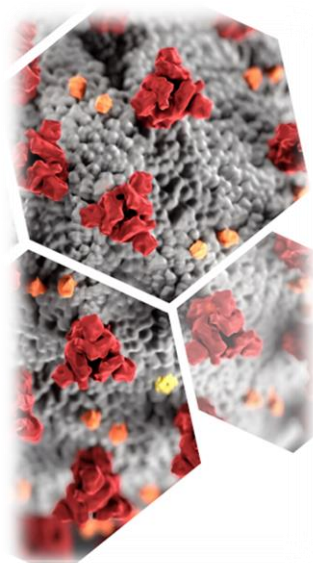
(1) Posição acionária direta e indireta através de veículos de investimentos.

(2) A Energisa detém diretamente e através de holdings, direta e indiretamente, 95,2% da Rede Energia.

Comentário do Desempenho

2. Desempenho operacional

2.1. Ações do Grupo Energisa - Comitê de Crise COVID-19



Em resposta ao cenário anunciado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de pandemia global pela Covid-19, em março desse ano, a Energisa criou o seu Comitê de Crise Covid 19, com o objetivo de adotar as melhores práticas disponíveis no mercado e viáveis de serem implementadas, para minimizar os efeitos do coronavírus, proteger seus colaboradores e clientes, além de assegurar a prestação dos serviços essenciais à sociedade.

A Resolução Normativa nº 878/2020, publicada pela Aneel em 24 de março com vencimento em 23 de junho, como resposta às medidas de isolamento social e restrição à mobilidade, decidiu em reunião de diretoria no dia 15 de junho, prorrogar por mais 1 mês, até o 31 de julho, a flexibilização de regras do contrato de concessão, tais como, vedação a suspensão de fornecimento por inadimplemento de determinadas unidades consumidoras, tais como clientes residenciais e serviços essenciais. As medidas de isolamento, combinado às restrições de suspensão de fornecimento de energia, provocaram queda no consumo e na arrecadação das concessionárias de distribuição de energia elétrica do país.

Dessa forma, para garantir a liquidez financeira das distribuidoras de energia, foi instituído pelo Decreto nº 10.350/2020, a criação da Conta Covid, com o propósito de contratar e liquidar operações de crédito, sob a gestão da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e repasse para as distribuidoras do país. Os valores desta transação para o Grupo Energisa foram liquidados em 31/07/2020 conforme apresentado na seção de Eventos Subsequentes.

A empresa divulgou em seu último relatório trimestral, suas ações para minimizar os efeitos restritivos em seus negócios provocada pela COVID-19. O conjunto de ações na sua etapa inicial procurou melhorar a resiliência da companhia para enfrentamento desta crise sem proporções, com olhar sobre todos os seus públicos-alvo. Na frente Pessoas, o objetivo principal foi adotar medidas para preservação da saúde dos nossos colaboradores e clientes com conjunto amplo de medidas necessárias para evitar contágio. Na frente Sociedade, buscamos atender a emergência na área da saúde e de suporte as populações mais vulneráveis, através do movimento social Energia do Bem, com a participação de diversas empresas e funcionários do Grupo Energisa. Ao todo, foram compromissadas doações no total de R\$ 8,0 milhões, onde várias instituições sociais e hospitais foram beneficiados com equipamentos, testes para detecção da Covid-19, cestas básicas e recursos financeiros para crédito de micro e pequenos empreendedores nas áreas de concessão do Grupo Energisa. Na frente Resiliência Financeira, nesse trimestre, houve substancial redução dos custos gerenciáveis de nossas empresas e de preservação do caixa, como rápida resposta à redução das atividades operacionais de nossas distribuidoras, devido às medidas restritivas impostas pela Resolução normativa nº 878, sem prejudicar a qualidade dos serviços essenciais prestados pelas nossas concessões.

Superada esta etapa inicial, em julho, o Grupo Energisa iniciou seu plano de retomada, em fases, garantido o retorno seguro de seus colaboradores que estavam com contratos de trabalho suspenso em suas unidades de trabalho. Em agosto, avançaremos também na prestação segura de serviços aos clientes, com a preparação física adequada dos locais de atendimento ao público, de acordo com a matriz epidemiológica dos municípios. Procurando sempre pensar à frente e de forma segura, temos testado e adotado novas tecnologias e aprendizados para operar nesta nova realidade, mantendo o foco na melhoria constante dos serviços do Grupo para levar conforto e facilidades aos nossos clientes, e com segurança para os nossos colaboradores.

2.2. Mercado de energia

O consumo consolidado de energia elétrica no mercado cativo e livre apresentou queda de 4,9% no segundo trimestre de 2020 (2T20) em relação ao mesmo período do ano anterior, representando o total de 8.387,4 GWh. O consumo no trimestre foi afetado principalmente pelas restrições derivadas da pandemia e influenciado pelas temperaturas mais amenas no Centro-Sul e Sudeste. A classe comercial foi a mais afetada (-19,1%), apresentando recuo em todas as distribuidoras.

Entre as distribuidoras, todas apresentaram queda no consumo frente ao 2º trimestre de 2019, com as perdas mais significativas, em termos percentuais, na ESE (-14,6%), que mesmo desconsiderando os efeitos de um grande consumidor que se conectou à rede básica (-10,6%) representou a maior redução de mercado, seguido pela EPB (-8,6%), EMG (-8,1%) e ESS (-7,5%). Por sua vez, as concessionárias da região Norte e Centro Oeste, EMT (-0,9%) e EMS (-1,3%), ERO (-2,2%) e ETO (-2,6%) apresentaram quedas menos intensas. Alguns fatores explicam esta

Comentário do Desempenho

diferença regional, o primeiro deles é a dinâmica de contaminação do Covid-19 no país. Estados do Sul-Sudeste e Nordeste registraram mais casos inicialmente, o que provocou maiores restrições ao funcionamento das atividades produtivas (comércio e indústria) e dos serviços públicos (escolas/ universidades públicas e instituições). O segundo fator está relacionado ao perfil econômico de cada região. As regiões que concentram atividades relacionadas ao agronegócio se destacaram com ótimo desempenho da safra, da produção de proteínas e das exportações, notadamente nas áreas de concessão da EMT, EMS - sobretudo - e na ERO. Já as áreas mais dependentes de atividades industriais, como têxtil e vestuário; automotivo e minerais não metálicos; e de atividades comerciais, como é o caso da EPB, EBO, EMG e ESS, foram mais afetadas pelas medidas restritivas de funcionamento.

No primeiro semestre de 2020, o consumo de energia elétrica no mercado cativo e livre (17.640,5 GWh) do Grupo Energisa apresentou queda de 1,1% em relação ao mesmo período do ano passado. A queda nos primeiros seis meses do ano foi determinada, principalmente, pelas classes comercial (-9,0% ou 323,9 GWh) e industrial (-4,9% ou 179,3 GWh). Destaque no referido período para os aumentos de consumo de energia no mercado cativo e livre nas distribuidoras: EMT (+2,4% ou 104,6 GWh) e ERO (+1,7% ou 25,6), impulsionados em ambas pelas classes residencial e rural; no caso da EMT, adiciona-se ao desempenho o consumo da classe industrial, fomentado pela alta na produção do setor de alimentos.

Mercado de Energia das Distribuidoras

Descrição (Valores em GWh)	Trimestre			Acumulado		
	2T20	2T19	Var. %	6M20	6M19	Var. %
✓ Energia vendida mercado cativo faturado	7.030,8	7.388,4	- 4,8	14.755,6	14.976,7	- 1,5
✓ Transporte de energia clientes livres (TUSD)	1.356,6	1.429,3	- 5,1	2.884,9	2.868,1	+ 0,6
Subtotal (Mercado Cativo + TUSD faturado)	8.387,4	8.817,7	- 4,9	17.640,5	17.844,8	- 1,1
✓ Consumo não faturado	(231,7)	(35,3)	+ 556,2	(205,4)	0,3	-
Subtotal (Mercado Cativo + TUSD + não faturado)	8.155,7	8.782,4	- 7,1	17.435,1	17.845,0	- 2,3

De acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico, a carga Brasil recuou 5,0% no semestre e 9,4% no segundo trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto a carga Energisa reduziu 0,1% e 4,4% nas mesmas bases de comparação.

3. Desempenho financeiro

3.1. Lucro (Prejuízo) do Período

No 2T20, o resultado consolidado foi um prejuízo de R\$ 88,0 milhões, uma piora de 79,1 milhões em relação ao 2T19.

Desconsiderando o efeito não caixa da marcação a mercado do bônus de subscrição atrelado à 7ª emissão da Energisa S.A no valor de R\$ 301,2 milhões e os efeitos extraordinários mencionados na seção do EBITDA, resultado consolidado do trimestre seria um lucro líquido de R\$ 160,6 milhões, 25,9% (R\$ 33,0 milhões) acima do registrado no 2T19,

No 6M20, o resultado consolidado foi um lucro líquido de R\$ 493,7 milhões, 311,7% (R\$ 373,8 milhões) acima do 6M19. Esse resultado foi afetado pela marcação a mercado mencionada acima, com impacto positivo de 139,3 milhões. Desconsiderando os efeitos não recorrentes e não caixa, o lucro no 6M20 teria sido de R\$ 311,5 milhões, 1,7% (R\$ 5,4 milhões) abaixo do 6M19.

Comentário do Desempenho

A seguir, o Lucro (Prejuízo) líquido consolidado da Energisa e das suas subsidiárias por segmento:

Lucro (Prejuízo) Líquido por Empresa Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	2T20	2T19	Var. %	6M20	6M19	Var. %
Distribuição de energia elétrica	223,0	253,8	- 12,1	457,4	541,5	- 15,5
EMG	9,0	8,7	+ 3,5	18,4	25,0	- 26,4
ENF	1,7	2,1	- 14,9	4,7	7,0	- 32,0
ESE	25,9	35,4	- 27,0	65,4	75,8	- 13,6
EBO	6,5	10,5	- 38,4	14,4	17,0	- 15,4
EPB	56,2	70,1	- 19,8	152,2	156,4	- 2,7
EMT	74,9	127,5	- 41,2	111,8	246,5	- 54,6
EMS	31,9	65,9	- 51,6	116,6	164,5	- 29,1
ETO	36,0	65,9	- 45,3	49,8	103,2	- 51,8
ESS	22,9	21,2	+ 7,8	46,8	52,5	- 10,9
ERO	(29,3)	(143,7)	+ 79,6	(136,8)	(285,9)	+ 52,1
EAC	(12,7)	(9,8)	- 30,6	14,1	(20,5)	-
Comercialização, serviços de energia e outros	44,9	21,1	+ 112,9	64,1	29,7	+ 115,7
ECOM	11,8	6,0	+ 98,1	(8,8)	(8,0)	- 9,3
ESOL Consol.	(0,2)	0,2	-	1,7	1,1	+ 64,7
MULTI	1,4	1,3	+ 4,8	3,1	3,8	- 19,0
EGO	9,1	11,1	- 17,9	23,0	20,0	+ 15,0
EPAI	21,1	9,4	+ 125,5	42,2	18,0	+ 134,1
EPAII	10,5	2,0	+ 432,6	14,7	2,4	+ 522,2
ETT	2,0	0,3	+ 565,0	3,3	-	-
Outras	(10,8)	(9,1)	- 18,3	(15,0)	(7,4)	- 101,8
Holdings (sem equivalência patrimonial)	(298,9)	(245,5)	- 21,8	90,5	(420,6)	-
ESA Controladora	(296,4)	(241,3)	- 22,8	110,5	(408,3)	-
Rede Controladora	2,9	4,8	- 40,5	(6,7)	3,4	-
DENERGE	(9,9)	(9,7)	- 2,2	(17,4)	(19,4)	+ 10,3
Demais holdings	4,5	0,7	+ 538,5	4,1	3,6	+ 12,3
Combinação de negócios - Ajustes "pro forma"	(57,0)	(38,2)	- 49,0	(118,3)	(30,6)	- 286,9
Energisa Consolidada	(88,0)	(8,9)	- 892,9	493,7	119,9	+ 311,7

Conciliação lucro líquido e EBITDA

Conciliação lucro líquido e EBITDA Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	2T20	2T19	Var. %	6M20	6M19	Var. %
(=) Lucro (Prejuízo) líquido consolidado	(88,0)	(8,9)	- 892,9	493,7	119,9	+ 311,7
(-) Contribuição social e imposto de renda	(73,2)	(90,8)	- 19,4	(163,2)	(256,0)	- 36,3
(-) Resultado financeiro	(442,0)	(468,6)	- 5,7	(317,9)	(701,8)	- 54,7
(-) Depreciação e amortização	(300,2)	(268,5)	+ 11,8	(601,2)	(569,0)	+ 5,7
(=) EBITDA	727,4	819,0	- 11,2	1.576,0	1.646,7	- 4,3
(+) Receitas de acréscimos moratórios	74,4	79,9	- 7,0	154,8	157,2	- 1,5
(=) EBITDA Ajustado	801,8	898,9	- 10,8	1.730,8	1.803,9	- 4,1
Margem EBITDA (%)	16,5	17,4	- 0,9 p.p.	17,2	17,4	- 0,2 p.p.
Margem EBITDA Ajustado (%)	18,2	19,1	- 0,9 p.p.	18,9	19,1	- 0,2 p.p.

4. Investimentos

No 2T20, a Energisa e suas controladas realizaram investimentos no montante de R\$ 671,5 milhões, 11,0% menor que o valor investido no 2T19 (R\$ 754,6 milhões). Considerando apenas as distribuidoras, esse montante foi de R\$ 568,4 milhões, 15,3% menor.

Comentário do Desempenho

Os investimentos realizados foram os seguintes:

Investimentos Valores em R\$ milhões	Ativos Elétricos			Obrigações Especiais			Ativos Não Elétricos			Investimento Total		
	2T20	2T19	Var. %	2T20	2T19	Var. %	2T20	2T19	Var. %	2T20	2T19	Var. %
EMG	25,9	16,4	+ 57,9	0,0	0,6	- 96,3	1,2	3,2	- 61,5	27,2	20,2	+ 34,4
ENF	4,5	2,5	+ 81,5	0,2	-	-	0,3	0,4	- 35,5	5,0	2,9	+ 71,0
ESE	20,5	18,4	+ 11,5	(0,5)	2,2	-	2,0	1,8	+ 11,3	22,0	22,4	- 1,6
EBO	4,3	2,8	+ 55,0	0,1	0,4	- 70,3	0,2	1,1	- 80,0	4,7	4,3	+ 8,8
EPB	45,7	41,2	+ 11,0	0,3	2,4	- 88,1	3,3	1,8	+ 83,3	49,3	45,4	+ 8,7
EMT	73,1	161,1	- 54,6	49,7	5,2	+ 855,3	5,1	7,0	- 27,2	127,9	173,3	- 26,2
EMS	46,7	54,1	- 13,8	2,7	3,8	- 29,1	2,7	3,4	- 21,1	52,0	61,3	- 15,1
ETO	45,1	68,8	- 34,5	0,8	4,1	- 80,9	2,2	3,4	- 34,6	48,1	76,3	- 37,0
ESS	44,6	36,9	+ 20,8	1,9	3,7	- 48,5	2,3	2,6	- 13,2	48,7	43,2	+ 12,8
ERO	110,0	127,2	- 13,5	19,4	41,0	- 52,6	4,4	13,1	- 66,7	133,8	181,3	- 26,2
EAC	45,0	39,7	+ 13,3	1,1	(2,6)	-	3,6	3,2	+ 13,7	49,7	40,3	+ 23,3
Total Distribuidoras	465,4	569,1	- 18,2	75,7	60,8	+ 24,4	27,3	41,0	- 33,5	568,4	670,9	- 15,3
EPA I	13,4	26,5	- 49,5	-	-	-	-	-	-	13,4	26,5	- 49,5
EPA II	53,0	14,2	+ 273,0	-	-	-	-	-	-	53,0	14,2	+ 273,0
EGO I	8,6	27,8	- 69,0	-	-	-	-	-	-	8,6	27,8	- 69,0
ETT	7,2	1,2	+ 496,7	-	-	-	-	-	-	7,2	1,2	+ 496,7
ESOL Consolidada	0,0	0,80	-	-	-	-	3,2	2,3	+ 37,5	3,2	3,1	+ 2,0
Outras	0,10	-	-	-	-	-	17,8	10,4	+ 63,1	17,9	10,4	+ 64,0
Total	547,7	639,6	- 14,4	75,7	60,8	+ 24,4	48,2	53,7	- 11,0	671,5	754,1	- 11,0

Investimentos Valores em R\$ milhões	Ativos Elétricos			Obrigações Especiais			Ativos Não Elétricos			Investimento Total		
	6M20	6M19	Var. %	6M20	6M19	Var. %	6M20	6M19	Var. %	6M20	6M19	Var. %
EMG	36,7	25,8	+ 42,3	(0,1)	8,4	-	3,2	10,1	- 68,0	39,8	44,3	- 10,2
ENF	7,1	5,4	+ 32,2	0,2	0,1	+ 117,0	0,4	0,6	- 41,3	7,7	6,1	+ 26,4
ESE	38,8	34,2	+ 13,5	1,6	3,1	- 46,9	4,5	2,8	+ 59,3	44,9	40,1	+ 12,0
EBO	8,6	5,1	+ 68,4	0,3	1,2	- 75,9	0,3	1,6	- 81,5	9,2	7,9	+ 16,1
EPB	88,5	74,2	+ 19,2	1,4	8,4	- 83,1	5,8	5,4	+ 7,8	95,7	88,0	+ 8,8
EMT	155,6	326,5	- 52,4	114,6	(2,1)	-	7,8	9,7	- 19,9	277,9	334,1	- 16,8
EMS	88,2	106,1	- 16,9	9,7	7,2	+ 34,2	5,3	5,5	- 2,8	103,2	118,8	- 13,2
ETO	90,0	129,5	- 30,5	3,6	5,2	- 30,4	4,6	5,0	- 8,4	98,2	139,7	- 29,7
ESS	83,9	59,1	+ 41,9	6,1	6,9	- 11,5	4,3	6,0	- 27,8	94,3	72,0	+ 31,0
ERO	269,6	161,4	+ 67,0	43,7	63,1	- 30,8	9,4	13,2	- 28,5	322,7	237,7	+ 35,8
EAC	93,5	59,3	+ 57,6	3,2	9,0	- 64,7	11,0	3,3	+ 232,6	107,6	71,6	+ 50,3
Total Distribuidoras	960,3	986,6	- 2,7	184,3	110,5	+ 66,8	56,6	63,2	- 10,4	1.201,2	1.160,3	+ 3,5
EPA I	33,6	52,8	- 36,4	-	-	-	-	-	-	33,6	52,8	- 36,4
EPA II	74,9	16,6	+ 351,4	-	-	-	-	-	-	74,9	16,6	+ 351,4
EGO I	32,8	49,6	- 33,8	-	-	-	-	-	-	32,8	49,6	- 33,8
ETT	10,2	1,2	+ 750,2	-	-	-	-	-	-	10,2	1,2	+ 750,2
ESOL Consolidada	-	1,0	-	-	-	-	3,8	4,1	- 7,9	3,8	5,1	- 25,9
Outras	0,1	-	-	-	-	-	30,0	13,6	+ 112,6	30,1	13,6	+ 113,7
Total	1.112,0	1.107,8	+ 0,4	184,3	110,5	+ 66,8	90,4	80,9	+ 11,0	1.386,6	1.299,2	+ 6,7

Comentário do Desempenho

5. Mercado de capitais

5.1. Desempenho das ações

Negociadas na B3, as ações de maior liquidez da Energisa, ENGI11 - Units, (compostas de 1 ação ordinária e 4 ações preferenciais) apresentaram rentabilidade de 7,6% no 2T20 e encerraram o exercício cotadas a R\$ 49,0 por Unit. No mesmo período o principal índice da bolsa, o Ibovespa, apresentou redução de 5,8%, enquanto o IEE teve alta de 9,9%. A seguir, os indicadores de mercado das ações da Energisa no ano:

	Junho/20	Junho/19	Varição %
Indicadores de mercado			
Enterprise value (EV - R\$ milhões) ⁽¹⁾	33.104,3	28.592,3	+ 15,8
Valor de mercado no final do exercício (R\$ milhões)	17.782,7	16.723,0	+ 6,3
Volume médio diário negociado no exercício - Units (R\$ milhões)	88,3	60,3	+ 46,4
Cotação das ações			
ENGI11 (Unit) no fechamento no final do exercício (R\$/Unit)	49,0	46,1	+ 6,3
ENGI3 (ON) no fechamento no final do exercício (R\$/ação)	12,3	14,0	- 12,1
ENGI4 (PN) no fechamento no final do exercício (R\$/ação)	8,7	8,0	+ 8,7
Indicadores relativos			
Dividend yield de ENGI11 (Units) - % ⁽²⁾	1,2	2,2	- 45,5
Retorno total ao acionista detentor de Units (TSR) - %	7,6	61,2	- 87,6
Valor de Mercado / Patrimônio Líquido (vezes)	3,4	3,0	+ 13,3

(1) EV = Valor de mercado (R\$/ação x quantidade de ações) + dívida líquida consolidada;

(2) Dividendos distribuídos nos últimos quatro trimestres / cotação de fechamento das Units.

5.2. Distribuição de dividendos

O Conselho de Administração da Energisa S/A (“Companhia”) em reunião realizada, nesta data, deliberou o pagamento de dividendos no montante de R\$ 101,6 milhões, equivalente a R\$ 0,28 (vinte e oito centavos) por Units e R\$ 0,056 por ação ordinária e preferencial de emissão da Companhia, apurados conforme resultados da Companhia até 30 de junho de 2020. O pagamento será efetuado a partir de 26 de agosto de 2020. Farão jus aos dividendos os acionistas da Companhia detentores de ações 18 de agosto de 2020, respeitadas as negociações em Bolsa até esta data. Dessa forma, a partir 19 de agosto de 2020, as ações da Companhia serão negociadas “ex-dividendos”.

6. Eventos subsequentes

6.1. Reajuste Tarifário

Energisa Sul Sudeste - ESS

Em 07 de julho de 2020 a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.722 e Nota Técnica nº 114/2020 SGT/ANEEL, homologou seu reajuste tarifário, em vigor desde 12 de julho de 2020. O impacto tarifário percebido pelos consumidores foi um aumento médio de 4,87%.

Energisa Tocantins - ETO

Em 03 de julho de 2020 a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.720 e Nota Técnica nº 109/2020 SGT/ANEEL homologou sua 5ª revisão tarifária, em vigor desde 04 de julho de 2020. O efeito médio percebido pelos consumidores em relação à tarifa anteriormente praticada foi um aumento de 7,17%.

6.2. Empréstimo da Conta Covid-19 - Decreto nº 10.350/2020

A finalidade deste Decreto, em 18 de maio de 2020, através da contratação e liquidação das operações de crédito junto a um consórcio de bancos, foi destinar recursos à cobertura total ou parcial dos efeitos financeiros da sobrecontratação de energia, saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, neutralidade dos encargos setoriais, postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data, saldo não amortizado da CVA reconhecida no último processo tarifário, saldo não amortizado de diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, e antecipação do ativo regulatório relativo à Parcela B.

Comentário do Desempenho

O principal objetivo da instituição da CONTA-COVID, decorrente da pandemia, foi postergar para até 5 anos os aumentos nas contas de energia que seriam cobrados em até 1 ano, e também, garantir a liquidez das concessionárias de distribuição que estão impactadas principalmente pela queda de demanda e inadimplência, blindando os demais agentes do setor elétrico. Os valores da CONTA-COVID serão incluídos na cobertura tarifária das distribuidoras a partir dos processos tarifários de 2021 e permanecerão pelo tempo necessário de amortização integral das operações financeiras.

De acordo com o artigo 7º da Resolução Normativa ANEEL nº 885/2020, a CCEE é como o garantidor, bem como responsável por todo o processo da operacionalização da CONTA-COVID. Conforme art. 8 da Resolução Normativa os repasses efetuados pela CONTA-COVID às Concessionárias irão gerar um Contas a Receber na CCEE vinculado ao fundo CDE que será o devedor, e não diretamente das Concessionárias, que não terão seus balanços contábeis impactados, exceto pela Parcela B.

Por conta disto as controladas distribuidoras de energia elétrica, protocolaram em 03 de julho de 2020, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da CONTA-COVID no montante de R\$1,4 bilhão, dos quais R\$5,5 milhões correspondem ao diferimentos e parcelamentos da demanda contratada do Grupo A, R\$121.1 milhões de antecipação do ativo financeiro setorial relativo a Parcela B e R\$1,2 bilhão destinado a cobertura total dos demais itens constantes.

Segue os valores contratados pelas distribuidoras:

Controladas (R\$ MM)	Parcelamentos de demanda (grupo A)	Adiantamento parcela B	Ativo financeiro setorial	Total	Entrada de recursos - 31/7/2020 (*)	Entrada de recursos - 12/8/2020 (*)	Entrada de recursos - set a dez/2020
Energisa Mato Grosso	-	-	378,0	378,0	206,5	31,3	140,2
Energisa Mato do Grosso do Sul	-	-	296,3	296,3	231,5	24,5	40,2
Energisa Tocantins	-	-	36,6	36,6	23,2	4,0	9,3
Energisa Sul Sudeste	-	-	97,4	97,4	97,4	-	-
Energisa Paraíba	-	-	87,0	87,0	62,0	11,6	13,4
Energisa Sergipe	-	-	47,0	47,0	47,0	-	-
Energisa Minas Gerais	-	-	49,9	49,9	49,3	0,6	-
Energisa Borborema	-	-	13,2	13,2	5,8	1,4	5,9
Energisa Nova Friburgo	-	-	7,0	7,0	6,7	0,2	-
Energisa Rondônia	4,0	71,4	205,4	280,8	201,4	8,0	71,4
Energisa Acre	1,5	49,7	15,1	66,3	66,3	-	-
Total	5,5	121,1	1.232,8	1.359,4	997,1	81,9	280,4

(*) Despacho ANEEL nº 2.177, de 24 de julho de 2020.

Comentário do Desempenho

6.3. Antecipação de dividendos do exercício de 2020 - Controladas

Em Ata de Reunião da Diretoria e do Conselho de Administração realizada em 13 de agosto de 2020, aprovou a distribuição de dividendos intercalares apurados com base no balanço patrimonial das controladas de 30 de junho de 2020 e de reservas de lucro, conforme segue:

Controladas (R\$ MM)	Valor dividendos	Valor por ação R\$	Data pagamento
Intercalares:			
Rede Energia participações S/A	196,3	0,093000 ON	A partir de 18 de agosto de 2020
Energisa Participações Minoritárias S/A	104,2	0,1460734451700 ON 0,5657205878900 PN	A partir de 18 de agosto de 2020
Rede Power do Brasil S/A	20,0	76,078200 ON	A partir de 14 de agosto de 2020
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	122,6	157,819700 ON	A partir de 14 de agosto de 2020
Reservas de Lucro			
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	14,8	19,093800 ON	A partir de 14 de agosto de 2020

7. Serviços prestados pelo auditor independente

No primeiro semestre de 2020, a remuneração total dos auditores Ernst & Young Auditores Independentes S.S. pela revisão contábil das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas foi de R\$ 2,2 milhões.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Energisa S/A
Notas explicativas às informações financeiras trimestrais para o
período findo em 30 de junho de 2020
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”), com sede em Cataguases, estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto cujo objeto social principal é a participação no capital de outras empresas, além da prestação de serviços administrativos às suas controladas distribuidoras e transmissoras de energia elétrica, como também para as demais controladas diretas e indiretas.

A Energisa possui indiretamente o direito de explorar concessões e/ou autorização de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica. Sendo seus principais contratos:

Distribuição de energia elétrica	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (“EMG”)	Cataguases (MG)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (“ENF”)	Nova Friburgo (RJ)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“ESS”)	Presidente Prudente (SP)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (“ETO”)	Palmas (TO)	01/01/2020	31/12/2049
Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A (“ESE”)	Aracaju (SE)	23/12/1997	23/12/2027
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia (“EMT”)*	Cuiabá (MT)	11/12/1997	11/12/2027
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (“EMS”)	Campo Grande (MS)	04/12/1997	04/12/2027
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (“EBO”)	Campina Grande (PB)	04/02/2000	04/02/2030
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“EPB”)	João Pessoa (PB)	21/03/2001	21/03/2031
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (“ERO”)	Porto Velho (RO)	30/10/2018	29/10/2048
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (“EAC”)	Rio Brando (AC)	07/12/2018	06/12/2048

(*) A controlada EMT possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de 1 usina termelétrica, com a respectiva subestação associada, com vencimento em 10 de dezembro de 2027, muito embora, possuindo 1 usina termelétrica para atendimento de sistemas isolado, a principal atividade da controlada EMT é a distribuição de energia elétrica. Desta forma, a administração da controlada EMT considera a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal.

As Distribuidoras controladas diretas e indiretas são empresas de capital aberto e fechado, sem ações negociadas em bolsa, que tem como objetivo principal operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição, em suas áreas de atuação.

Notas Explicativas

As informações referentes à reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativos vinculados à concessão e receita de construção e outros assuntos regulatórios estão apresentados nas notas explicativas nº 10, 11, 15, 19 e 32, respectivamente.

Transmissão de energia elétrica (em fase pré-operacionais)	Descrição	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A ^(*)	Linha de transmissão de 230 kV Rio Verde Norte - Jataí, com 136 quilômetros em circuito duplo, e a subestação Rio Verde Norte.	Goiás	11/08/2017	11/08/2047
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	Linha de transmissão de 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia, com 296 quilômetros de extensão em circuito duplo, e a subestação Santana do Araguaia.	Pará	11/08/2017	11/08/2047
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	Linha de Transmissão 500 kV, Serra Pelada com 66,5 quilômetros de extensão em circuito duplo; Linha de Transmissão 230 kV, Integradora Sossego - Xinguara II, com 72,3 quilômetros e as subestações Serra Pelada e Integradora Sossego.	Pará	21/09/2018	21/09/2048
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Barreiras II com 255 quilômetros de extensão; Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Gurupi com 256 quilômetros de extensão e Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Palmas com 261 quilômetros de extensão.	Bahia e Tocantins	22/03/2019	22/03/2049

(*) Em 13 de março de 2020, a Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A, iniciou suas operações energizando a linha de transmissão Rio Verde Norte - Jataí (230 kV em circuito duplo), além de realizar ampliações nas subestações Rio Verde e Jataí. Esse trecho possui 136 quilômetros de linha de transmissão. A obra foi concluída em 31 meses após a data de outorga e a operação foi antecipada em 17 meses frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão.

As Transmissoras controladas indiretas são empresas de capital fechado, sem ações negociadas em bolsa, que tem como objetivo principal de construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica.

Geração de energia elétrica	Descrição	Atividade	Localidade
Geração Hidráulica:			
Energisa Geração Usina Mauricio S/A			
CGH Usina Hans	Subsidiária possui 298 KW de potência instalada e 0,264 MW médios de garantia física.	Geração hidráulica	Nova Friburgo (RJ)
CGH Rio Vermelho Usina Mauricio	A subsidiária possui 2.560 KW de potência instalada.	Geração hidráulica	Vilhena (RO)
	A subsidiária possui 1.280 KW de potência instalada.	Geração hidráulica	Leopoldina (MG)
Geração Distribuída:			
Alsol Energias Renováveis S.A. ("Alsol")	Cerca de 29 MWp de sistemas fotovoltaicos em operação e outros 32 MWp em implementação. Assim como, prestar consultoria e desenvolve estudos de instalação de empreendimentos e equipamentos de geração distribuída.	Geração distribuída	Uberlândia (MG)
Projeto Geração Eólica:			
Complexo Parque Eólico Sobradinho:			
EOL Alecrim	Subsidiária integral não-operacional e tem como finalidade primária projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Sobradinho (BA)
EOL Umbuzeiro Muquim	Subsidiária integral não-operacional e tem como finalidade primária projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Sobradinho (BA)
EOL Mandacaru	Subsidiária integral não-operacional e tem como finalidade primária projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Sobradinho (BA)
EOL Boa Esperança	Subsidiária integral não-operacional e tem como finalidade primária projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Sobradinho (BA)

Notas Explicativas

As Geradoras controladas diretas são empresas de capital fechado, sem ações negociadas em bolsa, que tem como objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica e de implantar e manter empreendimentos e equipamentos associados à eficiência energética e à geração distribuidora via sistemas fotovoltaicos e armazenamento de energia.

Comercializadora de energia elétrica	Descrição	Localidade	Data de autorização
Energisa Comercializadora de Energia Ltda (“ECOM”)	Subsidiária integral que tem por objetivo o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação e intermediação de negócios relacionados à energia.	Rio de Janeiro (RJ)	21/03/2006

Outros Serviços	Natureza
Energisa Soluções S/A (“ESOL”)	Operação, manutenção e serviços correlatos à geração e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques.
Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A	Construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica.
Multi Energisa Serviços S/A (“MULTI”)	Construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica, teleatendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica.
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (“ESER”)	Serviços Aéreos na qualidade de prospecção - modalidade SAE, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento.

Recuperação judicial de controladas:

Em 26 de novembro de 2012 as controladas Rede Energia Participações S/A (“REDE”) publicaram fato relevante informando que ajuizaram pedido de Recuperação Judicial (“RJ”). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“CTCE”), da QMRA Participações S/A. (“QMRA”), da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A. (“EEVP”) e da Denerge Desenvolvimento Energético S/A. (“Denerge”).

Em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período adequado. Alguns credores apresentaram embargos de declaração contra a decisão, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação. Na sequência, um dos credores interpôs Apelação contra a decisão de encerramento. Apesar do recurso, o Juízo da recuperação, autorizou a retirada da expressão “em recuperação judicial” da razão social das Recuperadas, o que já foi averbado junto às respectivas juntas comerciais. Em julgamento realizado no dia 29/07/2019, o Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento à Apelação, mantendo a sentença de encerramento. O credor interpôs Recurso Especial, o qual não foi admitido em exame de admissibilidade realizado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. No momento, aguarda-se o decurso de prazo para a interposição de Agravo em Recurso Especial pelo credor, contra esta última decisão.

A posição em 30 de junho de 2020 do saldo remanescente das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial totaliza R\$600.714, dos quais R\$465.247 refere-se a empréstimos, R\$65.978 a debêntures e R\$69.489 a fornecedores e outras contas a pagar é como segue:

Descrição	Rede Energia	Denerge	CTCE	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	203.536	278.124	61.775	543.435
(+) Atualização (1)	10.321	29.491	3.118	42.930
Reversão de provisão ajuste a valor presente (2)	22.468	5.858	5.114	33.440
(-) Liquidação/Cessão de Créditos	(27.611)	(29.491)	(13.802)	(70.904)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	208.714	283.982	56.205	548.901
(+) Atualização (1)	1.111	7.353	248	8.712
Reversão de provisão ajuste a valor presente (2)	6.530	1.788	1.863	10.181
Saldos em 31 de março de 2020	216.355	293.123	58.316	567.794
(+) Atualização (1)	1.111	7.353	248	8.712
Reversão de provisão ajuste a valor presente (2)	6.704	1.788	15.716	24.208
Saldos em 30 de junho de 2020	224.170	302.264	74.280	600.714

Notas Explicativas

- (1) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado da REDE, Denerge e CTCE. Na Energisa esses valores foram registrados no resultado financeiro na demonstração do resultado do período/exercício.
- (2) Ajustes a Valor Presente: registrado pelas controladas Rede Energia, Denerge e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado e econômico-financeira no cenário da transação. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data de aquisição das empresas.

Capital Circulante - controladora:

A Companhia apresentou em 30 de junho de 2020 capital circulante líquido negativo, no montante de R\$1.266.082 (R\$707.834 em 31 dezembro de 2019) na controladora. A Administração considera que os fluxos de dividendos futuros oriundos dos resultados das operações das controladas, associado ao processo de alongamento da dívida de curto prazo, atualmente em curso, deverão proporcionar os recursos financeiros necessários para fazer frente aos compromissos financeiros de curto prazo remanescentes da controladora.

Efeitos COVID-19:

Contexto

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Em 25 de março de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 878/2020 em resposta às medidas de isolamento social e restrição à mobilidade, e autorizou a flexibilização de algumas obrigações do contrato de concessão que foram prorrogadas até 31 de dezembro de 2020, tendo restringido a suspensão do fornecimento de energia para clientes residenciais baixa renda e serviços essenciais. As medidas de isolamento, combinado com as restrições a suspensão de fornecimento em razão de inadimplência a determinados grupos de consumidores, vem provocando queda no consumo e na arrecadação das concessionárias de distribuição de energia elétrica do Grupo Energisa.

Impactos observados no trimestre findo em 30 de junho de 2020

Distribuição de energia elétrica

Decorridos mais de 100 dias dos efeitos da pandemia no Brasil, pode-se notar com mais clareza os impactos sentidos pelos diversos agentes sociais e econômicos. Na Companhia e em suas controladas os maiores impactos foram aqueles relacionados ao fornecimento de energia devido a retração do mercado consumidor e incremento da inadimplência pelo impedimento do corte no fornecimento de energia elétrica o que impacta diretamente o fluxo de arrecadação, com reflexo nas Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPECLD).

Os eventos impactaram diretamente o resultado do Grupo no período findo de 30 de junho de 2020, por outro lado, haverá neutralidade destes eventos no seu fluxo de caixa originados pelo repasse da conta COVID, ao passo em que os efeitos no resultado serão neutralizados nas Revisões Tarifárias extraordinária.

Notas Explicativas

As controladas distribuidoras de energia elétrica, baseado em suas melhores estimativas, realizaram os cálculos de perdas esperadas com o aumento da inadimplência em decorrência dos impactos da COVID-19, conforme valores apurados abaixo:

Controladas	Provisão Perdas com inadimplência		
	01/01/2020 a 31/03/2020	01/04/2020 a 30/06/2020	Total - 30/06/2020
Energisa Mato Grosso	9.262	50.283	59.545
Energisa Mato do Grosso do Sul	5.088	17.341	22.429
Energisa Tocantins	919	6.860	7.779
Energisa Sul Sudeste	1.887	4.554	6.441
Energisa Paraíba	3.835	12.884	16.719
Energisa Sergipe	3.145	7.962	11.107
Energisa Minas Gerais	1.096	2.675	3.771
Energisa Borborema	-	1.645	1.645
Energisa Nova Friburgo	-	980	980
Energisa Rondônia	-	36.443	36.443
Energisa Acre	-	21.539	21.539
Total	25.232	163.166	188.398

As controladas têm implementado ações para aumentar a eficiência na cobrança das contas de energia em atraso, destacando-se o aumento do volume de envio de SMS, telecobrança, negativas, e-mails e realizando campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos. Sensível a deterioração do cenário econômico, as controladas vêm divulgando planos de parcelamentos dos débitos aos clientes e facilitando o acesso às negociações por meio digital.

A Companhia e suas controladas seguem acompanhando os efeitos da retração econômica, bem como das ações governamentais de proteção ao consumidor para refletir de forma tempestiva a realização do seu contas a receber, o qual foi ajustado para refletir as perdas esperadas em 30 de junho de 2020.

Sobrecontratação de energia elétrica

Desde o início da pandemia o Grupo Energisa vem trabalhando de forma ágil e eficiente nos níveis de compra de energia buscando a adequação dos limites regulatórios. Todavia, o cenário da pandemia tem tornado a sobrecontratação do setor de distribuição no Brasil em níveis fora dos desejados pela ANEEL devido sobretudo a retração da economia brasileira. A Companhia e suas controladas seguem atentas e monitorando os níveis de sobrecontratação no intuito de efetuar ações rápidas e tempestivas a fim de minimizar os riscos inerentes a esta exposição.

Neste sentido, destaca-se que dentre as medidas elaboradas pelo Poder Executivo para contenção dos efeitos da pandemia, foi publicado o Decreto 10.350/2020 que, dentre outros, alterou a redação do Decreto 5.163/2004 de modo a reconhecer a *redução de carga decorrente dos efeitos da pandemia da covid-19 apurada conforme regulação da Aneel* como exposição contratual involuntária de modo a mitigar os efeitos da sobrecontratação. Esta medida ainda será detalhada por meio de normatização a ser publicada pela ANEEL.

Equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, por meio da Medida Provisória nº 950/2020 regulamentada pelo Decreto nº 10.350/2020 e com base nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, reconheceu que os impactos causados pela pandemia COVID são factíveis de avaliação do equilíbrio contratual. A Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020 estabeleceu que o processo de discussão pública acerca do equilíbrio dos contratos será instaurado em até 60 dias.

No período findo em 30 de junho de 2020, a Companhia e suas controladas não reconheceram ativo financeiro setorial referente ao equilíbrio contratual em suas informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Transmissão de energia elétrica

A Administração segue monitorando as obras em andamento da infraestrutura de transmissão de energia elétrica, adotando todas as medidas cabíveis ao alcance do grupo para evitar e/ou mitigar possíveis atrasos. Até o momento, os eventuais atrasos não impactam no cronograma original de entrada em operação dos projetos em andamento.

Medidas operacionais e financeiras adotadas para enfrentamento da pandemia

Atenta aos efeitos causados pela pandemia na economia global e, notadamente no Brasil, o Grupo Energisa adotou medidas preventivas necessárias para minimizar tais efeitos em seus negócios, dentre as quais destacam-se:

Pessoas

- Criação de um Comitê de Crise para avaliar de forma contínua os possíveis impactos e a eficácia das medidas adotadas pela Companhia além de monitorar todas as determinações das autoridades competentes;
- Disponibilização de um canal de atendimento de saúde telefônico 24 horas por dia a todos os colaboradores e distribuição de máscaras para os colaboradores que atuam diretamente em contato com o público;
- Afastamento domiciliar monitorado em casos de colaboradores que apresentem os sintomas da Covid-19;
- Regime de teletrabalho para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho;
- Para os profissionais onde a modalidade do teletrabalho não foi possível, foram adotados sistema de revezamento com turnos alternados para evitar exposição a aglomerações;
- Suspensão das viagens internacionais e nacionais, exceção em casos de extrema necessidade;
- Reforço na higienização dos ambientes de trabalho;
- Redução da jornada de trabalho em 25% e suspensão temporária do contrato de trabalho para parte dos colaboradores como medida de prevenção ao emprego seguindo as orientações da Medida Provisória 936/2020.

Sociedade

O Grupo Energisa criou o movimento Energia do Bem, iniciativa de mobilização nacional que inclui diferentes ações nos 11 Estados onde o Grupo distribui energia (MG, RJ, SP, PR, MS, MT, TO, PB, SE, RO e AC), com investimentos até o momento de aproximadamente R\$ 8 milhões. As principais ações são:

- Doação de ventiladores pulmonar;
- Doação de mais de 70 mil máscaras e 500 protetores faciais para a população de alto risco e hospitais;
- Apoio para a capacitação profissional com abertura de 100 mil vagas em cursos de educação a distância, em parceria com o CNI e Senai, voltados a competências da indústria 4.0;
- Disponibilidade de carros de som e ações em rádios locais como forma de comunicação mais efetiva quanto a ações de prevenção a pandemia em 223 cidades com baixo IDH;
- Criação de plataforma de streaming gratuito com filmes nacionais patrocinados pela Energisa;
- Custeio de obras em hospitais para aumento de novos leitos e outros reforços estruturais para auxílio no atendimento de pacientes com Covid-19;
- Doação de R\$1.500 para a Fiocruz na campanha “Unidos contra a Covid-19” no intuito de auxiliar a instituição na produção de testes rápidos para o diagnóstico da doença;
- As controladas EMG e ESS viabilizaram créditos de R\$10.000 para o programa “Estímulo Minas 2020” com doação de R\$1.905. O projeto está disponível para 77 cidades atendidas pelas controladas na Zona da Mata e no sul do Estado de Minas Gerais; e
- Doação de R\$903 para a Unesco com o objetivo de viabilizar o combate a fome distribuindo mais de 100 toneladas de cestas básicas para famílias em situação de vulnerabilidade social.

Financeiro

- Revisão do Plano de Investimentos para o ano de 2020 onde de forma prudente diante dos cenários de incertezas, o Grupo Energisa optou por postergar investimentos na ordem de R\$557.300 ressaltando que foram preservados os investimentos essenciais para a continuidade das operações. As obras em andamento nas controladas distribuidoras e transmissoras de energia elétrica não sofreram impactos relevantes;
- Redução das despesas gerenciáveis entre 7% a 12% do volume registrado em 2019;
- Contratação de novos empréstimos com liquidação de outros que possuíam vencimentos ao longo do exercício de 2020;
- Considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia e suas controladas revisaram seus planejamentos estratégicos e sensibilizaram suas premissas quanto ao valor recuperável dos

Notas Explicativas

ativos em função dos novos cenários da pandemia, todavia, não foram identificados impactos relevantes em nossas informações financeiras trimestrais; e

- Medidas de Assistência Governamental: (i) postergação do recolhimento do Pis e Cofins e da contribuição previdenciária patronal das competências de março, abril e maio para os meses de agosto, outubro e novembro de 2020 nos montantes de R\$306.104 e de R\$36.293, respectivamente, com impacto no caixa; (ii) postergação do recolhimento do FGTS das competências de abril, maio e junho para pagamento em 6 parcelas iniciando em julho de 2020 no valor total de R\$13.266; (iii) postergação da compensação ao consumidor pela violação dos limites de DEC e FEC de R12.931; e (iv) determinação do desconto de 100% do consumo de energia elétrica até 220 KWh/mês no período de 01 de abril a 30 de junho de 2020, prorrogado até 31 de julho de 2020 em que as controladas, distribuidoras de energia elétrica, serão ressarcidas integralmente pelos recursos originários da conta CDE.

O Grupo Energisa segue comprometido com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, acionistas e das comunidades das regiões onde atua, bem como é orientado pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa.

2. Elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019”), publicadas na imprensa oficial em 17 de março de 2020.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 13 de agosto de 2020.

2.2 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas e divulgadas na nota explicativa 3.3 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019 e devem ser lidas em conjunto, com exceção às alterações estabelecidas pelo CPC 06 (R2) | Arrendamentos e CPC 00 (R2) | Conceptual Framework - Estrutura conceitual para relatório financeiro.

CPC 00 (R2) | Estrutura conceitual para relatório financeiro

O CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para relatório financeiro, equivalente ao pronunciamento do IASB conhecido como Conceptual Framework, alterado com o objetivo de melhor refletir alterações conceituais estabelecidas pelo IASB, principalmente com relação aos seguintes aspectos:

- Conceitualiza e clarifica questões acerca do objetivo do relatório financeiro, as características qualitativas da informação financeira útil, e a descrição da entidade, bem como os seus limites;
- Clarifica as definições de ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas em diversos aspectos;
- Define critérios para inclusão de ativos e passivos nas demonstrações contábeis (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desreconhecimento);
- Bases de mensuração e orientação sobre quando e como utilizá-las; e

Notas Explicativas

- Determina conceitos e estabelece orientações quanto a apresentação e divulgação das demonstrações contábeis e notas explicativas.

As alterações realizadas ao CPC 00 (R2) também impactam o conceito de materialidade, estabelecendo de forma clara a aplicação deste conceito e determinando que “informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre o relatório específico da entidade”.

IFRS 16 / CPC 06 (R2) | Arrendamentos

Em 7 de julho de 2020 a CVM, junto ao nosso comitê de práticas contábeis, deliberou alterações relevantes quanto ao CPC06 (R2) quanto aos requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

As mudanças são aplicáveis para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020 e visam auxiliar o entendimento de temas específicos, melhorando a qualidade das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e de suas controladas. Tais mudanças realizadas não causaram impactos ou alterações nas informações financeiras intermediárias da Companhia e de suas controladas. A Companhia e suas controladas também avaliaram os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o período e não identificou qualquer impacto ou alterações nas informações financeiras intermediárias da Companhia e de suas controladas.

3. Informações financeiras intermediárias consolidadas

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras intermediárias da Energisa e suas controladas. O controle é obtido quando a Energisa estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com as investidas e possuir a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação as investidas.

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida).
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando o Grupo Energisa tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o período/exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

Notas Explicativas

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras intermediárias da Energisa e das controladas.

	Ramo de atividade	% de participação	
		30/06/2020	31/12/2019
Controladas diretas			
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE) (1)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB) (1)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG) (1)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A (ENF)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO) (2)	Distribuição de energia	95,52	95,52
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC) (2)	Distribuição de energia	95,09	95,09
Energisa Soluções S/A (ESO)	Serviços de geração e distribuição de energia	100	100
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (ESER)	Inspeção termográfica aérea	100	100
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda. (EPLA)	Corretagem de seguros	58,26	58,26
Energisa Comercializadora de Energia Ltda (ECOM)	Comercialização de energia	100	100
Parque Eólico Sobradinho Ltda. (3)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Usina Maurício S/A (GUM)	Geração de energia elétrica	100	100
Energisa Geração Central Solar Coremas S/A (3)	Geração solar de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Boa Esperança S/A (3)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Mandacaru S/A (3)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Central Eólica Alecrim S/A (3)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro - Muquim S/A (3)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Participações Minoritárias S/A	Holding	85,31	85,31
FIM Zona da Mata	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Caixa FI Energisa	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Dinâmica Direitos Creditórios	Securitização de créditos	100	100
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	Holding	99,97	99,97
Energisa Transmissão de Energia S/A (1)	Holding	100	100
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A (a)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A (a)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Transmissora de Energia I S/A (3) (b)	Transmissão de energia	100	100
Energisa Transmissora de Energia II S/A (3) (b)	Transmissão de energia	100	100
Energisa Transmissora de Energia III S/A (3) (b)	Transmissão de energia	100	100
Alsol Energias Renováveis S/A	Geração de energia distribuída	89,21	89,21
Controladas indiretas			
Rede Energia Participações S.A (1)	Holding	95,21	95,21
Rede Power do Brasil S/A	Holding	95,2	95,2
QMRA Participações S/A	Holding	95,2	95,2
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A (1)	Distribuição de energia	74,33	74,33
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A (1) (4)	Distribuição de energia	95,14	95,14
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia	72,99	72,99
Multi Energisa Serviços S/A	Serviços	95,21	95,21
Energisa Sul - Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (1)	Distribuição de energia	94,49	94,49
Energisa Soluções Construções e Serviços em linhas e Redes S/A	Serviços de geração e distribuição de energia	100	100
Energisa Para Transmissora de Energia I S/A	Transmissão de energia	100	100
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	Transmissão de energia	100	100
Energisa Para Transmissora de Energia II S/A	Transmissão de energia	100	99,90
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	Transmissão de energia	100	100
Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda	Geração de energia distribuída	99,9	99,90

Notas Explicativas

- (a) Em Assembleia Geral de Constituição da Energisa Geração foi realizada no dia 10 de janeiro de 2019 aprovação da constituição da Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A e da Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A, respectivamente.
- (b) A escritura pública declaratória de constituição menciona que no dia 20 de maio de 2019 ocorreu a constituição das empresas Energisa Transmissora de Energia I S/A; Energisa Transmissora de Energia II S/A e Energisa Transmissora de Energia III S/A, respectivamente.

- (1) Companhias abertas.
- (2) Em 1º de março de 2019, as sobras de ações da ERO e da EAC que não foram adquiridas pelos empregados e aposentados, sendo 128.665.217 ações ordinárias na ERO e 10.088.904.771 ações ordinárias e 3.768.032.911 ações preferenciais da EAC, foram integralizadas pela Companhia que passou a deter os novos percentuais de participação de 95,43% e 93,58%, respectivamente.
- (3) Em fase pré-operacional.
- (4) A Rede Power do Brasil S/A é controlada pela Rede Energia Participações S.A., e possui 35,92% de participação na EMS.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- (b) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e
- (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

4. Informações por segmento - consolidado

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras unidades da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras intermediárias individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de distribuição, geração, transmissão, comercialização e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

a) Informações sobre segmentos

	30/06/2020					
	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Serviços e outros	Total
Receitas Externas	3.390.113	746	240.075	474.465	5.075.627	9.181.026
Receitas Intersegmentos	9.994	-	337	-	200.146	210.477
Total	3.400.107	746	240.412	474.465	5.275.773	9.391.503
Receitas Financeiras	(29.091)	7	669	1.085	444.462	417.132
Despesas Financeiras	(312.985)	(6)	(9.623)	(2.162)	(410.243)	(735.019)
Total	(342.076)	1	(8.954)	(1.077)	34.219	(317.887)
Amortização e depreciação	463.890	89	16	40	137.186	601.221
Resultado por segmento antes do imposto de renda e contribuição social	96.644	(127)	169.176	(13.270)	404.467	656.890

Notas Explicativas

	30/06/2019					
	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Serviços e outros	Total
Receitas Externas	8.891.159	136	181.939	372.150	21.685	9.467.069
Receitas Intersegmentos	8.440	-	-	-	175.325	183.765
Total	8.899.599	136	181.939	372.150	197.010	9.650.834
Receitas Financeiras	321.777	-	4.992	1.847	136.515	465.131
Despesas Financeiras	(580.340)	(4)	(7.804)	(1.875)	(576.882)	(1.166.905)
Total	(258.563)	(4)	(2.812)	(28)	(440.367)	(701.774)
Amortização e depreciação	547.917	35	15	21	21.027	569.015
Resultado por segmento antes do imposto de renda e contribuição social	672.211	(274)	98.565	(12.204)	(382.365)	375.933

	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Serviços e outros	30/06/2020	31/12/2019
Ativos dos segmentos	24.361.976	12.854	1.363.257	477.611	17.723.994	43.939.692	41.224.171
Ativo circulante	9.609.484	795	125.665	209.345	1.633.843	11.579.132	10.240.247
Ativo não circulante	14.752.492	12.059	1.237.592	268.266	16.090.151	32.360.560	30.983.924
Passivos dos segmentos	16.220.335	424	943.282	454.093	19.409.665	37.027.799	34.761.951
Passivo circulante	3.413.304	342	67.164	156.497	7.277.215	10.914.522	7.916.276
Passivo não circulante	12.807.031	82	876.118	297.596	12.132.450	26.113.277	26.845.675

b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019
Receita				
Receita líquida total de segmentos	4.490.527	9.391.503	4.811.192	9.650.834
Eliminação de receitas intersegmentos	(91.815)	(210.477)	(108.208)	(183.765)
Receita líquida consolidada	4.398.712	9.181.026	4.702.984	9.467.069
Amortização e depreciação				
Amortização e depreciação total de segmentos	300.202	601.221	268.481	569.015
Amortização e depreciação consolidada	300.202	601.221	268.481	569.015
Receita financeira				
Receita financeira total de segmentos	196.046	417.132	245.202	465.131
Eliminação de receitas intersegmentos	(64.817)	(139.737)	(56.630)	(94.741)
Receita financeira consolidada	131.229	277.395	188.572	370.390
Despesa financeira				
Despesa financeira total de segmentos	(638.031)	(735.019)	(713.776)	(1.166.905)
Eliminação de despesa intersegmentos	64.817	139.737	56.630	94.741
Despesa financeira consolidada	(573.214)	(595.282)	(657.146)	(1.072.164)
Total do resultado dos segmentos	(14.773)	656.890	81.928	375.933
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(14.773)	656.890	81.928	375.933

	30/06/2020	31/12/2019
Ativo		
Ativo total dos segmentos	43.939.692	41.224.171
Outros valores não alocados	(1.881.339)	(1.904.357)
Total Ativo consolidado	42.058.353	39.319.814
Passivo		
Passivo total dos segmentos	37.027.799	34.761.951
Outros valores não alocados	(1.881.339)	(1.904.357)
Total passivo consolidado	35.146.460	32.857.594

Notas Explicativas

5. Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 30 de junho de 2020 equivale a 99,7% do CDI (101,9 % do CDI em 31 de dezembro de 2019).

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários à vista	6.296	6.345	168.617	255.955
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	288.741	62.078	1.915.285	407.148
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	232.520	-	1.321.750	-
Compromissadas	56.221	62.078	593.535	407.148
Total de caixa e equivalentes de caixa - Circulante	295.037	68.423	2.083.902	663.103

5.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio do resultado)

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 30 de junho de 2020 equivale a 68,9% do CDI (106,6% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
1) Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	2.228.585	2.486.362	2.138.021	2.373.194
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	14.264	14.022	114.004	36.277
Certificado de Depósito Bancário Garantias Comerciais (CDB) ⁽¹⁾	-	-	13.061	15.046
Operações compromissadas ⁽²⁾	-	-	4.137	18.891
Debêntures ⁽³⁾	1.811.418	1.811.399	-	-
Letra Financeira ⁽⁴⁾	9.875	-	19.521	-
Fundos de Investimentos ⁽⁵⁾	30.048	26	61.218	54.408
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽⁶⁾	362.980	660.915	1.812.566	2.137.703
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	15.203	22.795	51.399	50.311
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	1.435	2.560	4.851	5.652
Operações compromissadas	127.247	112.459	400.408	248.215
Títulos públicos	6.588	27.990	292.180	418.379
Fundo Multimercado	9.334	-	26.143	-
Fundo de Renda Fixa	51.600	235.183	170.621	468.521
Letra financeira do Tesouro (LFT)	73.426	255.993	582.807	892.115
Letra financeira (LF)	1.508	338	18.303	746
Letra financeira (LTN)	4.008	1.086	27.142	16.226
Nota do tesouro nacional (NTNB)	72.631	2.511	238.712	37.538
Títulos CCBs ⁽⁷⁾	74.219	74.591	74.219	74.591
(-) Provisão para perdas com os títulos CCBs ⁽⁷⁾	(74.219)	(74.591)	(74.219)	(74.591)
Outros instrumentos	-	-	-	252
Fundos de Investimentos em direitos creditórios ⁽⁸⁾	-	-	113.514	110.617
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽⁹⁾	2.228.585	2.486.362	2.138.021	2.373.194
Circulante	437.156	710.030	1.769.054	2.016.399
Não Circulante	1.791.429	1.776.332	368.967	356.795

Notas Explicativas

- (1) Certificado de Depósito Bancário (CDB) - Garantias Comerciais - são aplicações referentes aos recursos vinculados às garantias comerciais de clientes, conforme contrato de venda de energia. Os recursos do mesmo montante foram reconhecidos em contrapartida na rubrica do passivo circulante e são remunerados de 90,0% a 100,0% (90,0% a 100,0% em 31 de dezembro de 2019) e média ponderada 97,7% (98,1% em 31 de dezembro de 2019) do CDI;
- (2) Operações compromissadas em debêntures - são operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante de revenda assumido pelo comprador. São remuneradas de 65,0% a 80,0% (65,0% a 80,0% em 31 de dezembro de 2019) e média ponderada 66,3% (65,5% em 31 de dezembro de 2019) do CDI e estão lastreadas em debêntures;
- (3) Debêntures privadas emitidas pelas controladas, distribuidoras de energia elétrica;
- (4) Letra Financeira - LF com vencimento em 22/07/2020, remuneradas a 108% do CDI - BTG Pactual;
- (5) Fundos de Investimentos - inclui fundos classificados como Renda Fixa e são remunerados de -353,3% a 174,8% (34,4% a 114,3% em 31 de dezembro de 2019) e média ponderada 154,8% (103,5% em 31 de dezembro de 2019) do CDI;
- (6) Fundo de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, CCB, Compromissadas, Fundos de Renda Fixa, Títulos Públicos, Fundo Multimercado, LFT, LF, LTN e NTN são remuneradas 102,5% (105,2% em 31 de dezembro de 2019) do CDI Fundo FI Energisa, 30,47% (109,7% em 31 de dezembro de 2019) do CDI Fundo Cataguases e 36,4% (115,7% em 31 de dezembro de 2019) do CDI Fundo Zona da Mata.
- (7) Cédula de Crédito Bancária - títulos CCBs;
- (8) Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados: FIDC IV Energisa Centro Oeste com vencimento em 01/10/2034 e FIDC III Energisa 2008 com vencimento em 29/12/2020; e.
- (9) Inclui na controladora R\$15.367 (R\$15.118 em 31 de dezembro de 2019) e no consolidado R\$278.268 (R\$236.734 em 31 de dezembro de 2019) referente a recursos vinculados, conforme segue:

Recursos vinculados	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Depósito judicial credores	15.341	15.093	15.341	15.093
Bloqueio Judicial	26	25	6.453	5.563
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC	-	-	113.514	110.617
Programa Luz para todos	-	-	99.584	62.853
Garantia com comercialização de energia	-	-	13.061	15.046
Conselho do consumidor	-	-	5.126	4.301
Outros	-	-	25.189	23.261
Total	15.367	15.118	278.268	236.734

6. Clientes, consumidores e concessionárias

Na controladora, inclui principalmente serviços especializados prestados as controladas, conforme detalhado na nota explicativa nº 13 - transações com partes relacionadas, enquanto no consolidado englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das informações financeiras intermediárias.

	Controladora		Consolidado						Total		
	30/06/2020	31/12/2019	Saldo a vencer		Saldo vencidos			PPECLD (7)	30/06/2020	31/12/2019	
			Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias				Há mais de 360 dias
Valores correntes: ⁽¹⁾											
Residencial	-	-	315.553	-	493.250	138.557	59.423	54.763	(279.689)	781.857	859.720
Industrial	-	-	149.901	-	37.338	10.297	16.243	41.686	(64.568)	190.897	233.911
Comercial	-	-	223.959	-	113.084	37.441	26.305	48.667	(86.787)	362.669	434.832
Rural	-	-	110.710	-	71.849	23.307	16.568	11.375	(27.284)	206.525	194.160
Poder público	-	-	70.947	-	21.315	4.423	3.711	8.840	(18.950)	90.286	134.155
Iluminação pública	-	-	40.557	-	12.655	5.449	3.601	12.354	(22.006)	52.610	59.558
Serviço público	-	-	52.988	-	21.891	6.342	10.791	75.777	(105.121)	62.668	64.607
Serviço taxado	-	-	3.421	-	-	-	-	-	-	3.421	3.264
Fornecimento não faturado	-	-	937.406	-	-	-	-	-	-	937.406	958.987
Fornecimento Liminar	-	-	1.625	-	-	-	-	-	-	1.625	1.649
Arrecadação Processo Classificação	-	-	5.995	-	-	-	-	-	-	5.995	(10.859)
Valores renegociados:											

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado							Total	
			Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD (7)		
	30/06/2020	31/12/2019	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		30/06/2020	31/12/2019
Residencial	-	-	34.963	123.786	27.299	13.803	10.897	57.582	(114.453)	153.877	165.725
Industrial	-	-	16.008	34.147	3.835	1.533	2.818	24.319	(32.724)	49.936	25.411
Comercial	-	-	22.215	118.334	9.338	4.213	3.841	22.326	(54.247)	126.020	104.906
Rural	-	-	7.061	24.165	4.577	2.235	1.906	5.803	(21.335)	24.412	27.844
Poder público ⁽²⁾	-	-	20.111	353.315	4.894	476	435	7.924	(8.682)	378.473	400.896
Iluminação pública	-	-	5.911	39.596	808	27	127	22	(1.043)	45.448	47.963
Serviço público	-	-	1.013	16.730	323	29	95	3.459	(3.820)	17.829	14.701
(-) Ajuste valor Presente ⁽³⁾	-	-	(460)	(96.423)	-	-	-	-	-	(96.883)	(118.452)
Subtotal-clientes	-	-	2.019.884	613.650	822.456	248.132	156.761	374.897	(840.709)	3.395.071	3.602.978
Suprimento energia a concessionárias-moeda nacional ⁽⁴⁾	-	-	215.312	-	-	-	-	34.590	(4.882)	245.020	359.354
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	4.507	-	340	29	-	9.716	(10.185)	4.407	4.484
Serviços Especializados	43.470	40.640	38.250	-	9.372	-	-	-	(2.325)	45.297	43.928
Redução do uso do sistema de distribuição ⁽⁵⁾	-	-	-	-	-	-	-	12.201	-	12.201	12.201
Energia Comercializadora com clientes livres	-	-	88.273	-	-	-	-	-	-	88.273	98.671
Outros ⁽⁶⁾	-	-	76.463	59.992	267.681	32.101	2.299	369.177	(20.175)	787.538	712.425
Total	43.470	40.640	2.442.689	673.642	1.099.849	280.262	159.060	800.581	(878.276)	4.577.807	4.834.041
Circulante	43.470	40.640								3.476.469	3.783.469
Não Circulante	-	-								1.101.338	1.050.572

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos;

(2) Reconhecido ajuste a valor presente sobre a dívida no montante de R\$4.265 (R\$4.175 em 31 de dezembro de 2019) contabilizado na demonstração de resultado do período na rubrica de outras despesas financeiras no consolidado, calculado pela aplicação da taxa anual de CDI 2,58% a.a. (4.60% a.a. em 31 de dezembro de 2019);

(3) Ajuste a valor presente: calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual de CDI 2,58% a.a. (4,6% a.a. em 31 de dezembro de 2019);

(4) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Composição dos créditos da CCEE	Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
Saldo a vencer	215.313	328.033
Créditos vinculados a liminares ^(a)	34.589	34.589
Sub-total créditos CCEE ^(*)	249.902	362.622
(-) Aquisição de energia na CCEE	(272.817)	(456.126)
(-) Encargos de serviços do sistema	(12.858)	(3.257)
Total débitos CCEE	(35.773)	(96.761)

(*) O sub-total de R\$249.902 (R\$362.622 em 31 de dezembro de 2019) não inclui a provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$4.882 (R\$3.264 em 31 de dezembro de 2019).

(a) Os valores que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos à alterações dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento. As controladas ESE, EMG, ENF e ESS não constituíram provisão perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entenderem que os valores serão integralmente recebidos, quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(5) Os valores objetivaram recompor a receita da controlada EMT referente à disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201 (R\$12.201 em 31 de dezembro de 2019), registrado no ativo não circulante, suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor reconhecido em contrapartida na rubrica outras contas a pagar no passivo não circulante no consolidado;

(6) Na rubrica outros inclui o montante de R\$426.367 (R\$372.803 em 31 de dezembro de 2019) ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres incidentes sobre a demanda de energia, contabilizado no ativo não circulante e suspenso por liminares em contrapartida possui o mesmo valor contabilizado na rubrica de imposto sobre circulação de mercadoria e serviços - ICMS em

Notas Explicativas

tributos e contribuições sociais (nota explicativa nº 24) no passivo não circulante no consolidado, serviços taxados e outros valores a receber de consumidores;

- (7) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - a provisão foi constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da Administração;

Na constituição de perdas esperadas, inclui variáveis de probabilidade futura de inadimplência que neste momento estão agravadas pelo cenário da pandemia do Covid-19 onde a suspensão do fornecimento de energia elétrica pelas concessionárias foi proibida pelo regulador como uma medida de proteção aos consumidores dado o caráter essencial do consumo de energia elétrica. Embora a previsão aponte um aumento da inadimplência pelo cenário exposto, a expectativa é de que esta variável possua alcance limitado de impacto nas análises de perdas esperadas, uma vez que as concessionárias voltarão a ter a possibilidade de suspensão da energia após 01/07/2020 já que o prazo para o desligamento da energia elétrica por não pagamento se encerra em 30/06/2020. Outro fator atenuante são as medidas de auxílio as concessionárias sinalizadas pelo regulador como contrapartida ao socorro dado aos consumidores como já anteriormente exposto. Em resumo, além da base histórica como métrica para a mensuração das perdas esperadas condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pela Companhia para cálculo final das perdas esperadas.

Segue as variações das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

Movimentação das provisões	30/06/2020	31/12/2019
Saldo inicial - circulante - 31/12/2019 e 31/12/2018	703.949	605.063
Saldo de aquisição da combinação de novos negócios	-	220
Provisões constituídas no período/exercício (*)	370.926	212.491
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(77.807)	(113.825)
Saldo final - circulante - 30/06/2020 e 31/12/2019	997.068	703.949
Alocação:		
Clientes, consumidores e concessionárias	878.276	587.124
Títulos de créditos a receber (nota explicativa nº 7)	75.418	75.220
Outros créditos (nota explicativa nº 12)	43.374	41.605
Saldo final	997.068	703.949

(*) Do total de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa apuradas no período findo em 30 de junho de 2020 de R\$370.926 (R\$212.491 em 31 de dezembro de 2019), inclui R\$188.398 decorrente do aumento de inadimplência identificado pelo impacto da COVID-19.

7. Títulos de créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Processo execução de precatórios PM de Cuiabá (1)	-	-	8.757	10.943
Precatório de Órgãos Públicos Municipais (1)	-	-	67.525	67.780
Títulos de créditos a receber (2 e 3)	25	76	45.660	45.972
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (1,2 e 3)	-	-	(75.418)	(75.220)
Ajuste a valor presente (1, 2 e 3)	-	-	(22.725)	(22.902)
Total	25	76	23.799	26.573
Circulante	25	76	15.255	16.116
Não circulante	-	-	8.544	10.457

Em 30 de junho de 2020, os vencimentos dos títulos de créditos são como segue:

Vencimento dos títulos	Controladora		Consolidado (*)	
	30/06/2020		30/06/2020	
Vencidos	-	-	-	6.862
2021	-	25	-	6.076
2022	-	-	-	7.894
2023	-	-	-	835
2024 em diante	-	-	-	77.550
Total	25	25	25	99.217

Notas Explicativas

(*) Apresentado líquido do ajuste a valor presente.

(1) Controlada indireta EMT

Processo execução de precatórios PM de Cuiabá - R\$8.757 (R\$10.943 em 31 de dezembro de 2019):

- (i) Títulos precatórios referente a Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT. O montante dos títulos de R\$8.757 (R\$10.943 em 31 de dezembro de 2019) encontra-se em processo de recebimento, tendo sido já recebidos 48 parcelas, restando 19 parcelas, corrigidos pela taxa de 0,5% ao mês. A Administração da controlada, constituiu ajuste a valor presente de R\$7 (R\$11 em 31 de dezembro de 2019), utilizando a taxa média anual de CDI 0,5% a.a. (4,60% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

Outros Precatórios de Órgãos Públicos Municipais:

Prefeituras	30/06/2020	31/12/2019
Prefeitura Municipal de Alta Floresta (*)	2.787	3.042
Prefeitura Municipal de Cáceres	4.021	4.021
Prefeitura Municipal de Juscimeira	4.127	4.127
Departamento de água e Esgoto de Várzea Grande - DAE VG	56.590	56.590
Total	67.525	67.780

(*) Inclui ajuste a valor presente positivo no valor de R\$14 (R\$16 em 31 de dezembro de 2019) referente ao precatório de Alta Floresta.

- (ii) Referem-se a títulos precatórios de Órgãos Públicos Municipais, que após condenação judicial definitiva dos devedores resultou na expedição dos precatórios conforme ordem emanada do Poder Judiciário, e expedição de requisições de pagamentos, para cobrar dos municípios dívidas relacionadas a débitos de contas de energia elétrica, referente ao período de julho de 1998 a junho de 2014 no montante R\$67.525 (R\$67.780 em 31 de dezembro de 2019), vencidos a partir de 27 de julho de 1998. O montante foi transferidos da rubrica de clientes, consumidores e concessionárias e todos os processos tiveram instrução processual finalizada, transitada em julgado. Do montante, R\$64.738 (R\$64.738 em 31 de dezembro de 2019) encontra-se provisionado.

(2) Títulos de créditos a receber:

Controlada indireta EMT

Aquisição de crédito de carbono realizado em 16 de julho de 2008 junto a Companhia Técnica de Comercialização de Energia apresentando em 30 de junho de 2020 saldo de R\$1.625 (R\$1.625 em 31 de dezembro de 2019) que se encontra totalmente provisionado.

Controlada indireta ESS:

- (i) A controlada ESS, adquiriu em 2003, R\$44.034 (R\$44.034 em 31 de dezembro de 2019), créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, com finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. Os referidos créditos estão sob discussão judicial, movida pela detentora do crédito contra a União Federal. A controlada ingressou nesta ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz de Primeira Instância por fundamentos de ordem meramente processual. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional - PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15/12/2006, a controlada ESS desistiu da compensação tributária dos referidos créditos e mantém a discussão judicial, com a finalidade de ver reconhecido seu direito ao crédito. A recuperação do crédito depende do sucesso da referida ação judicial, sendo considerado possível o êxito da ação pelos assessores jurídicos da controlada. A Administração reconheceu provisão para perdas no valor recuperável desse ativo, registrada como redutora na rubrica títulos de créditos a receber no consolidado no montante de R\$21.400 (R\$21.400 em 31 de dezembro de 2019) e na rubrica de ajuste a valor presente o montante de R\$22.633 (R\$22.633 em 31 de dezembro de 2019).
- (ii) Inclui convênio de arrecadação, uso mútuo de postes e outros no montante de R\$3.112 (R\$3.231 em 31 de dezembro de 2019). A controlada constituiu perdas de valor recuperável de uso mútuo de postes de R\$762 (R\$762 em 31 de dezembro de 2019).
- (iii) Refere-se a títulos precatórios de Prefeituras no montante de R\$852 (R\$852 em 31 de dezembro de 2019), que após condenação judicial definitiva dos devedores houve a expedição dos precatórios. A controlada constituiu perda do valor recuperável do precatório no montante de R\$290 (R\$290 em 31 de dezembro de 2019).

Controlada indireta ETO:

A controlada indireta ETO registrou o montante de R\$11.254 (R\$11.466 em 31 de dezembro de 2019), é como segue:

- (i) R\$7.871 (R\$8.088 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a títulos precatórios de Prefeituras, que após condenação judicial definitiva dos devedores houve a expedição dos precatórios, conforme ordem emanada do Poder Judiciário, e expedição de requisições de pagamentos, para cobrar dos municípios dívidas relacionadas a débitos de contas de energia elétrica.

Notas Explicativas

Todos os processos tiveram instrução processual finalizada, transitada em julgado, por consequência os precatórios foram formados e são como segue:

Prefeituras	30/06/2020	31/12/2019
Paraíso	1.208	1.527
Taguatinga	3.700	3.945
Divinópolis (*)	258	258
Miranorte	220	386
Porto Nacional (*)	651	651
Sítio Novo (*)	-	771
Santa Fé do Araguaia (*)	1.030	260
Outras (*)	804	290
Total	7.871	8.088

(*) A controlada constituiu perda de valor recuperável no montante de R\$2.743 (R\$2.227 em 31 de dezembro de 2019).

(ii) Inclui R\$3.029 (R\$3.029 em 31 de dezembro de 2019), inclui créditos de contas de energia elétrica vencidas e não pagas, decorrentes de ação de cobrança ajuizada contra o devedor Itafós Mineração S/A, julgada procedente e transitada em julgado, sendo que os créditos foram integralmente habilitados nos autos do Processo de Recuperação Extrajudicial da devedora nº 0000459-40.2016.827.2709, homologado em 29 de agosto de 2016, e tramita perante a 1ª Vara Cível de Arraias - TO e o montante de R\$354 (R\$349 em 31 de dezembro de 2019) referente à outros títulos de créditos.

A Administração da controlada ETO, constituiu perda de valor recuperável no montante de R\$13 e provisão de ajuste a valor presente sobre os títulos de crédito a receber no valor de R\$71 (R\$137 em 31 de dezembro de 2019) registrados em outras despesas financeiras na demonstração do resultado do período no consolidado.

(3) Controladora e demais controladas:

- (i) Na controladora o montante de R\$25 e (R\$76 em 31 de dezembro de 2019) refere-se à títulos a receber junto a Raizen do Brasil e R\$6.158 (R\$6.088 em 31 de dezembro de 2019) são outros títulos a receber junto a terceiros, das controladas CTCE, EPB, EMG, ESE, Dinâmica e ERO.
- (ii) A controlada EMG constituiu no período perda do valor recuperável do precatório da Prefeitura Municipal de Manhuaçu no montante de R\$746 (R\$746 em 31 de dezembro de 2019).
- (iii) A controlada ERO constituiu no período perda do valor recuperável de R\$4.501 (R\$4.819 em 31 de dezembro de 2019) e ajuste a valor presente (R\$105 em 31 de dezembro de 2019).

8. Dividendos a receber

Controladas	Controladora	
	30/06/2020	31/12/2019
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A (*)	1.289	1.289
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	-	9.025
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda	-	274
Dinâmica Direitos de Créditos S/A	-	26
Total - Ativo Circulante	1.289	10.614

(*) dividendos recebidos em 14/07/2020.

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	320.473	306.481
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	157.222	129.283	769.227	695.985
Contribuição social sobre o lucro - CSSL	6.054	4.221	169.348	167.575
Contribuições ao PIS e a COFINS	1.441	1.567	134.233	152.300
Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo Pis e Cofins (*)	-	-	1.009.271	665.780
Outros	143	193	56.679	55.318
	164.860	135.264	2.459.231	2.043.439
Circulante	69.585	99.837	1.075.638	1.021.209
Não circulante	95.275	35.427	1.383.593	1.022.230

Notas Explicativas

(*) As controladas EPB, EBO, ETO, ESS e ESE constituíram créditos de PIS e de COFINS a recuperar no montante de R\$1.009.271 (R\$665.780 em 31 de dezembro de 2019), sendo R\$425.311 (R\$389.900 em 31 de dezembro de 2019), R\$68.396 (R\$63.176 em 31 de dezembro de 2019), R\$231.499 (R\$212.704 em 31 de dezembro de 2019), R\$29.470 e R\$254.595 das controladas EPB, EBO, ETO, ESS e ESE respectivamente, referente a redução do ICMS na base de cálculo das contribuições em face das ações judiciais com trânsito em julgado, calculados com base na melhor estimativa da Administração. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que no período montou em R\$75.840 (R\$90.878 em 30 de junho de 2019), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do período. Os valores das controladas ESE e ESS foram reconhecidos no 2º trimestre de 2020. As controladas estabelecerão procedimentos de recuperação de créditos tributários de acordo com as normas legais, tão logo seja finalizado as apurações, conforme nota explicativa nº 30.

Os demais itens referem-se a créditos tributários de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

10. Reajustes, Revisões Tarifárias e outros assuntos regulatórios - consolidado

10.1 Reajustes tarifários:

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
ESS	Resolução 2.570, de 09/07/2019	1,30%	12/07/2019
EMG (*)	Resolução 2.696, de 17/06/2020	6,41%	22/06/2020
EBO	Resolução 2.665, de 28/01/2020	-1,78%	04/02/2020
ENF (*)	Resolução 2.698, de 17/06/2020	2,39%	22/06/2020
EPB	Resolução 2.596, de 20/08/2019	-4,27%	28/08/2019
ETO	Resolução 2.567, de 02/07/2019	-0,33%	04/07/2019
ESE (*)	Resolução 2.678, de 20/04/2020	1,20%	22/04/2020
EMS (*)	Resolução 2.671, de 07/04/2020	6,90%	08/04/2020
EMT (*)	Resolução 2.672, de 07/04/2020	2,47%	08/04/2020
ERO (**)	Resolução 2.648, de 10/12/2019	0,11%	13/12/2019
EAC (**)	Resolução 2.649, de 10/12/2019	-4,24%	13/12/2019

(*) As resoluções nº 2.671, 2.672, 2.678, 2.696 e 2.698, devido a pandemia do Covid-19, permitiram o diferimento da aplicação do reajuste para 30 de junho de 2020 das controladas EMS, EMT, ESE, EMG e ENF tendo, em contrapartida, o diferimento do recolhimento das quotas mensais da conta de desenvolvimento energético - CDE em iguais montantes financeiros. Os reajustes tarifários foram aplicados a partir do 01 de julho de 2020.

(**) Como previsto no Edital do Leilão 02/2018, onde foram adquiridas ERO e EAC, o Grupo Energisa solicitou à ANEEL Revisão Tarifária Extraordinária para estas distribuidoras, entretanto, tal pedido foi negado pela Agência Reguladora, sendo homologado apenas o Reajuste Tarifário Anual. A administração das controladas protocolou pleito com objetivo de reverter a posição da Aneel.

10.2 Revisões tarifárias:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: (i) a cada quatro anos na EBO, EPB e, (ii) a cada cinco anos na ESE, EMT, EMS, EMG, ENF, ESS^(*), ETO, ERO e EAC.

Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado das concessionárias, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. As Concessionárias também podem solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Notas Explicativas

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
ESS (*)	Resolução 2.071, de 03/05/2016	-0,94%	10/05/2016
EBO	Resolução 2.200, de 31/01/2017	0,43%	04/02/2017
EMG	Resolução 2.092, de 21/06/2016	2,16%	22/06/2016
EMS	Resolução 2.380, de 03/04/2018	9,87%	08/04/2018
EMT	Resolução 2.379, de 03/04/2018	11,53%	08/04/2018
ENF	Resolução 2.091, de 21/06/2016	8,86%	22/06/2016
EPB	Resolução 2.291, de 22/08/2017	14,55%	28/08/2017
ESE	Resolução 2.387, de 17/04/2018	11,30%	22/04/2018
ETO	Resolução 2.105, de 28/06/2016	12,81%	04/07/2016
ERO (**)	Resolução 1.657 de 26/11/2013	13,17%	30/11/2013
EAC (**)	Resolução 1.655 de 26/11/2013	10,73%	30/11/2013

(*) Em 30 de junho de 2017 a ESS, incorporou a CFLO, CNEE, EDEVP e EEB. A ANEEL através Resolução Autorizativa nº 6.318 e Resolução Homologatória 2.271, de 11 de junho de 2017, e aprovou o primeiro índice de reajuste tarifário da Energisa Sul Sudeste, que passou a ter uma tarifa única, sendo que, dado que as distribuidoras anteriormente possuíam tarifas distintas, o efeito médio percebido pelos consumidores da nova concessão agrupada neste primeiro ano foi diferenciado.

(**) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 31 de outubro de 2019, foi aprovada alteração da denominação social da Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON) e da Companhia de Eletricidade do Acre (ACRE) passando a vigorar a seguinte redação: Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO) e Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC), respectivamente.

10.3 Revisão Tarifária Extraordinária

Em 26 de março de 2019, a ANEEL aprovou por meio da Resolução 2.523 a revisão extraordinária que afetou as controladas diretas EBO, ERO e EAC, devido a antecipação do término do pagamento da cota da CDE Conta ACR. Os novos valores entrarão em vigor a partir do dia 1º de abril de 2019, afetando então os ativos e passivos financeiros setoriais das controladas diretas.

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
ERO ⁽¹⁾	Resolução 2.524, de 26/03/2019	17,87%	01/04/2019
EBO ⁽²⁾	Resolução 2.523, de 26/03/2019	1,75%	01/04/2019
EAC ⁽²⁾	Resolução 2.523, de 26/03/2019	18,13%	01/04/2019

⁽¹⁾ Na controlada ERO foi efetuado em 26/03/2019, redução média de 7,4% nas tarifas de energia elétrica da Companhia, resultando em uma diminuição do índice de reajuste médio de 25,34% (aprovados em dezembro de 2018) para 17,87%.

⁽²⁾ Nas controladas EBO e EAC foi efetuado em 26/03/2019, redução média de 2,5% e 2,6%, respectivamente, nas tarifas de energia elétrica das Companhias, devido ao abatimento da parcela do empréstimo da Conta ACR, na Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e ajustes nas parcelas referentes a outras rubricas da CDE (CDE USO e CDE Decreto), resultando em uma diminuição do índice de reajuste médio na EBO de 4,36%, aprovado em janeiro de 2019, para 1,75% e na EAC de 21,29%, aprovado em dezembro de 2018, para 18,13%.

Conforme previsto nos Contratos de Concessão da Energisa Rondônia e da Energisa Acre, as Companhias formalizaram, com 12 meses de antecipação, pedido de Revisão Tarifária Extraordinária em substituição ao reajuste anual que se processaria em 13 de dezembro de 2019. Na reunião da Diretoria Colegiada da Aneel de 15 de outubro de 2019, a Aneel decidiu negar o pedido. Atualmente encontra-se em análise na Aneel os pedidos administrativos de reconsideração da decisão daquela data.

10.4 Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

Bandeira Tarifária Verde;

Bandeira Tarifária Amarela;

Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2;

A Bandeira Tarifária Verde indica condições favoráveis de geração de energia, não implicando acréscimo tarifário.

Notas Explicativas

A Bandeira Tarifária Amarela indica condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passa a ser R\$1,34 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

A Bandeira Tarifária Vermelha indica condições ainda mais custosas de geração. Essa bandeira é dividida em dois patamares, quais sejam:

Patamar 1: com a aplicação de uma tarifa de R\$3,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$4,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passa a ser R\$4,16 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

Patamar 2: com aplicação de uma tarifa de R\$5,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$6,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passa a ser R\$6,24 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

Em 21 de maio de 2019, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.551, com vigência a partir de junho/2019, aprovou a alteração dos valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 1 e Patamar 2, conforme mencionado acima.

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.628, de 22 de outubro de 2019, a ANEEL alterou os valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 1 e Patamar 2, a partir da competência novembro, conforme mencionado acima.

Em função da Pandemia do COVID-19, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 26 de maio de 2020 em Reunião Pública da Diretoria, divulga medida emergencial para aliviar a conta de energia elétrica dos consumidores e auxiliar o setor elétrico em meio ao cenário atual, decidindo manter a bandeira verde acionada até 31 de dezembro de 2020.

No período as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	30/06/2020	30/06/2019
Janeiro	Amarela	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Verde	Amarela
Junho	Verde	Verde

10.5 Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação:

A sobrecontratação das distribuidoras do grupo Energisa é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos às controladas, distribuidora de energia elétrica, oriundos de atividade não remunerada (a aquisição de energia).

O Poder Concedente, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto nº 8.828/16, alterando a obrigação de aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, foram mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes.

Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, a ANEEL alterou a regulamentação permitindo a devolução da energia a eles correspondente, a partir de leilão A-1 de 2016. Não sendo possível a redução dos contratos existentes uma vez que esta possibilidade não estava clara para o vendedor no edital dos leilões anteriores, resta o reconhecimento destas sobras como involuntárias.

Por isso, o Grupo Energisa, recorreu a ANEEL para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se os prejuízos das controladas, distribuidoras de energia elétrica. Em reunião da Diretoria da ANEEL,

Notas Explicativas

realizada em 25 de abril de 2017, o regulador definiu que a aprovação da involuntariedade de cada distribuidora será avaliada individualmente, considerando o máximo esforço para atingimento do nível de cobertura contratual, conforme previsto na Resolução Normativa 453/2011. Cabe destacar que os processos administrativos abertos pelas empresas do setor de energia elétrica não foram deliberados pela ANEEL.

Os valores envolvidos de ganho do Grupo montam em R\$4.495 (R\$4.495 em 31 de dezembro de 2019) que deverão ser compensados.

Para o exercício de 2020 e em função da pandemia, as controladas distribuidoras de energia EMT, ESE, EMG, EAC e EBO, vêm apresentando um excedente ao limite regulatório (100% e 105%). Contudo o Governo já reconheceu pelo Decreto 10.350 de 18 de maio de 2020 a involuntariedade da redução de carga decorrente dos efeitos da pandemia da COVID-19, o que afasta o risco de impacto financeiro para o Grupo. Desta forma, no intuito de minimizar os impactos de sobrecontração a Companhia e suas controladas vem realizando seus melhores esforços na utilização dos mecanismos disponíveis, tais como a participação nos Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSDs) de Energia Existente e de Energia Nova, Mecanismos de Venda de Excedente (MVEs), bem como a realização de acordos bilaterais com geradores. As demais controladas EMS, EPB, ERO, ESS e ETO, não apuraram excesso ao limite regulatório.

11. Ativos e Passivos financeiros setoriais - Consolidado

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

As controladas distribuidoras de energia elétrica, contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativo financeiro setorial	Saldos em 31/12/2019	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferência	Saldos em 30/06/2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A (1)										
Energia elétrica comprada para revenda	585.987	(14.750)	(322.443)	183	43.431	292.408	122.075	170.333	283.349	9.059
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	113.649	35.878	(34.674)	1.352	(185)	116.020	62.530	53.490	113.343	2.677
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	13.556	(34)	(9.399)	-	(657)	3.466	3.466	-	3.466	-
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	12.875	5.013	(5.474)	125	-	12.539	7.153	5.386	11.950	589
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	115.991	31.337	(63.358)	1.365	10.323	95.658	63.127	32.531	95.001	657
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (3)	5.854	52.524	(1.616)	277	(11.646)	45.393	5.177	40.216	36.368	9.025
Sobrecontratação de energia (4)	13.406	152.637	(4.190)	(4)	36.400	198.249	-	198.249	180.120	18.129
CUSD	569	1.677	(514)	4	(94)	1.642	1.505	137	1.620	22
Exposição de submercados (6)	327.934	44.786	(152.394)	2.023	(60)	222.289	164.743	57.546	217.357	4.932
RGR Designadas (7)	695.569	-	-	13.798	-	709.367	-	709.367	-	709.367
Garantias financeiras (8)	4.649	1.883	(1.876)	51	-	4.707	1.765	2.942	4.045	662
Saldo a Compensar (9)	5.576	19.859	(4.096)	(51)	(5.281)	16.007	8.181	7.826	12.026	3.981
Efeitos postergação tarifárias (10)	-	65.903	-	150	-	66.053	-	66.053	64.017	2.036
Outros itens financeiros (11)	193.355	-	(102.007)	-	-	91.348	90.672	676	91.337	11
Total Ativo	2.088.970	396.713	(702.041)	19.273	72.231	1.875.146	530.394	1.344.752	1.113.999	761.147

Notas Explicativas

Passivo financeiro setorial	Saldos em 31/12/2019	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferência	Saldos em 30/06/2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A (1)										
Energia elétrica comprada para revenda	3.006	20.459	(5.261)	108	43.431	61.743	31.640	30.103	37.991	23.752
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	1.511	-	(1.326)	-	(185)	-	-	-	-	-
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	19.102	(1.114)	193	(657)	17.524	5.903	11.621	16.186	1.338
Encargo de serviços de sistema ESS (2)	355.192	250.375	(182.107)	3.586	-	427.046	145.963	281.083	389.664	37.382
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	18.106	(17.531)	(9)	184	10.323	11.073	-	11.073	7.098	3.975
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (3)	72.882	20.659	(37.721)	851	(11.646)	45.025	45.025	-	45.025	-
Sobrecontratação de energia (4)	308.750	(17.837)	(162.667)	1.406	36.400	166.052	139.124	26.928	155.577	10.475
Devoluções Tarifárias (5)	231.560	54.917	(13.919)	3.351	-	275.909	8.314	267.595	59.333	216.576
CUSD	2.067	530	(1.960)	62	(94)	605	549	56	599	6
Exposição de submercados (6)	22	45	-	(1)	(60)	6	-	6	-	6
Saldo a Compensar (9)	26.199	3.425	(11.668)	(596)	(5.281)	12.079	10.852	1.227	12.037	42
Outros itens financeiros (11)	133	-	(133)	-	-	-	-	-	-	-
Total Passivo	1.019.428	334.144	(417.885)	9.144	72.231	1.017.062	387.370	629.692	723.510	293.552
Saldo líquido	1.069.542	62.569	(284.156)	10.129	-	858.084	143.024	715.060	390.489	467.595

- (1) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A (CVA):** A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativo aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC. Inclui-se R\$48 referente à devolução do saldo remanescente da conta ACR, sendo que este será devolvido no próximo reajuste tarifário ao consumidor final.
- (2) **Encargo de serviço do sistema - ESS:** representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços auxiliares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN. Inclui-se R\$144.986 constituídos no segundo trimestre referente ao recebimento CCEE de alívio de caixa devido a pandemia o Covid-19;
- (3) **Neutralidade da Parcela A:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.
- (4) **Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente):** as distribuidoras de energia devem garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.
- (5) **Devoluções tarifárias:** refere-se às receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos auferidos a partir do 4º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), onde a partir de novembro de 2017, são apropriadas em passivos financeiros setoriais e atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (5CRTP).
- (6) **Exposição de submercados:** representa o ganho financeiro decorrente das diferenças entre o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) decorrente da transferência de energia entre Submercados.
- (7) **RGR designada:** em julho de 2016, a 165ª Assembleia Geral Extraordinária - AGE da Eletrobrás, deliberou pela não prorrogação das concessões de serviço público de distribuição de energia elétrica da Companhia. Diante disso, o Ministério de Minas e Energia MME publicou a Portaria nº 388/2016, que definiu os termos e condições para a Prestação do Serviço Público Temporário e designou a Companhia como prestadora temporária de serviço público de distribuição, fazendo jus aos recursos da RGR para operar, corrigidos pela taxa de 111% da SELIC. A ANEEL por meio do ofício 242 de junho de 2018 definiu que o novo concessionário terá o direito de receber via tarifa os recursos referentes aos aportes da RGR, mediante a sinalização do regulador. A Companhia constituiu Ativo Regulatório no mesmo montante das parcelas recebidas até novembro de 2018. O contrato de concessão 003/2018 assinado em 6 de dezembro de 2018 prevê que os recursos recebidos da RGR serão pagos mensalmente, em parcelas iguais, entre o mês subsequente ao mês da primeira revisão tarifária ordinária e o prazo final do contrato de concessão.
- A Companhia ofertou 21% para ERO e 31% para EAC, de deságio sobre o saldo devedor dos empréstimos da RGR no montante de R\$169.205, sendo R\$101.038 e R\$52.454, respectivamente captados até maio de 2018 conforme edital do leilão.
- (8) **Garantias financeiras:** repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.
- (9) **Saldo a compensar da CVA do ciclo anterior:** conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.

Notas Explicativas

- (10) **Efeitos postergação tarifárias:** devido a pandemia do Covid-19, as controladas que passaram por reajuste tarifário no primeiro semestre, solicitaram a ANEEL o diferimento da aplicação do reajuste à partir de 01 de julho de 2020 tendo, em contrapartida, o diferimento do recolhimento das quotas mensais da conta de desenvolvimento energético - CDE em iguais montantes financeiros.
- (11) **Outros itens financeiros:** considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como, Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletrônuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC e diferimento do RTE 2018 da controlada ERO, cujo repasse tarifário foi aprovado para o RTE 2019, encontrando-se em amortização em 2020.

12. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Subvenção Baixa Renda ⁽¹⁾	-	-	99.991	72.740
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	192.897	204.134
Ordens de serviço em curso - outros	-	-	26.400	20.759
Ordens de desativação em curso	-	-	7.933	6.336
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	-	585	1.377
Adiantamentos a fornecedores e empregados	1.111	866	92.739	78.767
Subvenção CDE - Desconto Tarifário ⁽²⁾	-	-	105.451	136.688
Banco Daycoval ⁽³⁾	-	-	176.791	176.791
Provisão para perdas Banco Daycoval ⁽³⁾	-	-	(176.791)	(176.791)
Outros créditos a receber - CELPA ⁽⁴⁾	-	-	84.784	90.106
(-) Ajuste a valor presente - CELPA ⁽⁴⁾	-	-	(28.695)	(29.635)
Sub-rogação da CCC ⁽⁵⁾	-	-	18.233	19.909
Padrão de baixa renda	-	-	3.260	3.260
Adiantamento de benefícios pós-emprego	-	-	8.704	8.704
Créditos a receber Banco Pine	-	-	1.663	1.663
Despesas pagas antecipadamente	5.472	12.705	50.863	65.771
Contas a receber de venda das empresas de geração ⁽⁶⁾	113.500	113.500	113.500	113.500
Créditos a receber de terceiros ⁽⁷⁾	-	-	58.276	53.603
Créditos a receber da Eletrobrás - LPT ⁽⁸⁾	-	-	18.365	18.365
Aquisição de combustível p/ conta CCC ⁽⁹⁾	-	-	56.037	99.069
Depósito para reinvestimentos - incentivo fiscais	-	-	3.962	8.539
Adiantamentos - Inergus ⁽¹⁰⁾	-	-	74.196	68.914
CCC custo total de geração - Lei 12.111/2009 ⁽¹¹⁾	-	-	119.030	66.310
Créditos CCC - ICMS a receber EAC ⁽¹²⁾	-	-	55.817	55.817
Contas a receber CCC Pis/Cofins ⁽¹³⁾	-	-	80.979	-
Outros ^(*)	27.123	26.102	56.267	81.458
Provisão para perdas com créditos a receber	(51.480)	(51.480)	(66.396)	(64.618)
Total	95.726	101.693	1.234.841	1.181.536
Circulante	33.706	39.673	836.258	873.156
Não circulante	62.020	62.020	398.583	308.380

(*) Inclui, na controladora R\$746 (R\$674 em 31 de dezembro de 2019) referente a transações entre as partes relacionadas dos serviços prestados de comissão de aval e no consolidado, R\$43.374 (R\$41.605 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa.

(1) **Subvenção Baixa renda** -referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior 220 kWh, desde que cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da CCEE. Os saldos em aberto são referentes as provisões de maio e junho de 2020, o qual a Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

Subvenção baixa renda	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	ESS	ERO	EAC	Total
Saldos consolidados em 31/12/2018	4.260	333	8.850	10.451	1.811	8.831	7.097	7.893	4.446	3.381	11.374	68.727
Subvenção baixa renda	17.458	1.922	47.862	95.452	9.461	43.494	40.276	39.581	19.213	18.148	13.959	346.826
Ressarcimento realizados pela CCEE	(17.236)	(1.915)	(48.256)	(89.768)	(9.532)	(44.018)	(40.399)	(39.865)	(19.327)	(18.329)	(14.168)	(342.813)
Saldos consolidados em 31/12/2019	4.482	340	8.456	16.135	1.740	8.307	6.974	7.609	4.332	3.200	11.165	72.740
Subvenção baixa renda	18.032	2.085	46.332	92.060	9.882	52.890	39.936	45.693	20.138	19.795	15.438	362.281
Ressarcimento realizados pela CCEE	(16.780)	(1.899)	(43.793)	(85.933)	(9.255)	(47.802)	(37.053)	(41.958)	(18.399)	(18.027)	(14.131)	(335.030)
Saldos consolidados em 30/06/2020	5.734	526	10.995	22.262	2.367	13.395	9.857	11.344	6.071	4.968	12.472	99.991

Notas Explicativas

(2) **Subvenção CDE - Desconto Tarifário** - refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizadas pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do período/exercício - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada exercício. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do exercício seguinte.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

Subvenção CDE	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	ESS	ERO	EAC	EGO	Total
Saldos consolidados em 31/12/2018	10.198	374	1.653	26.176	(404)	54.442	12.864	27.099	20.359	21.508	3.852	-	178.121
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	55.735	4.048	44.525	89.625	8.397	283.960	73.552	164.698	112.470	77.481	15.932	-	930.423
Ressarcimento o realizados pela CCEE	(58.053)	(3.831)	(44.223)	(98.714)	(8.061)	(298.746)	(71.898)	(171.548)	(102.908)	(94.677)	(19.197)	-	(971.856)
Saldos consolidados em 31/12/2019	7.880	591	1.955	17.087	(68)	39.656	14.518	20.249	29.921	4.312	587	-	136.688
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	27.347	1.624	16.680	44.320	3.205	143.270	36.227	77.470	35.308	32.090	7.301	422	425.264
Ressarcimento o realizados pela CCEE	(25.056)	(1.979)	(22.677)	(47.059)	(3.863)	(146.684)	(36.970)	(85.147)	(49.860)	(30.562)	(6.462)	(182)	(456.501)
Saldos consolidados em 30/06/2020	10.171	236	(4.042)	14.348	(726)	36.242	13.775	12.572	15.369	5.840	1.426	240	105.451

(3) **Banco Daycoval** - refere-se ao valor transferido pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da Rede Energia Participações S.A, em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração das controladas EMT, ESS e EMS consideram essas transferências indevidas e ajuizaram uma medida judicial para a recuperação desse valor. O saldo está provisionado por se tratar de um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, fugindo totalmente do controle da Administração das controladas.

(4) **Outros créditos a receber da Celpa** - são valores que a Rede Energia e as controladas indiretas EMT, ETO, EMS, ESS e Multi Energisa tem a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, oriundo de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a Equatorial Energia S/A realizado em 25 de setembro de 2012. Os créditos intragrupo serão parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S/A, até onde se compensarem, que passará a responder perante as Partes Relacionadas pela parcela do crédito assumido e serão compensados. Do saldo total, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power do Brasil S/A e o restante tiveram seus recebimentos iniciados em parcelas semestrais em 30 de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034.

(5) **Sub rogação CCC** - a controlada EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	A receber	
					30/06/2020	31/12/2019
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	36.225	32.254	17.438	14.816	16.204
Sistema de Transmissão Rondolândia	em serviço	10.203	4.613	4.574	39	39
Sistema de Transmissão Paranorte	em serviço	6.697	4.915	1.537	3.378	3.666
Total		53.125	41.782	23.549	18.233	19.909
Circulante (Principal)					3.398	5.481
Não circulante (Principal)					14.835	14.428

(6) **Contas a receber de venda das empresas de geração**- refere-se ao montante que a Energisa possui a receber de no mínimo R\$113.500 pela venda de seus ativos de geração de energia elétrica, referente a valor adicional de ajustes de preços sujeitos ao cumprimento de

Notas Explicativas

determinadas condições precedentes, conforme consta nos contratos de compra e venda firmados com a compradora ("Ajuste de Preço"). O recebimento desse valor faz parte de processo arbitral iniciado pela Companhia contra a compradora no qual a Companhia terá seus direitos contratuais garantidos, nos termos da sentença arbitral parcial positiva proferida em 07/05/2020.

(7) **Créditos a receber de terceiros** - refere-se a créditos com terceiros referentes a uso mútuo de poste e venda de sucatas.

(8) **Créditos a receber das Centrais Elétrica Brasileiras** - a controlada EMT possui créditos a receber das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás, em função do Contrato nº ECFS-348/2014, firmando em 07 de agosto de 2014. O montante diz respeito às liberações finais da 6ª Tranche da subvenção econômica prevista no citado instrumento, cujos recursos são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e que se destinam a aplicação integral no âmbito do Programa Luz Para Todos, tendo como contrapartida a conta de Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica.

(9) **Aquisição de combustível da conta CCC** - a controlada EMT possui saldos a receber referente a Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, sendo que à ANEEL através da Nota Técnica nº 01/2018-SFF de 03 de janeiro de 2018 e nº 36/2019-SFF de 12 de março de 2019 detalhou a metodologia estabelecida para a fiscalização e efetuou o reprocessamento mensal dos benefícios referente ao período de 30 de julho de 2009 a 30 de abril de 2017, demonstrou as análises técnicas das informações colhidas sobre contratos de compra de energia e potência, de combustíveis, as medições de grandezas elétricas e de combustíveis e os tratamentos regulatórios dados acerca das manifestações da empresa, no intuito de apurar eventual ativo ou passivo da beneficiária, no âmbito das regras da Resolução Normativa nº 427/2011. No exercício de 2019 foram reconhecidos o montante de R\$44.329, sendo: R\$30.885 reduzindo a rubrica custo do serviço de operação - outros e R\$13.444 registrado no resultado financeiro na rubrica de outras receitas financeiras. O total a ser ressarcido pela CCEE, foi dividido em 12 parcelas mensais e consecutivas de R\$8.163. No período findo em 30 de junho de 2020 foram recebidas 6 parcelas e o saldo monta em R\$56.037 (R\$99.069 em 31 de dezembro de 2019).

(10) **Adiantamento INERGUS** - refere-se a recursos antecipados pela controlada Energisa Sergipe ao Instituto Energipe de Seguridade Social ("INERGUS") para assegurar a liquidez e o fluxo financeiro do Plano de Benefício Definido (BD). Os valores transferidos ao Plano BD têm caráter de adiantamento por conta de cobertura de parte do déficit técnico, e que será objeto de Contrato de Confissão de Dívida, a ser celebrado entre a controlada ESE e o INERGUS.

(11) **CCC custo total de geração - Lei 12.111/2009** - os direitos de ressarcimento correspondentes aos custos com energia nos Sistemas Isolados e Contratos Bilaterais, cujos valores são custeados pelo Fundo CDE-CCC estão apresentados no ativo circulante e não circulante. Estes são reconhecidos com base na Lei 12.111/2009, cujas informações são prestadas pelas controladas ERO e EAC junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que é gestora da Conta CDE. Esses valores após aprovados pela gestora são repassados as controladas e direcionados para liquidação dos valores correspondentes aos fornecedores envolvidos no processo. Em junho de 2020 foi recebido o montante de R\$485.158, pelas controladas ERO e EAC referente aos meses de janeiro a junho/2020.

(12) **Créditos CCC - ICMS a receber EAC** - refere-se a créditos de CCC reconhecido pela controlada EAC de ICMS não recuperados incidentes sobre as aquisições de óleo diesel consumidos durante o processo de geração de energia elétrica nos sistemas isolados no interior do Estado do Acre, referente ao período de 2014 a outubro de 2016. Os valores de 30 de junho de 2020 estão compoendo a nota explicativa, nº 24.

(13) As controladas Energisa Rondônia e Energisa Acre, reconheceram em março de 2020, valores a receber da CCC junto a CCEE nos montantes de R\$49.844 e R\$31.135 respectivamente, apurados em revisões de seus processos internos em que se detectou que de acordo com a metodologia de cálculo aplicada até então para fins de recebimento do reembolso da CCC, deixou-se de considerar o repasse integral dos tributos (Pis e Cofins), contrariando as prerrogativas do inciso IV do § 1º do Art. 3º da Lei 12.111/2009 que, por sua vez, garante o repasse, às concessionárias, dos tributos incidentes dentro do Custo Total de Geração.

13. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela Gipar S/A (30,50% do capital total) que por sua vez é controlada pela Nova Gipar (83,35% do capital total). Esta última é controlada pela Itacatu S/A (67,27% do capital total) e pela Multisetor S/A (32,73% do capital total). A Itacatu S/A é controlada pela Multisetor S/A (72,15% do capital total) A Multisetor é controlada por Ivan Muller Botelho (78,83% do capital votante).

Notas Explicativas

Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

Controladora	30/06/2020		31/12/2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Clientes, consumidores e concessionárias - Serviços especializados	43.470	-	40.640	-
Outros Créditos - outros -Comissão de aval	746	-	674	-
Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados-Debêntures	1.811.418	-	1.811.399	-
Mútuos (1):				
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (1)	1.099	-	1.068	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (2)	33.738	-	30.906	-
. QMRA Participações S/A (créditos opção "C" - RJ) (3)	92	-	-	-
. Rede Energia Participações S/A (2) e (3)	73.316	314.946	66.876	-
. Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (4)	103.002	-	99.654	-
. Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (4)	334.498	-	321.836	-
. Energisa Goiás Transmissora de Energia I (1)	100.808	-	92.515	-
. Energisa Para Transmissora de Energia I (1)	2.031	-	1.708	-
. Energisa Para Transmissora de Energia II (1)	50.479	-	39.712	-
. Energisa Tocantins Transmissora de Energia (1)	16.209	-	14.093	-
. Energisa Participações Minoritárias (1)	-	-	12	-
. Energisa Comercializadora de Energia Ltda (1)	38.312	-	-	-
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A	264.513	-	-	-
Total - não circulante	1.018.097	314.946	668.380	-
Investimentos - Recursos destinados a futuro aumento de capital (5):				
. Energisa Geração Central Solar Coremas S/A	10	-	10	-
. Parque Eólico Sobradinho S/A	160	-	580	-
. Energisa Geração Usina Maurício S/A	1.080	-	3.915	-
. Energisa Geração Central Eólica Boa Esperança S/A	3	-	11	-
. Energisa Geração Central Eólica Mandacaru S/A	3	-	12	-
. Energisa Geração Central Eólica Alecrim S/A	3	-	11	-
. Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro Muquim S/A	3	-	12	-
. Energisa Transmissora de Energia S/A	50	-	50	-
. Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	310	-	963	-
. Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	50	-	17	-
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A	-	-	132.937	-
. Energisa serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A	385	-	350	-
. Energisa Transmissão de Energia I	-	-	10	-
. Energisa Transmissão de Energia II	-	-	10	-
. Energisa Transmissão de Energia III	-	-	10	-
	2.057	-	138.898	-
Total	2.875.788	314.946	2.659.991	-

(1) Os contratos de mútuos possuem prazo de 24 meses, exceto ERO e EAC, que possuem prazo de 36 meses, nos termos de contratos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no período foi em média de CDI + 0,4474 a.a. (CDI + 0,6051 a.a. em 31 de dezembro de 2019), e incluem o Instrumento particular de Cessão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças firmado pela Energisa em 31 de dezembro de 2016 com as controladas Rede Energia e Rede Power.

(2) Aquisição de créditos cedidos no processo de recuperação judicial da controlada indireta.

(3) Os créditos a receber da Rede Energia Participações S/A, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela Recuperanda nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordada entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da dívida, entretanto ficou mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da dívida com juros capitalizados de 0,5% ao ano, incidentes a partir da data de pagamento. No final do exercício as partes repactuaram a dívida com aplicação de taxa de juros equivalentes ao CDI + 2% ao ano com amortizações semestrais vencidas nas datas de 26 de junho e dezembro de cada ano.

(4) Para as empresas ERO e EAC os contratos de mútuos possuem prazo de 36 meses com liquidação ao final do terceiro ano de contrato. Os contratos são remunerados a juros CDI + 2,5% a.a..

(5) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados, estão registrados na rubrica investimentos. Os saldos constituídos até 31 de dezembro de 2019 foram totalmente capitalizados.

Notas Explicativas

Condições de contratos:

Controladas	Taxa	Vencimento
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	12/09/2020
. Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	juros CDI + 2,5 a.a	04/05/2022
. Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	juros CDI + 2,5 a.a	04/05/2022
. QMRA Participações S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	24/01/2022
. Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/01/2021
. Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	25/06/2022
. Energisa Para Transmissora de Energia II S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2021
. Energisa Para Transmissora de Energia I S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2021
. Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2021
. Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2021
. Rede Energia S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/05/2022
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/05/2022

Notas Explicativas

Transações efetuadas durante o período/exercício pela Companhia e suas controladas:

Controladas diretas, indiretas e sua controladora	Serviços administrativos prestados (1)	Serviços contratados	Atualização mútuos/Comissão aval e rendimento de títulos (Receita (Despesa) financeira) (2 e 3)	Saldo a receber (Clientes, consumidores e concessionárias)	Saldo a receber Comissão de Aval e debentures (4)
. Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	6.612	-	5.050	2.509	69.741
. Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	16.653	-	8.442	6.551	198.241
. Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	8.569	-	8.359	3.974	121.776
. Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	2.761	-	637	1.850	73
. Energisa Soluções S/A	1.365	75	-	503	-
. Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	678	-	636	335	30
. Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	26.804	-	11.167	8.575	321.712
. Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	16.109	-	3.031	5.155	153.997
. Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	11.229	-	5.448	3.650	219.283
. Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S.A.	13.390	-	5.409	4.285	212.583
. Energisa Soluções Construções e Serv em Linhas e Rede S.A.	657	-	-	208	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia	-	-	2.861	-	-
. Multi Energisa Serviços S/A	1.021	-	-	327	-
. Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda.	4	-	-	5	-
. Energisa Serviços Aéreos e Aero inspeção S/A	2	-	-	-	-
. Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	482	-	230	169	-
. Energisa Geração Usina Mauricio S/A	1	-	-	1	-
. Gipar S/A (2)	-	-	(6.261)	-	-
. Rede Energia Participações S/A	-	-	4.033	-	-
. Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	15.358	-	21.313	7.038	334.573
. Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	5.045	-	8.095	1.104	180.155
. Energisa Para Transmissora de Energia I S/A	-	-	52	-	-
. Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	-	-	2.643	-	-
. Energisa Para Transmissora de Energia II S/A	-	-	1.309	-	-
. Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	-	-	424	-	-
. QMRA Participações S/A	-	-	2	-	-
. Dinâmica Direitos Creditórios S/A	-	-	-	2	-
. Denerge	-	-	1.848	-	-
30/06/2020	126.740	75	84.728	46.241	1.812.164
31/12/2019	-	-	-	43.411	1.812.073
30/06/2019	116.054	53	79.399	-	-

(1) Refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos, prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos foram aprovados pela ANEEL. Os contratos de compartilhamento foram firmados em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que deverá conter anuência da ANEEL;

(2) Refere-se a comissão de aval sobre empréstimos com cobrança de 1,5% a.a. para empresas controladas - Distribuidoras de energia elétrica e para a controladora Gipar com taxa de juros 1% a.a.;

Os valores de comissão de Aval referente ao contrato firmado com a Gipar S/A, possuem juros de 1% a.a. e prevê pagamentos antecipados. No exercício de 2019, foram pagos e considerados como antecipação o montante de R\$12.199, registrados na rubrica de “despesas pagas antecipadamente” e reconhecidos no resultado a razão de 1/12 avos mês. No período findo em 30 de junho de 2020 foram contabilizados R\$6.261 (R\$12.307 em 31 de dezembro de 2019) registrados em outras despesas financeiras - comissão de aval no resultado do período. O saldo a apropriar em 30 de junho de 2020 é de R\$2.087 que será reconhecido até agosto de 2020;

(3) Refere-se aos custos dos juros dos contratos de mútuos, firmados com as controladas, referente ao período findo em 30 de junho de 2020 os quais compõe os respectivos saldos de cada contrato;

(4) Em 2017 a Companhia adquiriu a totalidade de Debêntures de 1ª e 2ª séries incentivadas emitidas pelas controladas EMG, ESE, EPB, EMT, ESS, ETO e EMS, com vencimento em 15/06/2022 e remuneração de IPCA mais 5,60% ao ano para a 1ª Série e com vencimento 15/06/2024 e remuneração de IPCA mais 5,6601% ao ano para a 2ª Serie. Em 30 de junho de 2020, o valor atualizado é de R\$1.811.418 (R\$1.811.399 em 31 de dezembro de 2019) de suas controladas diretas EMG, ESE, EPB e das controladas indiretas ESS, EMT, ETO e EMS, conforme segue: (i) EMG R\$69.535; EPB - R\$198.138; ESE - R\$121.442; EMT - R\$321.713; ETO - R\$219.283, ESS - R\$212.583, EMS R\$153.997, EAC R\$180.155 e ERO R\$334.572 (EMG R\$68.903; EPB - R\$195.572; ESE - R\$119.871; EMT - R\$322.582; ETO - R\$218.464, ESS - R\$212.185, EMS R\$150.965, EAC R\$183.000 e ERO R\$339.857 em 31 de dezembro de 2019);

Notas Explicativas

Custo do contrato de comissão de aval, de garantias da controladora para contratos das controladas de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a. O saldo a pagar em 30 de junho de 2020 monta em R\$746 (R\$674 em 31 de dezembro de 2019).

Remuneração dos administradores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Remuneração Anual ^(a)	8.911	9.380	80.193	82.578
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	436	361	2.356	2.106
Remuneração da Diretoria	633	758	9.377	10.186
Outros Benefícios ^(b)	898	650	9.056	7.033

(a) Limite global da remuneração anual dos administradores foi aprovado em AGO/E de 28 de abril de 2020. Para o exercício de 2019 foi aprovado na AGO/E de 30 de abril de 2019.

(b) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente e conselheiros, relativas ao mês de junho de 2020, foram de R\$75 e R\$1 na controladora e R\$75 e R\$1 no consolidado (R\$101 e R\$1 na controladora e R\$154 e R\$2 no consolidado em 30 de junho de 2019), respectivamente. A remuneração média no período findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$18 na controladora e R\$14 no consolidado (R\$12 na controladora e R\$34 no consolidado em 30 de junho de 2019).

Programa de Remuneração Variável (ILP)

A Companhia e suas controladas ofereceram aos seus executivos um plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP). Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da Companhia, na data de aprovação do Plano, ou seja 1.729.827 units, a ser baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O plano foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018 e seu regulamento foi aprovado em 10 de maio de 2018.

Atualmente, as Controladas possuem um total de dois programas de concessão de ações e duas outorgas contratuais em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

O 1º programa foi aprovado em 10 de maio de 2018 com limite previsto de até 241.080 units e período de aquisição do direito (vesting) de 3 anos, a partir da data de outorga de 02 de maio de 2018. O 2º programa foi aprovado em 9 de maio de 2019 com limite de pagamento previsto de até 210.754 units e período de aquisição do direito (vesting) de 3 anos, a partir da data de outorga de 10 de maio de 2019.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia e suas controladas apuram o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pro rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

Premissas e cálculo do valor justo das Ações Outorgadas:

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP	2º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	234.703	205.302
Opções de ações prescritas	18.360	5.452
Prazo de carência	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco ^(a)	8,2%	7,7%
Volatilidade ^(b)	29,29%	25,06%
Valor justo na data da outorga	R\$27,68	R\$34,07

Notas Explicativas

(a) Para 1º programa taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2021). Para 2º programa taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2022).

(b) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o Total Shareholder Return (TSR)) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício associados.

No período findo de 30 de junho de 2020, foram contabilizados R\$1.984 (R\$1.321 em 30 de junho de 2019) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do período na rubrica de despesas operacionais, sendo R\$438 (R\$499 em 30 de junho de 2019) e R\$1.546 (R\$822 em 30 de junho de 2019) na controladora e nas controladas, respectivamente. O montante reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido em 30 de junho de 2020 foi de R\$6.946 (R\$4.962 em 31 de dezembro de 2019).

14. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das informações financeiras intermediárias e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada período e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

A Companhia e suas controladas possuem prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos nas informações financeiras intermediárias de R\$228.318 (R\$201.720 em 31 de dezembro de 2019) na controladora e R\$3.273.810 (R\$3.199.359 em 31 de dezembro de 2019) no consolidado.

	Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
Ativo		
Prejuízos fiscais	231.840	210.404
Base negativa da contribuição social	85.615	77.870
Diferenças temporárias	1.243.614	1.161.077
Total - ativo não circulante	1.561.069	1.449.351

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Passivo				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	233.208	234.290	3.372.806	3.281.696
Contribuição Social	83.955	84.345	1.214.210	1.181.411
Total - passivo não circulante	317.163	318.635	4.587.016	4.463.107
Total líquido - ativo e passivo não circulante	(317.163)	(318.635)	(3.025.947)	(3.013.756)

Notas Explicativas

A diferenças temporárias são como segue:

	Controladora			
	30/06/2020		31/12/2019	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo (*)	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Ganho auferido na combinação de negócios	(818.693)	(278.356)	(818.693)	(278.356)
Ganho/perda investimentos	(124.352)	(42.280)	(124.352)	(42.280)
Outras exclusões/adições	10.213	3.473	5.885	2.001
Total - Passivo Não Circulante	(932.832)	(317.163)	(937.160)	(318.635)

(*) base de cálculo reduzida do limite fiscal de 30%.

	Consolidado			
	30/06/2020		31/12/2019	
	Base de Cálculo	IRPJ + CSSL	Base de Cálculo (*)	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	927.360	231.840	841.614	210.404
Base negativa da contribuição social	951.273	85.615	865.225	77.870
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - (PPECLD e Daycoval)	853.169	290.077	658.950	224.043
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	873.361	296.943	876.353	297.960
Créditos fiscais - ágio (1)	228.157	77.573	240.615	81.809
Provisão ajuste atuarial	827.406	281.318	807.132	274.425
Outras provisões (PEE, P&D, Honorários e Outras)	558.349	189.839	534.695	181.796
Marcação a mercado da dívida	247.384	84.111	220.287	74.898
Outras adições temporárias	72.061	24.502	76.886	26.146
Intangível - mais valia (2)	(7.430.231)	(2.526.279)	(7.585.952)	(2.579.224)
Resultado auferido na combinação de negócios (*)	(1.007.100)	(342.414)	(1.007.100)	(342.414)
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações (3)	(1.114.352)	(378.880)	(1.115.840)	(379.386)
Ajustes a valor presente (4)	(2.350.837)	(799.285)	(2.367.238)	(804.861)
Marcação a mercados - derivativos	(1.250.517)	(425.176)	(726.704)	(247.080)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(98.633)	(33.535)	(110.657)	(37.623)
Remuneração do ativo de contrato	(117.401)	(39.916)	(88.941)	(30.239)
Ganho/perda investimentos	(124.352)	(42.280)	(124.352)	(42.280)
Total	(7.954.903)	(3.025.947)	(8.005.027)	(3.013.756)
Total - Ativo Não Circulante	5.536.318	1.561.069	5.121.757	1.449.351
Total - Passivo Não Circulante	(13.491.221)	(4.587.016)	(13.126.784)	(4.463.107)

(*) base de cálculo reduzida do limite fiscal de 30%.

- (1) Os créditos fiscais - ágio no montante de R\$77.753 (R\$81.809 em 31 de dezembro de 2019) está sendo realizados pelo prazo remanescente de exploração das concessões das controladas: EBO (12 anos) e EPB (13 anos) pelo método linear.
- (2) Intangível mais valia - inclui R\$1.844.204 (R\$1.876.717 em 31 de dezembro de 2019) de tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o montante da mais valia atribuída ao valor da concessão calculado na combinação de negócios de ERO e EAC, deduzido de R\$32.513 (R\$65.027 em 31 de dezembro de 2019) de amortização realizada no período.
- (3) Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações - refere-se ao Imposto de renda e contribuição social, incidentes sobre a parcela do ativo financeiro indenizável da concessão - VNR das controladas EMG, ENF e ESS que por terem assinados os novos aditivos dos contratos de concessão que prorrogaram o prazo da concessão até 2045, transferiram o saldo do ativo financeiro indenizável da concessão apurado até assinatura daqueles aditivos para o ativo intangível a serem amortizados ao longo da vida útil remanescente dos bens de acordo com novo prazo de concessão e que resultará nas realizações dos créditos diferidos que serão realizados com base na amortização.
- (4) Ajuste a valor presente - refere-se basicamente ao valor, registrado pelas controladas Rede Energia Participações e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções A e B.

Notas Explicativas

Realizações dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Consolidado
2021	50.704
2022	120.431
2023	114.583
2024	112.440
2025	105.618
2026 a 2027	235.538
2028 a 2030	821.755
Total	1.561.069

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora			
	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019
Resultados antes dos tributos sobre o lucro	(103.869)	466.971	(37.098)	78.579
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	35.315	(158.770)	12.613	(26.717)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Equivalência patrimonial	66.501	124.257	72.808	169.454
Marcação a mercado - bônus de subscrição (*)	(102.423)	47.345	(65.947)	(106.067)
Créditos tributários não constituído no período	(105)	(11.361)	(13.329)	(32.680)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(712)	1.471	6.145	3.990
Alíquota efetiva	0,69%	0,32%	16,56%	5,08%

	Consolidado			
	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(14.773)	656.890	81.928	375.933
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	5.023	(223.343)	(27.856)	(127.817)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Incentivos do SUDENE e SUDAM (1)	33.201	62.421	69.199	119.427
Créditos tributários não constituídos no período	(20.445)	(72.736)	(68.465)	(145.559)
Marcação a mercado - bônus de subscrição (*)	(102.423)	47.345	(65.947)	(106.067)
Efeito do regime tributário - lucro presumido	11.436	22.989	-	-
Incentivos fiscais e outros itens permanentes	7	166	2.281	3.997
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(73.201)	(163.158)	(90.788)	(256.019)
Alíquota efetiva	495,51%	24,84%	110,82%	68,10%

(*) Refere-se aos valores do bônus de subscrição das debêntures de 7ª emissão, vide nota explicativa nº 22.

- (1) Em 2012 a ESE, EPB e EBO obtiveram aprovação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE dos novos pedidos de benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados sobre o lucro da exploração, para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021. Já as controladas ETO e EMT obtiveram aprovação de seus pleitos de redução do imposto de renda e adicionais (em 75%) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM em dezembro/2014 para o período de 01/01/2014 a 31/12/2023.

Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas correspondem a R\$62.421 (R\$119.427 em 30 de junho de 2019). Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" e serão destinados à reserva de incentivo fiscais nas controladas.

Em 2018, as controladas, amparadas pela legislação vigente, formalizaram novos pedidos para obtenção do benefício fiscal, a fim de ampliá-lo pelo período de 10 anos, a contar do momento da sua aprovação.

Neste sentido, a ESE e EBO tiveram seus benefícios ampliados para 31/12/2027 e 31/12/2028, respectivamente. As demais controladas ainda aguardam a análise de seus pedidos que foram formalizados junto à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

Com a publicação da Lei nº 13.799/2019, estendeu-se o prazo para aprovação e obtenção do Incentivo Fiscal de Redução de 75% do IRPJ e adicionais até 31/12/2023. Dessa forma, a previsão é que os projetos das controladas tenham os benefícios garantidos por parte da SUDENE até o ano calendário de 2028, após a emissão dos Laudos Constitutivos, aumentando o prazo de fruição em mais de 7 anos.

Notas Explicativas

15. Ativo financeiro indenizável da concessão e concessão do serviço público (ativo de contrato) - consolidado

15.1 Ativo financeiro indenizável da concessão

Os contratos de distribuição de energia elétrica das controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e nos contratos de concessão assinados pelas controladas e Aneel.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão foi registrada em receitas operacionais como ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$9.667 (R\$232.689 em 31 de dezembro de 2019).

Segue as movimentações ocorridas no período/exercício:

	Saldos em 31/12/2019	Adições (1)	Baixas	Receitas operacionais -ativo financeiro indenizável da concessão (2)	Saldos em 30/06/2020
Energisa Minas Gerais (EMG)	31.232	437	(2)	62	31.729
Energisa Paraíba (EPB)	640.976	22.733	(224)	1.464	664.949
Energisa Sergipe (ESE)	466.695	20.934	(473)	1.013	488.169
Energisa Nova Friburgo (ENF)	3.927	99	-	8	4.034
Energisa Borborema (EBO)	74.014	2.309	(28)	166	76.461
Energisa Mato Grosso (EMT)	2.689.436	152.927	(6.199)	4.843	2.841.007
Energisa Tocantins (ETO)	28.297	6.318	(18)	49	34.646
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	1.095.447	42.958	(1.307)	1.948	1.139.046
Energisa Sul Sudeste (ESS)	62.080	2.217	-	108	64.405
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO)	29.027	2.701	(1.903)	(93)	29.732
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC)	9.829	325	-	99	10.253
Saldo Não Circulante	5.130.960	253.958	(10.154)	9.667	5.384.431

(1) Transferência do intangível para o ativo financeiro indenizável da concessão.

(2) Os ativos financeiros estão demonstrados e classificados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual a melhor expectativa da Administração e no histórico de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

	Saldos em 31/12/ 2018	Adições (1)	Baixas	Receitas operacionais -ativo financeiro indenizável da concessão (2)	Transferência para intangível - contrato de concessão (3)	Saldos em 31/12/2019
Energisa Minas Gerais (EMG)	23.791	6.377	(11)	1.075	-	31.232
Energisa Paraíba (EPB)	548.227	69.134	(681)	24.296	-	640.976
Energisa Sergipe (ESE)	412.032	39.968	(647)	15.342	-	466.695
Energisa Nova Friburgo (ENF)	3.409	369	-	149	-	3.927
Energisa Borborema (EBO)	63.360	7.938	(66)	2.782	-	74.014
Energisa Mato Grosso (EMT)	2.118.843	483.455	(10.874)	98.012	-	2.689.436
Energisa Tocantins (ETO)	1.152.116	246.664	(21.990)	40.739	(1.389.232)	28.297
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	915.844	141.274	(3.059)	41.388	-	1.095.447
Energisa Sul Sudeste (ESS)	45.348	14.700	(37)	2.069	-	62.080
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO)	15.419	12.179	(23)	1.452	-	29.027
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC)	3.020	1.424	-	5.385	-	9.829
Saldo Não Circulante	5.301.409	1.023.482	(37.388)	232.689	(1.389.232)	5.130.960

(1) Transferência do intangível para o ativo financeiro indenizável da concessão.

(2) Os ativos financeiros estão demonstrados e classificados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual a melhor expectativa da

Notas Explicativas

Administração e no histórico de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

- (3) O contrato de concessão vigente da controlada ETO em 31 de dezembro de 2019 tem seu vencimento em 30 de janeiro de 2020. Contudo o mesmo teve sua renovação, através do Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, para o qual foi assinado em 06 de dezembro de 2019, o que concedeu à Companhia a prorrogação do prazo, por mais 30 anos, para distribuição de energia elétrica, tendo o novo vencimento em 31 de dezembro de 2049.

A controlada Energisa Tocantins de acordo com o novo prazo de exploração da concessão ora renovada efetuou novos cálculos de seus ativos considerando os novos prazos de amortizações, tendo reclassificado em dezembro de 2019 o montante de R\$1.389.232 do Ativo financeiro indenizável da concessão para o intangível em serviço.

15.2 Concessão do serviço público (ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Os ativos contratuais, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

Ademais, conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, as controladas passaram a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde, para o período findo em 30 de junho de 2020 não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Segue as movimentações do ativo de contrato ocorrida no período/exercício:

Descrição	EPA I	EGO I	EPA II	ETT	Consolidado
Linhas de Transmissão	LT 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia C1 e C2, CD e SE 230/138 kV Santana do Araguaia.	LT 230 kV Rio Verde Norte - Jataí, CD e ampliação da SE Rio Verde Norte.	LT 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia C1 e C2, CD e SE 230/138 kV Santana do Araguaia.	LT 230 kV Dianópolis II - Barreiras II C1, Gurupi C1, Palmas C1, SE 230/138-13,8Kv e SE 500/230kV Gurupi (novo setor 230	-
WACC Regulatório	0,85%	0,85%	0,71%	0,71%	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	136.547	154.536	3.775	-	294.858
Adições (i)	157.816	130.209	76.371	17.459	381.855
Remuneração do ativo de contrato (ii)	99.342	106.674	13.618	8.399	228.033
Atualização monetária	24.413	25.247	2.256	412	52.328
Saldos em 31 de dezembro de 2019	418.118	416.666	96.020	26.270	957.074
Adições (i)	34.833	26.598	77.767	11.242	150.440
Remuneração do ativo de contrato (ii)	23.027	1.136	14.162	4.205	42.530
Atualização monetária	24.315	24.958	5.215	1.374	55.862
Realização do ativo de contrato	-	(9.543)	-	-	(9.543)
Saldos em 30 de junho de 2020	500.293	459.815	193.164	43.091	1.196.363
Circulante	-	36.387	-	-	36.387
Não circulante	500.293	423.428	193.164	43.091	1.159.976

Notas Explicativas

- (i) As adições, líquidas de Pis e Cofins, estão relacionadas ao investimento na infraestrutura do serviço público de transmissão de energia elétrica, onde será recuperada pelo fluxo de caixa a ser recebida diretamente dos usuários delegados pelo Poder Concedente, sendo o montante investido no período de R\$144.319 (R\$366.939 em 31 de dezembro de 2019).
- (ii) Refere-se à margem de construção reconhecida durante a obra para remunerar os saldos de recebíveis das concessões de serviços.

16. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Participação em controladas	8.195.729	8.061.348	-	-
Outros	65.916	73.610	77.428	86.730
Total	8.261.645	8.134.958	77.428	86.730

Participação em controladas:

30/06/2020									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição de Energia Elétrica								77.692	2.860.776
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	819	228.428	1.033.599	774.576	259.023	18.433	18.433	259.023
Energisa Sergipe (SE)	100	196	417.604	2.021.066	1.651.984	369.082	65.450	65.450	369.082
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	576.055	2.883.377	1.964.507	918.870	152.171	152.171	918.870
Energisa Borborema (EBO)	100	293	82.532	391.149	249.585	141.564	14.352	14.352	141.564
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	30	63.343	227.844	139.898	87.946	4.738	4.738	87.946
Energisa Acre (EAC)	95,09	230.096.300	863.943	3.623.821	2.591.657	1.032.164	(6.594)	(6.270)	981.486
Energisa Rondônia (ERO)	95,52	4.004.678	3.440.348	7.643.884	7.536.263	107.621	(179.202)	(171.182)	102.805
Geração de Energia Elétrica								(1.740)	52.615
Parque Eólico Sobradinho	100	9.871	9.871	4.822	124	4.698	(60)	(60)	4.698
Energisa Geração Usina Maurício	100	5.704	5.704	6.258	268	5.990	141	141	5.990
Energisa Geração Solar Coremas	100	1.024	1.024	322	-	322	(4)	(4)	322
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	79	70	1	-	1	(3)	(3)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	80	71	1	-	1	(3)	(3)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	80	71	1	-	1	(3)	(3)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	80	71	1	-	1	(3)	(3)	1
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	100	1.136	1.136	1.299	15	1.284	(117)	(117)	1.284
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	100	190	190	119	16	103	(96)	(96)	103
Alsol Energias Renováveis S/A	89,21	16	50.634	213.784	168.700	45.084	(1.784)	(1.592)	40.214
Transmissora de Energia Elétrica								-	30
Energisa Transmissora de Energia I S/A	100	1	11	10	-	10	-	-	10
Energisa Transmissora de Energia II S/A	100	1	11	10	-	10	-	-	10
Energisa Transmissora de Energia III S/A	100	1	11	10	-	10	-	-	10
Comercialização de Energia Elétrica								(8.778)	23.517
Energisa Comercializadora	100	5.119	5.119	477.610	454.093	23.517	(8.778)	(8.778)	23.517
Prestação de Serviços								1.952	134.938
Energisa Soluções	100	127.819	127.819	220.732	89.642	131.090	1.739	1.739	131.090
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspção	100	6.663	6.663	1.623	939	684	(461)	(461)	684
Energisa Planejamento	58,26	1.686	4.109	6.238	808	5.430	1.157	674	3.164
Holdings e demais Companhias								296.334	4.956.186
Dinâmica Direitos Creditórios	100	1.955	1.877	1.860	2	1.858	(19)	(19)	1.858
Denerge S/A	99,97	776	2.063.475	2.616.242	705.833	1.910.409	130.152	127.878	1.909.946
Energisa Transmissora de Energia S/A	100	32.707	32.707	1.363.257	943.282	419.975	75.292	75.292	419.975
Energisa Participações Minoritárias S/A	85,31	427.958	5.009.167	3.084.092	7.722	3.076.370	109.428	93.356	2.624.579
Volt Capital S.A.	99,90	1	1	1	173	(172)	(173)	(173)	(172)
Ágio pago na aquisição de controladas								(7.559)	167.667
Total								357.901	8.195.729

Notas Explicativas

31/12/2019									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição de Energia Elétrica								(59.706)	3.027.209
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	819	228.428	919.577	663.210	256.367	37.977	37.977	256.367
Energisa Sergipe (SE)	100	196	417.604	1.975.317	1.619.945	355.372	147.099	147.099	355.372
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	571.865	2.841.801	1.911.238	930.563	314.225	314.225	930.563
Energisa Borborema (EBO)	100	293	82.532	358.964	223.352	135.612	36.675	36.675	135.612
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	30	63.343	220.099	132.384	87.715	12.795	12.795	87.715
Energisa Acre (EAC) (atual denominação social da Companhia de Eletricidade do Acre (ACRE)) ⁽¹⁾	95,09	230.096.300	863.943	3.371.290	2.332.620	1.038.670	(80.792)	(74.467)	987.672
Energisa Rondônia (ERO) (atual denominação Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON)) ⁽¹⁾	95,52	4.004.678	3.440.348	7.668.461	7.381.721	286.740	(568.548)	(534.010)	273.908
Geração de Energia Elétrica								3.566	52.719
Parque Eólico Sobradinho	100	9.291	9.291	4.724	126	4.598	(148)	(148)	4.598
Energisa Geração Usina Maurício	100	1.789	1.789	5.124	355	4.769	(402)	(402)	4.769
Energisa Geração Solar Coremas	100	1.014	1.014	316	-	316	(12)	(12)	316
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	68	59	1	-	1	(11)	(11)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	69	60	1	-	1	(12)	(12)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	69	60	1	-	1	(12)	(11)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	68	59	1	-	1	(12)	(12)	1
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	100	173	173	1.108	17	1.091	(45)	(45)	1.091
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	100	173	173	165	16	149	(41)	(41)	149
Alsol Energias Renováveis S/A	89,21	16	50.634	220.222	173.374	46.847	4.775	4.260	41.792
Transmissora de Energia Elétrica								(3)	30
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	-	-	-	10	-	10	-	-	-
Energisa Transmissora de Energia I S/A	100	1	1	10	-	10	(1)	(1)	10
Energisa Transmissora de Energia II S/A	100	1	1	10	-	10	(1)	(1)	10
Energisa Transmissora de Energia III S/A	100	1	1	10	-	10	(1)	(1)	10
Comercialização de Energia Elétrica								36.100	32.272
Energisa Comercializadora	100	5.119	5.119	524.383	492.111	32.272	36.100	36.100	32.272
Prestação de Serviços								14.861	133.234
Energisa Soluções	100	127.819	127.819	215.909	86.647	129.262	16.057	16.057	129.262
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	6.313	6.313	1.760	1.000	760	(2.292)	(2.292)	760
Energisa Planejamento	58,26	1.686	4.109	7.145	1.632	5.513	1.881	1.096	3.212
Holdings e demais Companhias								1.082.955	4.660.371
Dinâmica Direitos Creditórios	100	1.955	1.877	1.982	27	1.955	181	181	1.955
Denerge S/A	99,97	726	1.930.538	2.206.610	423.868	1.782.743	402.313	402.216	1.782.341
Energisa Transmissora de Energia S/A	100	32.657	32.657	1.027.142	682.545	344.597	259.381	308.751	344.592
Energisa Participações Minoritárias S/A	85,31	427.958	5.009.167	3.018.686	51.437	2.967.249	424.468	371.807	2.531.482
Volt Capital S.A	99,90	1	1	-	-	-	-	-	1
Ágio pago na aquisição de controladas								(15.118)	155.513
Total								1.062.655	8.061.348

(1) O aumento do percentual das empresas EAC e ERO, refere-se à integralização pela Companhia das sobras de ações não exercida o direito de compra pelos empregados.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 31 de outubro de 2019, foi aprovada alteração da denominação social da Companhia de Eletricidade do Acre (ACRE) e da Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON) passando a vigorar a seguinte redação: Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC) e Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO), respectivamente.

Notas Explicativas

Movimentação dos investimentos realizadas no período:

Controladas	Saldo em 31/12/2019	Aquisição/Adiantamento para futuro aumento de capital	Ganho/Perda aquisição de ações (1)	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldo em 30/06/2020
Distribuição de Energia Elétrica	3.027.209	-	666	(244.791)	-	77.692	2.860.776
Energisa Minas Gerais (EMG)	256.367	-	108	(15.885)	-	18.433	259.023
Energisa Sergipe (SE)	355.372	-	90	(51.830)	-	65.450	369.082
Energisa Paraíba (EPB)	930.563	-	229	(164.093)	-	152.171	918.870
Energisa Borborema (EBO)	135.612	-	48	(8.448)	-	14.352	141.564
Energisa Nova Friburgo (ENF)	87.715	-	28	(4.535)	-	4.738	87.946
Energisa Acre (EAC)	987.672	-	84	-	-	(6.270)	981.486
Energisa Rondônia (ERO)	273.908	-	79	-	-	(171.182)	102.805
Geração de Energia Elétrica	52.719	1.622	14	-	-	(1.740)	52.615
Parque Eólico Sobradinho	4.598	160	-	-	-	(60)	4.698
Energisa Geração Usina Maurício	4.769	1.080	-	-	-	141	5.990
Energisa Geração Solar Coremas	316	10	-	-	-	(4)	322
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	3	-	-	-	(3)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	3	-	-	-	(3)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	3	-	-	-	(3)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	3	-	-	-	(3)	1
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	1.091	310	-	-	-	(117)	1.284
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	149	50	-	-	-	(96)	103
Alsol Energias Renováveis	41.792	-	14	-	-	(1.592)	40.214
Transmissora de Energia Elétrica	30	-	-	-	-	-	30
Energisa Transmissora de Energia I S/A	10	-	-	-	-	-	10
Energisa Transmissora de Energia II S/A	10	-	-	-	-	-	10
Energisa Transmissora de Energia III S/A	10	-	-	-	-	-	10
Comercialização de Energia Elétrica	32.272	-	23	-	-	(8.778)	23.517
Energisa Comercializadora	32.272	-	23	-	-	(8.778)	23.517
Prestação de Serviços	133.234	385	89	(712)	(10)	1.952	134.938
Energisa Soluções	129.262	-	89	-	-	1.739	131.090
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	760	385	-	-	-	(461)	684
Energisa Planejamento	3.212	-	-	(712)	(10)	674	3.164
Holdings e demais Companhias	4.660.371	77	(1.255)	659	-	296.334	4.956.186
Dinâmica Direitos Creditórios	1.955	-	-	(78)	-	(19)	1.858
Denerge S/A	1.782.341	27	(837)	537	-	127.878	1.909.946
Energisa Transmissora de Energia S/A	344.592	50	41	-	-	75.292	419.975
Energisa Participações Minoritárias S/A	2.531.482	-	(459)	200	-	93.356	2.624.579
Volt Capital S.A	1	-	-	-	-	(173)	(172)
Ágio pago na aquisição de controladas	155.513	19.713	-	-	-	(7.559)	167.667
Total	8.061.348	21.797	(463)	(244.844)	(10)	357.901	8.195.729

(1) Refere-se: (i) transações entre sócios da Denerge, Energisa Participações e Energisa Transmissora de Energia reflexas (perda) no valor de R\$2.009; e (ii) um ganho de R\$1.546 de implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) das empresas do Grupo;

Notas Explicativas

Movimentação dos investimentos realizadas no exercício:

Controladas	Saldo em 31/12/2018	Aquisição/Adiantamento Futuro aumento de capital (1)	Ganho/Perda aquisição de ações (2)	Transações de capital (3)	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes (5)	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2019
Distribuição de Energia Elétrica	3.343.444	100.983	79.171	-	(396.540)	(40.143)	(59.706)	3.027.209
Energisa Minas Gerais (EMG)	275.905	-	158	-	(56.199)	(1.474)	37.977	256.367
Energisa Sergipe (SE)	346.353	-	114	-	(108.635)	(29.559)	147.099	355.372
Energisa Paraíba (EPB)	812.723	-	3.404	-	(190.330)	(9.459)	314.225	930.563
Energisa Borborema (EBO)	128.731	-	69	-	(29.914)	51	36.675	135.612
Energisa Nova Friburgo (ENF)	86.040	-	44	-	(11.462)	298	12.795	87.715
Energisa Acre (EAC) (atual denominação social da Companhia de Eletricidade do (ACRE) (*)	949.463	64.693	47.983	-	-	-	(74.467)	987.672
Energisa Rondônia (ERO) (atual denominação social Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON) (*)	744.229	36.290	27.399	-	-	-	(534.010)	273.908
Geração de Energia Elétrica	5.816	43.204	205	-	-	(72)	3.566	52.719
Parque Eólico Sobradinho	4.238	580	-	-	-	(72)	(148)	4.598
Energisa Geração Usina Maurício	1.256	3.915	-	-	-	-	(402)	4.769
Energisa Geração Solar Coremas	318	10	-	-	-	-	(12)	316
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	11	-	-	-	-	(11)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	12	-	-	-	-	(12)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	11	-	-	-	-	(11)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	12	-	-	-	-	(12)	1
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	-	1.136	-	-	-	-	(45)	1.091
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	-	190	-	-	-	-	(41)	149
Alsol Energias Renováveis (6)	-	37.327	205	-	-	-	4.260	41.792
Transmissora de Energia Elétrica	113.920	(113.887)	-	-	-	-	(3)	30
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	60.201	(60.201)	-	-	-	-	-	-
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	52.771	(52.771)	-	-	-	-	-	-
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	948	(948)	-	-	-	-	-	-
Energisa Transmissora de Energia I S/A	-	11	-	-	-	-	(1)	10
Energisa Transmissora de Energia II S/A	-	11	-	-	-	-	(1)	10
Energisa Transmissora de Energia III S/A	-	11	-	-	-	-	(1)	10
Comercialização de Energia Elétrica	18.476	-	14	-	(22.437)	119	36.100	32.272
Energisa Comercializadora	18.476	-	14	-	(22.437)	119	36.100	32.272
Prestação de Serviços	118.589	351	161	-	(1.014)	286	14.861	133.234
Energisa Soluções	112.604	-	161	-	-	440	16.057	129.262
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	2.934	351	-	-	-	(233)	(2.292)	760
Energisa Planejamento	3.051	-	-	-	(1.014)	79	1.096	3.212
Holdings e demais Companhias	3.324.402	747.803	73.098	(6.362)	(479.302)	(82.223)	1.082.955	4.660.371
Dinâmica Direitos Creditórios	1.800	-	-	-	(26)	-	181	1.955
Denerge S/A	1.164.971	747.233	3.756	(6.362)	(479.276)	(50.197)	402.216	1.782.341
Energisa Transmissora de Energia S/A	31.154	579	4.150	-	-	(42)	308.751	344.592
Energisa Participações Minoritárias S/A (4)	2.126.477	(10)	65.192	-	-	(31.984)	371.807	2.531.482
Volt Capital S.A	-	1	-	-	-	-	-	1
Ágio pago na aquisição de controladas	160.877	9.754	-	-	-	-	(15.118)	155.513
Total	7.085.524	788.208	152.649	(6.362)	(899.293)	(122.033)	1.062.655	8.061.348

(*) Em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 31 de outubro de 2019, foi aprovada alteração da denominação social da Companhia de Eletricidade do Acre (ACRE) e da Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON) passando a vigorar a seguinte redação: Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC) e Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO), respectivamente.

- Refere-se; (i) aquisição da Alsol (R\$37.327); (ii) aumento de capital da controlada direta ERO e EAC R\$100.983; (iii) transferência realizada de AFAC para mutuo das controladas indiretas EPA I, EPA II e EGO I de R\$113.920; (iv); (iv) aumento de capital da controlada direta Denerge no montante de R\$747.233.
- Refere-se; (i) a ganho apurado no aporte de capital realizado da ERO de R\$27.244, EAC de R\$47.839 e Alsol de R\$194; (ii) transações entre sócios da Energisa Transmissora de Energia contabilizado diretamente no patrimônio líquido - Impacto da adoção do CPC 47/IFRS15, líquido de tributos (reflexo) no valor de R\$4.095; (iii) reserva de incentivo fiscal reflexa da EPB de R\$3.051; (iv) transações entre sócios da Denerge e Energisa participações reflexas no valor de R\$3.075 (ganho), R\$64.745 (ganho); e (v) valor de R\$2.407 de implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) das empresas do Grupo.
- Refere-se a parcela reflexa do percentual de participação na controlada EEPV, referente a variação do instrumento financeiro derivativo de R\$6.362, apurado no período de 01 de janeiro a 08 de março de 2019, vide nota explicativa nº 35, contabilizado em contrapartida do Patrimônio Líquido.
- Em novembro de 2019, a EPM recebeu aporte primário de R\$260.000 relativo a subscrição de ações preferenciais por acionista minoritário. Com o aporte a participação passou a ser de 85,31% (87,70% em 2018) no capital social da EPM. Com resultado da operação a Companhia passou a deter indiretamente 95,21% (92,7% em 2018) do capital total da Rede Energia e 88,9% (88,4% em 2018) no capital social na EMT. A redução do percentual resultou na perda de participação R\$65.747 contabilizado na partida de transações entre sócios no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

A partir de dezembro de 2018 a Companhia mantém uma opção de compra da totalidade das ações preferencias adquirida por acionistas minoritários. O preço da compra caso incorrido pela Companhia, será o valor do aporte do acionista minoritário acrescido pelo valor de variação (101% da taxa DI) reduzido dos dividendos distribuídos aos minoritários. O acionista minoritário não detém a opção de venda cabendo o *equity risk* do investimento do minoritário estando no controle da Companhia no exercício e não da sua opção de compra.

(5) Refere-se ao reflexo dos Outros Resultado abrangentes (ORA) contabilizado no patrimônio líquido nas subsidiárias;

(6) **Combinação de negócios 2019 - Alsol Energias Renováveis.**

Em 17 de junho de 2019, foi formalizada a transferência para Energisa de 87,01% do capital da Alsol Energias Renováveis S.A, sendo todas as condições suspensivas usuais para transações dessa natureza satisfeitas e/ou dispensadas.

A Administração da Companhia observa um crescimento significativo do mercado de geração distribuída, ainda fragmentado e imaturo no Brasil, e dado no seu histórico bem-sucedido de operações no setor, acredita que poderá adquirir escala e expandir a oferta de novos produtos e serviços no segmento de geração distribuída.

Período de mensuração do *Purchase Price Allocation* (PPA):

A Administração da Companhia efetuou a mensuração do valor justo dos ativos intangíveis e passivos para alocação do preço de aquisição da Alsol de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - “Business Combination” na data da aquisição.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia procedeu revisão de suas estimativas resultando na apuração de ágio pago na aquisição de R\$29.467, originado principalmente pelas cláusulas específicas de contrato de compra e venda que contém definições quanto a parcela de contraprestação variável.

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, são os seguintes:

	Alsol
Valor justo dos ativos adquiridos	2.058
% de participação	87%
Valor da participação	1.792
Valor de aquisição	27.675
Ágio apurado	29.467

A contabilização da aquisição realizada em 17 de junho de 2019 foi mensurada pelo valor justo na data da transação, de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - “Business Combination”.

O ágio apurado na aquisição da controlada Alsol foi de R\$29.467 reconhecido na rubrica “investimentos” na controladora e no “intangível” no consolidado, que inclui parcela variável estimada de R\$17.671 a serem pagos nos próximos 4 anos, registrados em contrapartida de outros passivos. O ágio apurado na aquisição do negócio é devido a expectativa de crescimento do segmento de geração distribuída no Brasil.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias

A Companhia reconheceu o montante de R\$1.668, de provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias, com prognósticos de perdas possíveis e remotas e estão a valor justo dos passivos contingentes assumidos na contabilização inicial da combinação de negócios.

Segue as informações das demonstrações financeiras da empresa Alsol adquirida com posição em 31 de maio de 2019.

	Alsol
Caixa e equivalente de caixa	11.739
Clientes, consumidores e concessionárias	28.407
Estoques	4.703
Outros créditos	8.932
Imobilizado	5.622
Intangível	5.473
Fornecedores	12.100
Empréstimos e financiamentos	116
Arrendamentos operacionais	4.831
Tributos e contribuições sociais	2.910
Impostos de renda e contribuição social diferido	1.385
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	2.177
Outros passivos	39.299
Participação de acionistas não controladores	266

A empresa adquirida contribuiu com uma receita líquida de R\$64.307 e Lucro do exercício de R\$5.165 desde a data de aquisição até 31 de dezembro de 2019 para o resultado consolidado da Companhia.

Notas Explicativas

• Outras informações das participações:

Mais valia dos ativos intangíveis e ágio

A Companhia reconheceu a amortização dos bens intangíveis no período findo em 30 de junho 2020, que tem sua contabilização efetuada na demonstração de resultado nas rubricas de amortização e depreciação e imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, são originados, conforme segue.

	EMT	ETO	EMS	ERO	EAC	Total	
						30/06/2020	31/12/2019
Amortização no período/exercício	(31.933)	(5.303)	(35.704)	(64.199)	(31.429)	(168.568)	(390.165)
IR e CSSL	10.857	1.803	12.139	21.828	10.686	57.313	132.657
Amortização Líquida de tributos	(21.076)	(3.500)	(23.565)	(42.371)	(20.743)	(111.255)	(257.508)

Participações indiretas:

A Companhia detém participações indiretas nas empresas distribuidoras de energia elétrica e serviços, controlada diretamente pela Rede Energia S/A, conforme segue:

30/06/2020					
Controladas indiretas	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período
Distribuição de Energia Elétrica					
Energisa Tocantins	72,99	3.105.659	2.285.879	819.780	46.957
Energisa Mato Grosso	74,33	9.219.336	6.551.158	2.668.178	90.850
Energisa Mato Grosso do Sul	95,14	4.161.248	2.961.510	1.199.738	93.529
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	94,49	2.180.019	1.629.584	550.435	46.761
Multi Energisa Serviços S/A	95,21	27.331	15.987	11.344	3.070
QMRA Participações S.A.	95,20	2.698	493	2.205	4
Rede Power do Brasil S.A.	95,20	475.250	52.073	423.177	33.600
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	95,21	5.371	204.903	(199.532)	(13.776)
31/12/2019					
Controladas indiretas	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Distribuição de Energia Elétrica					
Energisa Tocantins	72,99	2.854.749	2.069.352	785.397	141.215
Energisa Mato Grosso	74,33	8.021.896	5.610.822	2.411.074	391.755
Energisa Mato Grosso do Sul	95,14	3.940.328	2.705.860	1.234.468	196.577
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	94,49	2.064.383	1.490.935	573.448	82.195
Multi Energisa Serviços S/A	95,21	29.562	14.619	14.943	5.558
QMRA Participações S.A.	95,20	2.359	264	2.095	(99)
Rede Power do Brasil S.A.	95,20	460.600	48.289	412.311	75.823
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	95,21	17.952	202.967	(185.015)	(5.476)

Notas Explicativas

17. Imobilizado

Os itens do imobilizado são registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

	Controladora					
	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 31/12/2019	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos em 30/06/2020
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Terrenos	-	606	-	-	-	606
Edificações e benfeitorias	3,39%	28.065	-	-	-	28.065
Máquinas e equipamentos	14,16%	25.072	-	859	-	25.931
Veículos	14,29%	16.990	-	443	-	17.433
Móveis e utensílios	7,11%	16.161	-	170	-	16.331
Total do imobilizado em serviço		86.894	-	1.472	-	88.366
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias		(3.807)	-	-	(473)	(4.280)
Máquinas e equipamentos		(10.766)	-	-	(1.612)	(12.378)
Veículos		(11.022)	-	-	(678)	(11.700)
Móveis e utensílios		(13.426)	-	-	(159)	(13.585)
Total Depreciação acumulada		(39.021)	-	-	(2.922)	(41.943)
Subtotal Imobilizado		47.873	-	1.472	(2.922)	46.423
Imobilizado em curso		16.049	383	(1.472)	-	14.960
Total do Imobilizado		63.922	383	-	(2.922)	61.383

	Controladora						
	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 31/12/2018	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2019
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Terrenos	-	606	-	-	-	-	606
Edificações e benfeitorias	3,39%	27.348	-	717	-	-	28.065
Máquinas e equipamentos	14,22%	22.317	-	2.759	(4)	-	25.072
Veículos	14,29%	17.116	-	247	(373)	-	16.990
Móveis e utensílios	7,41%	15.577	-	584	-	-	16.161
Total do imobilizado em serviço		82.964	-	4.307	(377)	-	86.894
Depreciação acumulada:							
Edificações e benfeitorias		(2.885)	-	-	-	(922)	(3.807)
Máquinas e equipamentos		(7.837)	-	-	-	(2.929)	(10.766)
Veículos		(9.875)	-	-	191	(1.338)	(11.022)
Móveis e utensílios		(13.097)	-	-	-	(329)	(13.426)
Total Depreciação acumulada		(33.694)	-	-	191	(5.518)	(39.021)
Subtotal Imobilizado		49.270	-	4.307	(186)	(5.518)	47.873
Imobilizado em curso		1.798	18.558	(4.307)	-	-	16.049
Total do Imobilizado		51.068	18.558	-	(186)	(5.518)	63.922

Notas Explicativas

	Consolidado						
	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 31/12/2019	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Depreciação	Saldos em 30/06/2020
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Terrenos	-	3.962	-	-	-	-	3.962
Reservatório, Barragens e Adutoras	2,96%	4.552	-	-	-	-	4.552
Edificações e benfeitorias	3,23%	66.260	-	897	-	-	67.157
Máquinas e equipamentos	13,34%	264.985	-	30.091	(2.310)	-	292.766
Veículos	14,27%	77.557	-	1.595	(297)	-	78.855
Móveis e utensílios	6,33%	90.921	-	(3.582)	-	-	87.339
Total do Imobilizado em Serviço		508.237	-	29.001	(2.607)	-	534.631
Depreciação acumulada:							
Reservatório, Barragens e Adutoras		(881)	-	-	-	(37)	(918)
Edificações e benfeitorias		(24.961)	-	61	-	(873)	(25.773)
Máquinas e equipamentos		(166.870)	-	(5.534)	1.023	(11.219)	(182.600)
Veículos		(49.032)	-	467	291	(3.962)	(52.236)
Móveis e utensílios		(63.222)	-	3.978	-	(1.581)	(60.825)
Total Depreciação acumulada		(304.966)	-	(1.028)	1.314	(17.672)	(322.352)
Subtotal Imobilizado		203.271	-	27.973	(1.293)	(17.672)	212.279
Imobilizado em curso		81.296	88.084	(28.999)	-	-	140.381
Total do Imobilizado		284.567	88.084	(1.026)	(1.293)	(17.672)	352.660

(1) O valor de R\$1.026 refere-se às reclassificações entre depreciação do imobilizado e amortização intangível da controlada EAC.

(2) O montante de R\$1.293 refere-se às baixas realizadas no período que inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

	Consolidado							
	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 31/12/2018	Saldo de Aquisição	Adição	Transferências (*)	Baixas (**)	Depreciação	Saldos em 31/12/2019
Imobilizado em Serviço								
Custo:								
Terrenos	-	2.550	-	-	1.412	-	-	3.962
Reservatório, Barragens e Adutoras	2,68%	2.774	-	-	1.778	-	-	4.552
Edificações e benfeitorias	2,92%	58.821	19	-	7.420	-	-	66.260
Máquinas e equipamentos	13,19%	279.268	5.656	1.245	(20.579)	(605)	-	264.985
Veículos	14,26%	74.275	242	-	4.011	(971)	-	77.557
Móveis e utensílios	6,31%	83.721	188	-	7.034	(22)	-	90.921
Total do Imobilizado em Serviço		501.409	6.105	1.245	1.076	(1.598)	-	508.237
Depreciação acumulada:								
Reservatório, Barragens e Adutoras		(824)	-	-	7	2	(66)	(881)
Edificações e benfeitorias		(21.972)	(5)	-	(4.470)	10	1.476	(24.961)
Máquinas e equipamentos		(175.061)	(414)	-	41.725	229	(33.349)	(166.870)
Veículos		(43.704)	(835)	-	1.880	754	(7.127)	(49.032)
Móveis e utensílios		(58.279)	(55)	-	(1.834)	2	(3.056)	(63.222)
Total Depreciação acumulada		(299.840)	(1.309)	-	37.308	997	(42.122)	(304.966)
Subtotal Imobilizado		201.569	4.796	1.245	38.384	(601)	(42.122)	203.271
Imobilizado em curso		8.043	826	107.715	(35.288)	-	-	81.296
Total do Imobilizado		209.612	5.622	108.960	3.096	(601)	(42.122)	284.567

(*) O montante de R\$3.096 refere-se a reclassificações entre o imobilizado e o intangível das controladas EAC e ERO, efetuado após análise dos itens que compõe os ativos elétricos das controladas

Notas Explicativas

(**) O montante de R\$601 refere-se a baixas realizadas no exercício, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais

18. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Intangível - contrato de concessão	-	-	14.220.220	14.301.242
Direito de concessão	-	-	333.885	334.046
Direito de uso	624	694	45.791	50.812
Intangível - Software e Outros	28.112	25.316	150.383	154.824
Total	28.736	26.010	14.750.279	14.840.924

18.1 Intangível - contrato de concessão - Consolidado

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2019	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 30/06/2020
Intangível						
Em serviço:	10,27%	28.441.118	552.399	(92.545)	-	28.900.972
Amortização Acumulada		(11.000.550)	1.395	59.823	(674.444)	(11.613.776)
Total Intangível		17.440.568	553.794	(32.722)	(674.444)	17.287.196
(-) Obrigações vinculadas à concessão Em Serviço						
Custo	3,82%	5.773.053	53.373	-	-	5.826.426
Amortização Acumulada		(2.633.727)	-	-	(125.723)	(2.759.450)
Total das Obrigações vinculadas à concessão		3.139.326	53.373	-	(125.723)	3.066.976
Total Intangível		14.301.242	500.421	(32.722)	(548.721)	14.220.220

(1) Do montante de R\$500.421, R\$499.026 são transferências oriundas do ativo contratual - Infraestrutura em construção e R\$1.395 são reclassificações entre imobilizado e intangível das controladas EAC, ERO e ETO.

(2) As baixas no montante de R\$32.722 referem-se às baixas realizadas no período, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

(3) A Companhia registrou no período, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$18.445 (R\$36.499 em 31 de dezembro de 2019), não inclui o montante de R\$3.649 referente a despesa de depreciação de provisão de incorporação de redes.

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2018	Adição	Adição - Ativo financeiro indenizável da concessão (1)	Transferências	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos 31/12/2019
Intangível								
Em serviço:	10,27%	24.757.715	-	2.311.260	1.574.507	(202.364)	-	28.441.118
Amortização Acumulada		(9.770.441)	-	-	(93.747)	156.117	(1.292.479)	(11.000.550)
Total Intangível		14.987.274	-	2.311.260	1.480.760	(46.247)	(1.292.479)	17.440.568
(-) Obrigações vinculadas à concessão Em Serviço								
Custo	3,79%	4.606.612	-	934.118	232.323	-	-	5.773.053
Amortização Acumulada		(2.378.095)	(16.408)	-	(1.135)	-	(238.089)	(2.633.727)
Total das Obrigações vinculadas à concessão		2.228.517	(16.408)	934.118	231.188	-	(238.089)	3.139.326
Total Intangível		12.758.757	16.408	1.377.142	1.249.572	(46.247)	(1.054.390)	14.301.242

Notas Explicativas

- (1) Adição - Ativo financeiro indenizável da concessão - referem-se aos valores do ativo financeiro indenizável da concessão transferidos para o intangível R\$2.11.260 e de obrigações vinculadas à concessão - R\$934.118, em face da renovação do contrato de concessão, conforme detalhado na nota explicativa nº 16.
- (2) As baixas no montante R\$46.247 referem-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.
- (3) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$36.499 (R\$35.478 em 31 de dezembro de 2018).

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691/2015, de 08 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 10,27% (10,27% em 31 de dezembro de 2019).

O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são como segue:

Obrigações vinculadas à concessão:	30/06/2020	31/12/2019
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	4.496.909	4.415.160
Participação da União - recursos CDE ⁽²⁾	2.029.107	1.926.170
Participação do Governo do Estado ⁽²⁾	336.031	336.031
Reserva para reversão ⁽³⁾	8.060	8.442
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	329.713	329.713
(-) Amortização acumulada	(2.759.450)	(2.633.727)
Total	4.440.370	4.381.789
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	1.027.156	1.009.751
Infraestrutura - Intangível em serviço	3.066.976	3.139.326
Ativo contratual - infraestrutura em construção e intangível em curso	346.238	232.712
Total	4.440.370	4.381.789

- (1) As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- (2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao programa Luz para Todos. O saldo contempla o efeito da devolução da 4ª Tranche de LPT da controlada EAC em dezembro/2019.
- (3) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5% a.a. pagos mensalmente.

18.2 Direito de concessão - consolidado

	Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
Reconhecido por controladas ⁽¹⁾	538.012	538.012
Reconhecido pela controladora ⁽²⁾	298.589	298.589
Aquisição participação ⁽³⁾	96.825	77.112
Amortização acumulada	(599.541)	(579.667)
Subtotal	333.885	334.046

Notas Explicativas

A movimentação é como segue:

	Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
Saldo inicial	334.046	364.038
Aquisição participação	19.713	9.754
Amortização no período/exercício	(19.874)	(39.746)
Saldo final	333.885	334.046

(1) Intangível reconhecido por controlada:

Corresponde ao direito de concessão incorporado pela controlada ESE que está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica (dezembro de 2027).

A amortização gera uma redução de imposto de renda e contribuição social da ordem de 34%. Em 30 de junho de 2020, o saldo a amortizar pela controlada é de R\$166.220 (R\$178.533 em 31 de dezembro de 2019).

(2) Intangíveis reconhecidos pela controladora:

Correspondem aos direitos de concessão das participações societárias nas controladas EBO, ESE e EPB, no montante de R\$101.141 (R\$106.071 em 31 de dezembro de 2019). Desde 01 de janeiro de 2017, a Companhia de acordo com o IAS 16 passou a registrar a amortização do ativo da concessão pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração da concessão, pelo método linear.

A Companhia detém o controle acionário da empresa de propósitos específicos Parque Eólico Sobradinho, localizada no município Sobradinho - BA, que é detentora de projetos eólicos, pelo montante de R\$7.022 (R\$7.022 em 31 de dezembro de 2019). Os valores pagos na aquisição do parque eólico estão alocados como concessão, a serem amortizados em 35 anos a partir da entrada em operação comercial.

(3) Combinação de negócio - Aquisição de participação

Em 11 de abril de 2014, foi formalizada a transferência das participações societárias que asseguram o controle acionário das sociedades integrantes do Grupo Rede para a Energisa, nos termos do Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças.

O valor do ágio apurado na aquisição das Companhias montou em R\$165.552 foi reconhecido na rubrica “investimentos” na controladora e no “intangível” no consolidado. O preço da aquisição no valor simbólico de R\$1,00 (um real), baseado nas avaliações do patrimônio líquido das empresas adquiridas a valor de mercado. O ágio apurado na aquisição decorre principalmente pela não consideração nas premissas de cálculos do PPA da renovação das concessões de distribuição de energia elétrica prevista pela Lei nº 12.783/2013, que mesmo com a edição do Decreto nº 8.461/2015, que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, suspenso pelo Tribunal de Contas da União o que impossibilitou a assinatura do novo contrato de concessão e da variação entre a média considerada no processo de definição de preço e a melhor estimativa do patrimônio líquido a valor justo na data efetiva da aquisição.

Do montante do ágio de R\$165.552, foram deduzidos os ganhos de capital por aumento de participação nos aportes de capital realizados nas controladas JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia no montante de R\$96.345, totalizando o montante de R\$69.207. Em maio de 2015, em face da alienação dos ativos da controlada indireta Tangará S/A, foram transferidos para bens destinados em alienação o montante de R\$6.361. No período findo em 30 de junho de 2020 foram amortizados R\$37.323 (R\$34.692 em 31 de dezembro de 2019).

Em 14 de maio de 2015, a Companhia adquiriu o controle acionário da controlada Dinâmica Direitos Creditórios apurando um ágio de R\$4.512.

Em 17 de junho de 2019, foi formalizada a transferência para Energisa de 87,01% do capital da Alsol Energias Renováveis S.A, com apuração de ágio de R\$9.754 e em 30 de junho de 2020 foi formalizada uma apuração de ágio de R\$29.467.

Notas Explicativas

A previsão de amortização dos direitos de concessão e a redução do imposto de renda e da contribuição social é como segue:

Período de amortização	Consolidado	Redução do imposto de renda e contribuição social
2021 e 2022	54.507	12.559
2023 e 2024	74.289	16.745
2025 e 2026	74.289	16.745
2027 e 2028	55.484	10.466
2029 e 2030	24.145	-
2031 e 2032	13.572	-
2033 em diante	19.387	-
Total	315.673	56.515

18.3 Intangível - direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Controladora			
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/ 2019	Amortização	Saldos em 30/06/2020
Direito de Uso - Imóveis	17,82%			
Custo		795	-	795
Amortização Acumulada		(101)	(70)	(171)
Total		694	(70)	624

	Controladora					
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2018	Adoção Inicial CPC 06 (R2)	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2019
Direito de Uso - Imóveis	12,81%					
Custo		-	777	18	-	795
Amortização Acumulada		-	-	-	(101)	(101)
Total		-	777	18	(101)	694

	Consolidado					
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2019	Adição	Baixas	Amortização	Saldos em 30/06/2020
Direito de Uso - Imóveis	20,74%					
Custo		66.588	6.352	(4.276)	-	68.664
Amortização Acumulada		(15.776)	-	-	(7.097)	(22.873)
Total		50.812	6.352	(4.276)	(7.097)	45.791

	Consolidado							
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2018	Saldo de aquisição	Adoção Inicial CPC 06 (R2)	Adição	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2019
Direito de Uso - Imóveis	28,19%							
Custo		-	4.829	39.693	24.196	(2.130)	-	66.588
Amortização Acumulada		-	(74)	-	-	-	(15.702)	(15.776)
Total		-	4.755	39.693	24.196	(2.130)	(15.702)	50.812

Notas Explicativas

18.4 Intangível - software e outros

	Controladora					
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2019	Adições	Transferências	Amortização	Saldos em 30/06/2020
Custo dos softwares						
Em serviço	20,00%	36.983	-	4.351	-	41.334
Amortização Acumulada		(18.146)	-	-	(3.073)	(21.219)
Em Curso		6.479	5.869	(4.351)	-	7.997
Total		25.316	5.869	-	(3.073)	28.112

	Controladora					
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2018	Adições	Transferências	Amortização	Saldos em 31/12/2019
Custo dos softwares						
Em serviço	20,00%	27.376	-	9.607	-	36.983
Amortização Acumulada		(14.030)	-	-	(4.116)	(18.146)
Em Curso		341	15.745	(9.607)	-	6.479
Total		13.687	15.745	-	(4.116)	25.316

	Consolidado						
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2019	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldos em 30/06/2020
Intangível							
Em serviço:	13,36%	440.222	175	17.705	(707)	-	457.395
Amortização Acumulada		(295.858)	-	(367)	141	(22.653)	(318.737)
Em curso		10.460	6.283	(5.018)	-	-	11.725
Total		154.824	6.458	12.320	(566)	(22.653)	150.383

	Consolidado								
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2018	Saldo de aquisição	Adição	Adição - Ativo financeiro indenizável da concessão (1)	Transferências	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2019
Intangível									
Em serviço:	13,18%	366.987	992	-	12.090	75.021	(14.868)	-	440.222
Amortização Acumulada		(261.827)	(274)	-	-	(6.132)	14.868	(42.493)	(295.858)
Em curso		4.353	-	17.814	-	(11.707)	-	-	10.460
Total		109.513	718	17.814	12.090	57.182	-	(42.493)	154.824

(1) Adição - Ativo financeiro indenizável da concessão - referem-se aos valores do ativo financeiro indenizável da concessão transferidos para o intangível R\$12.090, em face da renovação do contrato de concessão, conforme detalhado na nota explicativa nº 16.

Notas Explicativas

19. Ativo contratual - Infraestrutura em construção - Consolidado

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldos 31/12/2019	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Saldos 30/06/2020
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	1.701.625	1.139.562	(565.088)	(271.363)	2.004.736
Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	232.712	184.304	(53.373)	(17.405)	346.238
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	1.468.913	955.258	(511.715)	(253.958)	1.658.498

(1) Do montante de R\$511.715 (R\$1.309.850 em 31 de dezembro de 2019), R\$512.742 foram transferidos para o intangível.

(2) As baixas no montante de R\$253.958 referem-se as bifurcações do ativo contratual líquido das obrigações especiais para o ativo financeiro indenizável da concessão.

	Saldos 31/12/2018	Adição	Transferências	Baixas (*)	Saldos 31/12/2019
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	1.651.479	2.676.043	(1.534.832)	(1.091.065)	1.701.625
Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	314.168	211.109	(224.982)	(67.583)	232.712
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	1.337.311	2.464.934	(1.309.850)	(1.023.482)	1.468.913

(*) As baixas no montante de R\$1.023.482, refere-se as bifurcações do ativo contratual líquido das obrigações especiais para o ativo financeiro indenizável da concessão.

20. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Ampla - CUSD	-	-	4.414	3.805
CCEE ^(1 e 2)	-	-	272.817	456.126
Contratos Bilaterais ⁽²⁾	-	-	1.045.501	1.088.994
Uso de rede básica ⁽²⁾	-	-	69.774	73.548
Conexão à rede ⁽²⁾	-	-	20.710	17.352
Encargo de serviços do sistema	-	-	12.858	3.257
Uso do sistema de distribuição (CUSD) ⁽²⁾	-	-	21.934	22.013
Materiais, serviços e outros ⁽²⁾	1.567	17.462	299.114	423.079
Total	1.567	17.462	1.747.122	2.088.174
Circulante	1.567	17.462	1.643.691	1.988.149
Não Circulante	-	-	103.431	100.025

(1) No segundo trimestre de 2020 a conta CCEE sofreu uma redução em consequência das condições hidrológicas mais favoráveis do Sistema Interligado Nacional (SIN), aliadas à um PLD (Preço das Liquidações das Diferenças) mais baixo, influenciado pela queda do consumo de energia durante a pandemia do covid-19. No exercício de 2019, especificamente nos meses de novembro e dezembro a geração das usinas hidrelétricas foi abaixo da média e as distribuidoras foram obrigadas a assumir um custo maior em decorrência do Risco hidrológico associado a um PLD elevado. Está previsto na Lei nº 12.783/2013, que as despesas relacionadas ao Risco hidrológico são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário.

Notas Explicativas

- (2) Referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, cujo prazo médio de liquidação é de 40 dias.

21. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora							
	Saldos em 31/12/2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 30/06/2020
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
Pós Fixado								
CDI	460.574	250.000	-	(3.527)	12.547	-	-	719.594
Gastos com captação	(424)	-	-	-	879	(3.919)	-	(3.464)
Total do custo	460.150	250.000	-	(3.527)	13.426	(3.919)	-	716.130
Mensuradas ao valor justo								
Moeda estrangeira								
Dólar	324.115	-	(219.088)	(10.790)	125.815	-	-	220.052
Marcação a mercado	4.058	-	-	-	-	-	2.381	6.439
Total ao valor justo	328.173	-	(219.088)	(10.790)	125.815	-	2.381	226.491
Total	788.323	250.000	(219.088)	(14.317)	139.241	(3.919)	2.381	942.621
Circulante	175.190							792.621
Não Circulante	613.133							150.000

	Consolidado							
	Saldos em 31/12/2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 30/06/2020
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
Pré Fixado	932.744	-	(8.240)	(968)	23.503	-	-	947.039
TJLP e TLP	3.263	-	(1.000)	(134)	131	-	-	2.260
Selic	890	-	(211)	(19)	34	-	-	694
CDI	2.384.337	1.876.667	(674.184)	(36.422)	75.308	-	-	3.625.706
TR	928.876	-	-	(21.242)	39.523	-	-	947.157
Gastos com captação	(3.024)	-	-	-	1.938	(6.583)	-	(7.669)
Cesta de moedas	405	-	(233)	(17)	132	-	-	287
Outros	259.042	28.968	(8.771)	(8.375)	7.543	-	-	278.407
Total do custo	4.506.533	1.905.635	(692.639)	(67.177)	148.112	(6.583)	-	5.793.881
Mensuradas ao valor justo								
Moeda estrangeira								
Dólar	3.119.021	473.725	(1.696.767)	(69.599)	1.075.957	-	-	2.902.337
Euro	598.586	122.972	-	(5.503)	261.387	-	-	977.442
Gastos com captação	(1.850)	-	-	-	377	-	-	(1.473)
Marcação a mercado	27.691	-	-	-	-	-	15.250	42.941
Total ao valor justo	3.743.448	596.697	(1.696.767)	(75.102)	1.337.721	-	15.250	3.921.247
Total	8.249.981	2.502.332	(2.389.406)	(142.279)	1.485.833	(6.583)	15.250	9.715.128
Circulante	1.413.791							3.455.181
Não Circulante	6.836.190							6.259.947

Notas Explicativas

	Controladora							
	Saldos em 31/12/2018	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos apropriados	Marcação mercado da dívida	Saldos em 31/12/2019
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
CDI	-	450.000	-	-	10.574	-	-	460.574
Gastos com captação	-	-	-	-	168	(592)	-	(424)
Total do custo	-	450.000	-	-	10.742	(592)	-	460.150
Mensuradas ao valor justo								
Moeda estrangeira								
Dólar	467.308	-	(162.052)	(19.761)	38.620	-	-	324.115
Marcação a mercado	2.054	-	-	-	-	-	2.004	4.058
Total ao valor justo	469.362	-	(162.052)	(19.761)	38.620	-	2.004	328.173
Total	469.362	450.000	(162.052)	(19.761)	49.362	(592)	2.004	788.323
Circulante	158.008							175.190
Não Circulante	311.354							613.133

	Consolidado								
	Saldos em 31/12/2018	Aquisição	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos apropriados	Marcação mercado da dívida	Saldos em 31/12/2019
Mensuradas ao custo									
Moeda nacional									
Pré Fixado	1.249.918	116	-	(358.091)	(9.152)	49.953	-	-	932.744
Pós Fixado									
TJLP e TLP	8.283	-	-	(4.541)	(531)	52	-	-	3.263
Selic	22.793	-	-	(19.112)	(3.220)	429	-	-	890
CDI	2.337.094	-	1.034.900	(972.831)	(174.407)	159.581	-	-	2.384.337
TR	922.846	-	-	-	(72.667)	78.697	-	-	928.876
Gastos com captação	(984)	-	-	-	-	1.348	(3.388)	-	(3.024)
Cesta de Moedas	762	-	-	(375)	(54)	72	-	-	405
Outros	232.786	-	132.488	(108.332)	(12.553)	14.653	-	-	259.042
Total do custo	4.773.498	116	1.167.388	(1.463.282)	(272.584)	304.785	(3.388)	-	4.506.533
Mensuradas ao valor justo									
Moeda estrangeira									
Dólar	3.117.921	-	385.000	(508.874)	(137.753)	262.727	-	-	3.119.021
Euro	351.794	-	240.000	(3.028)	(3.771)	13.591	-	-	598.586
Gastos com captação	(2.606)	-	-	-	-	756	-	-	(1.850)
Marcação a mercado	20.017	-	-	-	-	-	-	7.674	27.691
Total ao valor justo	3.487.126	-	625.000	(511.902)	(141.524)	277.074	-	7.674	3.743.448
Total	8.260.624	116	1.792.388	(1.975.184)	(414.108)	581.859	(3.388)	7.674	8.249.981
Circulante	1.649.423								1.413.791
Não Circulante	6.611.201								6.836.190

Notas Explicativas

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)		Garantias (*)
	30/06/2020	31/12/2019						
Energisa S/A								
Nota Promissória 4ª Emissão (1)	316.355	310.043	CDI +0,55% a.a	jun/21	Final		2,04%	-
FRN Santander - 4130335	70.301	70.447	CDI +0,8948% a.a	nov/22	Final		2,21%	-
FRN Santander - 4132130 (1)				nov/24	Semestral a partir de nov/21		2,22%	-
	80.058	80.084	CDI +0,90% a.a					
ESA X ABC - NP 5ª Emissão 1ª Série	1.518	-	CDI +2,75% a.a	jul/20	Final		3,14%	-
ESA X ABC - NP 5ª Emissão 2ª Série	1.468	-	CDI +2,75% a.a	out/20	Final		3,14%	-
ESA X ABC - NP 5ª Emissão 4ª Série	96.824	-	CDI +2,75% a.a	abr/21	Final		3,14%	-
ESA X ABC - NP 5ª Emissão 3ª Série	1.417	-	CDI +2,75% a.a	jan/21	Final		3,14%	-
ESA X PACTUAL - CCB91/20	151.653	-	CDI +2,50% a.a	abr/21	Final		3,01%	-
Custo de captação incorrido na contratação	(3.464)	(424)						
Total em Moeda Nacional	716.130	460.150						
Resolução 4131 - Itau (1)	220.052	324.115	4,0375% a.a.	mai/21	Anual		37,86%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	6.439	4.058	-	-	-		-	-
Total em Moeda Estrangeira	226.491	328.173						
Total Energisa S/A	942.621	788.323						
Energisa Sergipe								
FIDC Grupo Energisa III	3.150	5.794	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal		2,12%	R
FINAME - Itau BBA	6.914	8.243	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	jan/25	Mensal	1,24%	a 4,26%	A
Parcelamento INERGUS	12.343	12.520	IPC +5,5% a.a	dez/39	Mensal		3,06%	F
Parcelamento INERGUS - Migração	100.702	110.200	IPCA +5,78% a.a	jun/26	Mensal		2,95%	F
Nota Promissória 6ª Emissão (1)	150.209	147.034	CDI + 0,80%	mar/22	Final		2,17%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(253)	(333)	-	-	-		-	-
Total em Moeda Nacional	273.065	283.458						
Resolução 4131 - Citibank (1,4)	-	286.476	Libor + 0,72% a 0,73% a.a.	abr/21	Final	37,35%	a 37,35%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	188.662	139.230	Libor + 1,20% a.a.	jan/21	Final		37,59%	A
Resolução 4131 - Citibank (1,4)	-	44.849	Libor + 0,82% a.a.	set/21	Final		37,40%	A
Resolução 4131 - JL Morgan (1)	19.797	14.587	Libor + 1,30% a.a.	set/21	Final		37,64%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	543	489	-	-	-		-	-
Total em Moeda Estrangeira	209.002	485.631						
Total Energisa Sergipe	482.067	769.089						
Energisa Paraíba								
FIDC Grupo Energisa III	12.809	23.564	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal		2,12%	R
FINAME - Itau	12.476	15.125	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	jan/25	Mensal	1,24%	a 4,26%	A
Parcelamento FUNASA	3.318	3.492	IPCA + 5,94%	dez/29	Mensal		3,03%	-
CCB Bradesco 24032020 (1)	134.782	-	CDI + 4,8005	mar/21	Final		4,14%	A
CCB Itau 25032020	20.379	-	CDI + 4,10	mar/21	Final		3,80%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(585)	(97)	-	-	-		-	-
Total em Moeda Nacional	183.179	42.084						
Resolução 4131 - Itau BBA (1)	-	102.803	3,7995% a.a. (Pré)	jun/20	Final		37,74%	A
Resolução 4131 - Citibank (1,4)	-	75.242	Libor + 0,73% a.a.	jan/21	Final		37,35%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	-	208	-	-	-		-	-
Total em Moeda Estrangeira	-	178.253						
Total Energisa Paraíba	183.179	220.337						
Energisa Minas Gerais								
FIDC Grupo Energisa III	3.149	5.791	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal		2,12%	R
Repasso BNDES I - Itau BBA	275	510	TJLP + 4,75% a.a.	jan/21	Mensal		4,83%	A
Repasso BNDES II - Itau BBA	214	296	UMBND + 3,75% a.a. (*)	jan/21	Mensal		1,96%	A
Repasso BNDES III - Itau BBA	115	213	TJLP + 5,95% a.a.	jan/21	Mensal		5,41%	A
Repasso BNDES IV - Itau BBA	174	324	5,50% a.a. (Pré)	jan/21	Mensal		2,71%	A
FINAME - Itau BBA	5.334	6.406	2,50% a 10,0% a.a. (Pré)	dez/24	Mensal	1,24%	a 4,88%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1, 4)	-	73.367	CDI + 1,3248%	dez/20	Semestral		2,43%	A
CCB Bradesco 24032020 (1)	76.581	-	CDI + 4,8005%	mar/21	Final		4,14%	A
CCB Itau 25032020	40.768	-	CDI + 4,00%	mar/21	Final		3,75%	A
SANTANDER FRN 4137169	37.140	-	CDI + 4,10%	jun/21	Final		3,80%	A
SANTANDER FRN 4137171	37.140	-	CDI + 4,10%	dez/21	Final		3,80%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(293)	(24)	-	-	-		-	-
Total em Moeda Nacional	200.597	86.883						
Resolução 4131 - Itau BBA (1)	-	36.283	3,7995% a.a. (Pré)	jun/20	Final		37,74%	A

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)		Garantias (*)
	30/06/2020	31/12/2019						
Resolução 4131 II - Citibank (1,4)	-	71.183	Libor + 0,72% a.a.	mai/21	Final	37,35%		A
Resolução 4131 - BBM Loan	85.607	63.019	2,77%a.a. (Pré)	abr/21	Final	37,24%		A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	1.577	861	-	-	-	-		-
Total em Moeda Estrangeira	87.184	171.346						
Total Energisa Minas Gerais	287.781	258.229						
Energisa Nova Friburgo								
FIDC Grupo Energisa III	840	1.545	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	2,12%		R
Repasso BNDES I - Itaú	95	191	TJLP + 4,75% a.a. UMBND + 3,75% a.a.	dez/20	Mensal	4,83%		A
Repasso BNDES II - Itaú	73	109		dez/20	Mensal	1,96%		A
Repasso BNDES III - Itaú	40	79	TJLP + 5,95% a.a.	dez/20	Mensal	5,41%		A
Repasso BNDES IV - Itaú	63	126	5,50% a.a. (Pré)	dez/20	Mensal	2,71%		A
FINAME - Itaú	574	683	2,50% a 6,00% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	1,24% a 2,96%		A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1, 4)	-	23.344	CDI + 1,3248% a.a.	dez/20	Semestral	2,43%		A
FRN 4131519	15.030	15.044	CDI + 0,80% a.a.	nov/22	Semestral a partir de nov/21	2,17%		A
FRN 4137167	11.817	-	CDI + 4,10% a.a.	dez/21	Final	3,80%		A
FRN 4137163	11.817	-	CDI + 4,10% a.a.	jun/21	Final	3,80%		A
CCB Safra 001660057	20.000	-	CDI + 2,50% a.a.	jun/21	Final	3,01%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(43)	(7)	-	-	-	-		-
Total em Moeda Nacional	60.306	41.114						
Resolução 4131 - Citibank (1,4)	-	51.557	LIBOR + 0,65 a 1,62% a.a.	set/22	Final	37,31% a 37,80%		A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	-	743	-	-	-	-		-
Total em Moeda Estrangeira	-	52.300						
Total Energisa Nova Friburgo	60.306	93.414						
Energisa Borborema								
FIDC Grupo Energisa III	1.050	1.931	CDI + 0,70% a.a. 2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	dez/20	Mensal	2,12%		R
FINAME - Itaú BBA	1.185	1.417		nov/24	Mensal	1,24% a 4,26%		A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1,4)	-	26.679	CDI + 1,3248%	dez/20	Semestral	2,43%		A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1, 4)	-	20.595	CDI + 0,92%	jul/20	Final	2,23%		A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	15.030	15.044	CDI + 0,80% a.a.	nov/22	Semestral a partir de nov/21	2,17%		A
Safra CCB 001660031	20.000	-	CDI + 2,50% a.a.	jun/21	Final	3,01%		A
Santander FRN 4137155	13.506	-	CDI + 4,10% a.a.	jun/21	Final	3,80%		A
Santander FRN 4137161	13.506	-	CDI + 4,10% a.a.	dez/21	Final	3,80%		A
Santander FRN 4137241	20.252	-	CDI + 4,10% a.a.	jul/21	Final	3,80%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(44)	(8)	-	-	-	-		-
Total em Moeda Nacional	84.485	65.658						
Resolução 4131 - Citibank (1,4)	-	24.840	Libor + 0,97% a.a.	nov/20	Final	37,47%		A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	-	55	-	-	-	-		-
Total em Moeda Estrangeira	-	24.895						
Total Energisa Borborema	84.485	90.553						
Energisa Mato Grosso								
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	353.402	353.402	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29	3,44%		R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	481.901	482.682	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21	2,12%		R
Nota Flutuante de Juros - Santander (1,4)	-	450.626	CDI + 1,25% a 1,3248% a.a.	dez/20	Semestral a partir de dez/19	2,39% a 2,43%		A
Nota Promissória 2ª Emissão (1)	300.168	293.823	CDI + 0,80% a.a.	mar/22	Final	2,17%		A
Santander FRN 4133870	193.155	-	CDI + 0,95% a.a.	fev/23	Semestral a partir de fev/22	2,24%		A
CCB BRADESCO 24032020 (1)	132.740	-	CDI + 4,8005% a.a.	mar/21	Final	4,14%		A
CCB ITAÚ 1011200300114	30.569	-	CDI + 4,10% a.a.	mar/21	Final	3,80%		A
Santander FRN 4135786	321.151	-	CDI + 4,60% a.a.	mar/21	Final	4,04%		A
Santander FRN 4137163	67.528	-	CDI + 4,10% a.a.	jun/21	Final	3,80%		A
Santander FRN 4137165	67.526	-	CDI + 4,10% a.a.	dez/21	Final	3,80%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(983)	(641)	-	-	-	-		-
Total em Moeda Nacional	1.947.157	1.579.892						
Resolução 4131-Bank of America ML (1)	135.576	214.059	Libor + 1,20% a 1,60% a.a.	jan/21	Final	37,59% a 37,79%		A
Citibank Loan - 4131 (1)	78.626	57.899	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	37,84%		A
Citibank EDC Loan - 4131 (1)	78.622	57.892	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	37,89%		A
Citibank Loan - 4131 (1,4)	-	128.422	Libor + 0,82% a.a.	set/21	Final	37,40%		A

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)	Garantias (*)	
	30/06/2020	31/12/2019						
J P MORGAN Loan (1)	146.606	108.167	Libor + 1,05% a.a.	nov/21	Final	37,51%	A	
Merryl Lynch Loan (1)	65.723	48.387	0,6870% a.a.	dez/22	Final	36,17%	A	
Scotiabank Loan (1)	269.422	198.327	2,1964% a.a.	dez/22	Final	36,95%	A	
Citibank Loan 56416 (1)	63.608	-	Libor + 0,60% a.a.	fev/23	Final	37,29%	A	
Citibank Loan 12062020	93.221	-	2,83% a.a.	jan/21	Final	37,27%	A	
Custo de captação incorrido na contratação	(438)	(547)						
Marcação à Mercado de Dívida (2)	10.197	3.238						
Total em Moeda Estrangeira	941.163	815.844						
Total Energisa Mato Grosso	2.888.320	2.395.736						
Energisa Mato Grosso do Sul								
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	291.491	291.492	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29	3,44%	R	
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	219.894	220.250	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21	2,12%	R	
Nota Flutuante de Juros - Santander (4)	-	66.602	CDI + 0,89% a.a.	ago/20	Final	2,21%	A	
Nota Promissória (1)	70.824	-	CDI + 0,95% a.a.	mar/23	Final	2,24%	A	
CCB Safra 001660014	80.000	-	CDI + 2,50% a.a.	jun/21	Final	3,01%	A	
EMS X SANTANDER FRN 4137245	65.818	-	CDI + 4,10% a.a.	ago/21	Final	3,80%	A	
Custo de captação incorrido na contratação	(343)	-						
Total em Moeda Nacional	727.684	578.344						
Loan Citi - 4131 (1)	79.198	58.398	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual após 2021	37,84%	A	
Loan Citi EDC - 4131 (1)	79.179	58.367	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual após 2021	37,89%	A	
Loan Citi - 4131 (1,4)	-	69.151	Libor + 0,825% a.a.	set/21	Final	37,40%	A	
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	69.744	51.345	0,99% a.a. Pré	mai/22	Final	36,32%	A	
Custo de captação incorrido na contratação	(425)	(535)						
Marcação à Mercado de Dívida (2)	2.017	2.339						
Total em Moeda Estrangeira	229.713	239.065						
Total Energisa Mato Grosso do Sul	957.397	817.409						
Energisa Tocantins								
Luz para Todos I - Eletrobrás	6.292	8.486	6,00% a.a.	abr/22	Mensal	2,96%	R	
CCB ITAÚ 101120030007500	20.384	-	CDI + 4,00% a.a.	mar/21	Final	3,75%	R	
Total em Moeda Nacional	26.676	8.486						
Resolução 4131 - Itaú (1)	284.706	209.563	4,352% a.a. (Pré)	jun/21	Final	38,01%	R	
Loan Citi - 4131 (1)	61.491	45.358	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	37,84%	A	
Loan Citi EDC - 4131 (1)	61.470	45.329	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	37,89%	A	
Merrill lynch Loan (1)	170.579	125.885	Libor + 1,20% a.a.	jan/21	Final	37,59%	A	
Custo de captação incorrido na contratação	(401)	(507)						
Marcação à Mercado de Dívida (2)	10.955	6.729						
Total em Moeda Estrangeira	588.800	432.357						
Total Energisa Tocantins	615.476	440.843						
Energisa Sul Sudeste								
CCB ITAÚ 101120030007400	40.768	-	CDI + 4,00%	mar/21	Final	3,75%	A	
Total em Moeda Nacional	40.768	-						
Loan Citi - 4131 (1)	37.566	27.663	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	37,84%	A	
Loan Citi EDC - 4131 (1)	37.569	27.663	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	37,89%	A	
Merrill lynch Loan (1,4)	-	120.883	Libor + 1,10% a.a.	abr/20	Final	37,54%	A	
Loan Citi Loan - 4131 (1,4)	-	64.834	Libor + 1,27% a.a.	jul/23	Anual a partir de 2022	37,62%	A	
Merrill lynch Loan (1)	108.059	79.656	Libor + 1,20% a.a.	ago/21	Final	37,59%	A	
Merrill lynch Loan (1)	150.463	110.774	0,87% Pré a.a.	jun/22	Final	36,26%	A	
Scotiabank Loan (1)	67.355	49.582	2,1964% Pré a.a.	dez/22	Final	36,95%	A	
Merrill lynch Loan (1)	164.443	-	0,7257% Pré a.a.	jan/23	Final	36,22%	A	
Custo de captação incorrido na contratação	(209)	(261)						
Marcação à Mercado de Dívida (2)	4.255	3.622						
Total em Moeda Estrangeira	569.501	484.416						
Total Energisa Sul Sudeste	610.269	484.416						
Energisa Rondônia								
CCEE - Eletrobrás	665.321	649.693	5,00% a.a.	out/48	Mensal a partir de 2024	2,47%	R	
FRN 4131614	49.900	50.048	CDI + 0,90% a.a.	nov/24	Semestral a partir de dez/21	2,22%	A	
Total em Moeda Nacional	715.221	699.741						

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)		Garantias (*)
	30/06/2020	31/12/2019						
Scotiabank Loan	67.355	49.582	2,1964% a.a.	dez/22	Final	36,9 5%		A
Citibank Loan 56545 (1)	75.008	-	Libor + 0,60% a.a.	fev/23	Final	37,2 9%		A
Citibank Loan 56737 (1)	158.842	-	Libor + 0,74% a.a.	mar/23	Final	37,3 6%		A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	2.369	(155)						
Total em Moeda Estrangeira	303.574	49.427						
Total Energisa Rondônia	1.018.795	749.168						
Energisa Acre								
CCEE - Eletrobrás	220.215	215.043	5,00% a.a.	dez/48	Mensal a partir de 2024	2,47 %		R
CCB BRADESCO 24032020 (1)	64.328	-	CDI + 4,8005% a.a.	mar/21	Final	4,14 %		R
Custo de captação incorrido na contratação	(235)	-						
Total em Moeda Nacional	284.308	215.043						
Merrill lynch Loan (1)	487.635	359.045	1,40% a.a.	dez/23	Mensal a partir de 2020	36,5 3%		R + A
Merrill lynch Loan (1)	39.434	29.035	0,7619% a.a.	dez/21	Final	36,2 1%		R + A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	6.686	5.281						
Total em Moeda Estrangeira	533.755	393.361						
Total Energisa Acre	818.063	608.404						
Energisa Soluções								
FINAME - Itaú BBA	1.573	1.779	2,50 a 6,00% a.a. (Pré)	set/24	Mensal	1,24% a	2,96%	A
Total em Moeda Nacional	1.573	1.779						
Banco BBM Loan 4131	29.110	21.420	2,96% a.a.	mar/21	Final	37,3 3%		A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	498	220						
Total em Moeda Estrangeira	29.608	21.640						
Total Energisa Soluções	31.181	23.419						
Energisa Soluções Construções								
FINAME - Itaú BBA	2.175	2.422	6,00% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal		2,96%	A
FINAME - Itaú BBA	694	890	SELIC + 5,14% a 5,20%	abr/22	Mensal	4,30%	a 4,33%	A
FINAME - Itaú BBA	1.735	2.270	TJLP + 4,80% a 4,87% a.a.	abr/22	Mensal	4,85%	a 4,89%	A
Total em Moeda Nacional	4.604	5.582						
Total Energisa Soluções Construções	4.604	5.582						
Energisa Transmissão								
ETE X CITIBANK LOAN 56417	171.743	-	Libor + 0,60% a.a.	fev/23	Final		37,29%	A + R + S
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(2.035)	-						
Total em Moeda Estrangeira	169.708	-						
Total Energisa Transmissão	169.708	-						
Energisa Pará I								
BASA - CCB 048-19/0002-0	162.044	132.830	IPCA + 1,8854% a.a.	jul/39	Mensal a partir de 2023		1,04%	A + R + S
Custo de captação incorrido na contratação	(1.426)	(1.490)						
Total em Moeda Nacional	160.618	131.340						
Total Energisa Pará I	160.618	131.340						
Energisa Comercializadora								
SANTANDER FRN 4127249	40.503	-	CDI + 4,10% a.a.	jun/21	Final	3,80%		A
Total em Moeda Nacional	40.503	-						
SANTANDER 4131 (4)	-	42.208	4,5883% a.a. (Pré)	jun/20	Final	38,13%		-
BBM Loan - 4131	33.308	24.529	Libor + 0,56% a.a.	set/22	Final		37,27%	F
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(560)	3						
Total em Moeda Estrangeira	32.748	66.740						
Total Energisa Comercializadora	73.251	66.740						
Rede Energia S.A.								
Credores "RJ" - Bicbanco	6.227	5.788	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final		0,50%	R
Credores "RJ" - BNB	13.725	12.757	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final		0,50%	R
Total em Moeda Nacional	19.952	18.545						
Total Rede Energia S.A.	19.952	18.545						
Denerge								
FI-FGTS (Reestruturado)	302.264	283.982	TR + 4,00% a.a.	nov/35	Final		1,98%	-

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)	Garantias (*)
	30/06/2020	31/12/2019					
Total em Moeda Nacional	302.264	283.982					
Total Denerge	302.264	283.982					
Cia Téc.de Comercialização de Energia							
Credores "RJ" - BMG	4.791	4.452	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	0,50%	-
Total em Moeda Nacional	4.791	4.452					
Total Cia Téc.de Comerc.de Energia	4.791	4.452					
Em Moeda Nacional	5.793.881	4.506.533					
Em Moeda Estrangeira	3.921.247	3.743.448					
Energisa Consolidada	9.715.128	8.249.981					

(*) A=Aval Energisa S/A, F=Fiança, R=Receíveis, S= Seguro

Condições restritivas financeiras (Covenants):

- (1) Condições de covenants - O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A., sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,25 em 2020 4,0 em 2021 em diante	Trimestral e Anual
EBTIDA Ajustado / Resultado Financeiro	Maior ou igual a: 2,5 em 2020 em diante	Trimestral e Anual
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado (*)	Menor ou igual a: 4,75 em 2020 4,0 em 2021 em diante	Trimestral e Anual

(*) Sem efeito dos ativos e passivos financeiros setoriais.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 35 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 30 de junho de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (2) Estas operações estão sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (vide nota explicativa nº 35 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).
- (3) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no período findo em 30 de junho de 2020. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na Nota Explicativa nº 35 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.
- (4) Em 17 de janeiro, 16 e 31 de março e 24 e 27 de abril de 2020 as controladas abaixo efetuaram a liquidação dos contratos de empréstimos no valor total de R\$1.834.835, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Empresa	Valor liquidados antecipadamente
Energisa Mato Grosso (EMT)	610.519
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	150.712
Energisa Sul Sudeste (ESS)	201.140
Energisa Sergipe (ESE)	397.998
Energisa Minas Gerais (EMG)	160.122
Energisa Paraíba (EPB)	90.378
Energisa Nova Friburgo (ENF)	86.272
Energisa Borborema (EBO)	77.883
Energisa Comercializadora (ECOM)	59.811
Total Liquidado	1.834.835

Notas Explicativas

Garantias:

Para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$113.514 (R\$110.617 em 31 de dezembro de 2019), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo não circulante, consolidado.

Os contratos de financiamentos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 35 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período/exercício:

Moeda/indicadores	30/06/2020	31/12/2019
US\$ x R\$	35,86%	4,02%
TJLP	2,48%	6,17%
SELIC	1,76%	5,96%
CDI	1,77%	5,96%
IPCA	0,10%	4,31%
IGP-M	4,39%	7,32%
LIBOR	1,13%	2,33%
UMBNB	0,10%	0,08%
TR	0,00%	0,00%
IPC-FIPE	0,35%	4,38%
Euro	35,83%	2,06%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2021	34.762	710.165
2022	69.524	1.903.864
2023	22.857	1.058.557
2024	22.857	136.481
Após 2024	-	2.450.880
Total	150.000	6.259.947

22. Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora						
	Saldos em 31/12/2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Saldos em 30/06/2020
Mensuradas ao custo - pós fixado							
CDI	1.230.730	63.500	(233.333)	(11.019)	25.664	-	1.075.542
IPCA	2.306.799	-	-	(104.195)	93.672	-	2.296.276
Gastos com captação	(2.514)	-	-	-	1.069	(429)	(1.874)
Total ao custo	3.535.015	63.500	(233.333)	(115.214)	120.405	(429)	3.369.944
Circulante	969.384						1.027.231
Não Circulante	2.565.631						2.342.713

Notas Explicativas

	Consolidado							
	Saldos em 31/12/2019	Captação (*)	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 30/06/2020
Mensuradas ao custo - pós fixado								
Pré Fixado	55.507	-	-	-	4.210	-	-	59.717
Pós Fixado								
CDI	4.917.344	784.800	(233.332)	(109.827)	121.096	-	-	5.480.081
IPCA	3.736.006	-	-	(130.461)	133.754	-	-	3.739.299
Gastos com captação	(53.566)	-	-	-	8.986	(2.799)	-	(47.379)
Marcação a mercado	283.335	-	-	-	-	-	17.858	301.193
Total ao custo	8.938.626	784.800	(233.332)	(240.288)	268.046	(2.799)	17.858	9.532.911
Circulante	1.167.067							2.325.029
Não Circulante	7.771.559							7.207.882

(*) Emissão de debêntures realizadas pelas controladas no período, conforme segue:

Empresa	Captação	Data	Série	Nº da Emissão	Taxa efetiva de juros
EMT	130.000	15/02/2020	Única	11ª	2,24%
EMS	75.000	22/01/2020	Única	13ª	2,13%
EBO	20.000	15/02/2020	Única	1ª	2,24%
ENF	41.300	15/02/2020	1ª e 2ª	1ª	0,70% e 0,75%
EPB	60.000	15/02/2020	Única	7ª	2,24%
ESE	275.000	15/02/2020	Única	8ª	2,24%
EMG	60.000	15/02/2020	Única	12ª	2,24%
ESS	60.000	15/02/2020	Única	5ª	2,34%
ESA	63.500	05/05/2020	Única	12ª	3,65%
Total	784.800				

	Controladora					
	Saldos em 31/12/2018	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Saldos em 31/12/2019
Mensuradas ao custo - pós fixado						
CDI	1.466.938	-	(233.333)	(101.846)	98.971	1.230.730
IPCA	1.916.183	500.000	(195.586)	(170.122)	256.324	2.306.799
Gastos com captação	(4.849)	-	-	-	2.335	(2.514)
Total ao custo	3.378.272	500.000	(428.919)	(271.968)	357.630	3.535.015
Circulante	492.103					969.384
Não Circulante	2.886.169					2.565.631

	Consolidado							
	Saldos em 31/12/2018	Captação (*)	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos apropriados	Marcação mercado da dívida	Saldos em 31/12/2019
Mensuradas ao custo - pós fixado								
Pré Fixado	51.089	-	-	(3.340)	7.758	-	-	55.507
Pós Fixado								
CDI	4.152.522	1.000.000	(233.333)	(331.404)	329.559	-	-	4.917.344
IPCA	3.277.293	500.000	(195.586)	(221.068)	375.367	-	-	3.736.006
Gastos com captação	(53.439)	-	-	-	16.762	(16.889)	-	(53.566)
Marcação a mercado	99.809	-	-	-	-	-	183.526	283.335
Total ao custo	7.527.274	1.500.000	(428.919)	(555.812)	729.446	(16.889)	183.526	8.938.626
Circulante	526.593							1.167.067
Não Circulante	7.000.681							7.771.559

(*) A Companhia e suas controladas ao longo do ano de 2019 efetuaram emissão de debêntures, conforme segue:

Notas Explicativas

Empresa	Captação	Data	Série	Nº da Emissão	Taxa efetiva de juros
ESA	500.000	15/04/2019	Única	11ª	8,93%
EMT	150.000	10/06/2019	1ª e 2ª	10ª	6,69% e 7,01%
EMS	110.000	10/06/2019	Única	12ª	6,69%
ETO	400.000	10/06/2019	1ª e 2ª	5ª	6,91% e 7,11%
EPB	120.000	10/06/2019	1ª e 2ª	6ª	6,69% e 6,79%
ESE	50.000	10/06/2019	Única	7ª	6,69%
EMG	70.000	10/06/2019	1ª e 2ª	11ª	6,69% e 6,79%
ALSOL	100.000	07/10/2019	Única	1ª	7,16%
Total	1.500.000				

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros
	30/06/2020	31/12/2019						
ENERGISA S/A								
7ª Emissão/1ª Série	209.924	209.218	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 20	Final	4,38%
7ª Emissão/2ª Série	209.924	209.218	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 21	Final	4,38%
7ª Emissão/3ª Série	209.924	209.218	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 22	Final	4,38%
7ª Emissão/4ª Série	210.953	210.312	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 20	Final	5,10%
7ª Emissão/5ª Série	210.954	210.312	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 21	Final	5,10%
7ª Emissão/6ª Série	210.954	210.312	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 22	Final	5,10%
8ª Emissão/1ª Série	217.254	222.106	15/06/17	197.598 / 197.598	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Final	2,86%
8ª Emissão/2ª Série	194.994	199.407	15/06/17	177.348 / 177.348	IPCA+5,6601% a.a	jun / 24	Final	2,89%
Debentures 9ª Emissão 1ª Série	69.360	67.526	15/10/17	7.126 / 7.126	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	2,32%
Debentures 9ª Emissão 2ª Série	12.947	12.591	15/10/17	1.328 / 1.328	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	2,43%
Debentures 9ª Emissão 3ª Série	24.158	23.451	15/10/17	2.472 / 2.472	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Final	2,62%
Debentures 9ª Emissão 4ª Série	777.977	763.463	15/10/17	87.074 / 87.074	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	1,91%
10ª Emissão	233.513	467.266	20/06/18	70.000 / 70.000	CDI+1,10% a.a	jun / 21	Anual após Jun/19	2,32%
11ª Emissão	514.930	523.130	15/04/19	500.000 / 500.000	IPCA+4,6249% a.a	abr / 26	Final	2,38%
12ª Emissão	64.052	-	05/05/20	63.500 / 63.500	CDI+3,80% a.a	mai / 21	Final	3,65%
Custos de captação	(1.874)	(2.515)	-	-	-	-	-	-
Total ENERGISA S A	3.369.944	3.535.015						
ENERGISA SERGIPE								
6ª Emissão	68.734	68.393	15/09/18	65.000 / 65.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	2,61%
7ª Emissão	50.081	50.143	10/06/19	50.000 / 50.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	2,13%
Debentures 8ª Emissão	278.237	-	15/02/20	275.000 / 275.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	2,24%
Custos de captação	(1.057)	(1.194)	-	-	-	-	-	-
Total ENERGISA SERGIPE	395.995	117.342						
ENERGISA PARAÍBA								
Debentures 4ª Emissão	182.805	184.243	15/02/18	18.000 / 18.000	CDI+1,00% a.a	fev / 21	Final	2,27%
Debentures 5ª Emissão	142.758	142.048	15/09/18	135.000 / 135.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	2,61%
Debentures 6ª Emissão 1º Série	72.117	72.204	10/06/19	72.000 / 72.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	2,13%
Debentures 6ª Emissão 2º Série	48.079	48.139	10/06/19	48.000 / 48.000	CDI + 0,83% a.a	jun / 26	Final	2,18%
Debentures 7ª Emissão	60.706	-	15/02/20	60.000 / 60.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	2,24%
Custos de captação	(2.341)	(2.822)	-	-	-	-	-	-
Total ENERGISA PARAÍBA	504.124	443.812						

Notas Explicativas

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros
	30/06/2020	31/12/2019						
REDE ENERGIA								
4ª Emissão	59.717	55.507	22/12/09	370.000 / 0	1% a.a	nov / 35	Final	1,00%
Total REDE ENERGIA	59.717	55.507						
Total ENERGISA MATO GROSSO DO SUL								
Debentures 8ª Emissão	302.917	304.713	15/09/17	30.000 / 30.000	107,50% CDI	set / 22	Anual após set/20	1,90%
Debentures 10ª Emissão	152.310	153.506	15/02/18	15.000 / 15.000	CDI +0,95%	fev / 21	Final	2,24%
Debentures 11ª Emissão	163.905	163.092	15/09/18	155.000 / 155.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	2,61%
Debentures 12ª Emissão	110.179	110.312	10/06/19	110.000 / 110.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	2,13%
Debentures 13ª Emissão	76.310	-	22/01/20	7.500 / 7.500	CDI + 0,70% a.a	jan / 22	Semestral	2,13%
Custos de captação	(1.797)	(2.844)						
Total ENERGISA MATO GROSSO DO SUL	803.824	728.779						
ENERGISA MATO GROSSO								
Debentures 8ª Emissão	477.491	481.259	15/02/18	47.000 / 47.000	CDI+1,10% a.a	fev / 21	Final	2,32%
Debentures 9ª Emissão	407.121	405.099	15/09/18	385.000 / 385.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	2,61%
Debentures 10ª Emissão 1ª Série	117.690	117.833	10/06/19	117.500 / 117.500	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	2,13%
Debentures 10ª Emissão 2ª Série	32.558	32.598	10/06/19	32.500 / 32.500	CDI + 1,05% a.a	jun / 29	Anual após jun/27	2,29%
Debentures 11ª Emissão	131.530	-	15/02/20	130.000 / 130.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	2,24%
Custos de captação	(7.375)	(8.742)						
Total ENERGISA MATO GROSSO	1.159.015	1.028.047						
ENERGISA MINAS GERAIS								
Debentures 10ª Emissão	52.872	52.609	15/09/18	50.000 / 50.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	2,61%
Debentures 11ª Emissão 1ª Série	34.056	34.098	10/06/19	34.000 / 34.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	2,13%
Debentures 11ª Emissão 2ª Série	36.060	36.104	10/06/19	36.000 / 36.000	CDI + 0,83% a.a	jun / 26	Final	2,18%
Debentures 12ª Emissão	60.706	-	15/02/20	60.000 / 60.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	2,24%
Custos de captação	(1.118)	(1.257)						
Total ENERGISA MINAS GERAIS	182.576	121.554						
ENERGISA TOCANTINS								
Debentures 4ª Emissão	253.791	252.529	15/09/18	240.000 / 240.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	2,61%
Debentures 5ª Emissão 1ª Série	238.004	238.300	10/06/19	237.596 / 237.596	CDI + 0,95% a.a	jun / 24	Final	2,24%
Debentures 5ª Emissão 2ª Série	162.700	162.902	10/06/19	162.404 / 162.404	CDI + 1,15% a.a	jun / 26	Final	2,34%
Custos de captação	(5.036)	(5.669)						
Total ENERGISA TOCANTINS	649.459	648.062						
ENERGISA SUL SUDESTE								
Debentures 4ª Emissão	74.021	73.655	15/09/18	70.000 / 70.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	2,61%
Debentures 5ª Emissão	60.741	-	15/02/20	60.000 / 60.000	CDI+1,15% a.a	fev / 25	Final	2,34%
Custos de captação	(1.204)	(1.362)						
Total ENERGISA SUL SUDESTE	133.558	72.293						
ENERGISA TRANSMISSÃO								
Debentures 1ª Emissão 1ª Série	84.422	82.022	15/12/18	75.500 / 75.500	IPCA+4,9238% a.a	dez / 25	Final	2,53%
Debentures 1ª Emissão 2ª Série	57.721	56.025	15/12/18	51.462 / 51.462	IPCA+5,1410% a.a	dez / 28	Anual após dez/26	2,64%
Debentures 1ª Emissão 3ª Série	137.678	133.733	15/12/18	123.038 / 123.038	IPCA+4,9761% a.a	dez / 25	Final	2,56%
Custos de captação	(2.465)	(2.676)						
Total ENERGISA TRANSMISSÃO	277.356	269.104						
ENERGISA NOVA FRIBURGO								
Debentures 1ª Emissão 1ª Série	15.176	-	15/02/20	15.000 / 15.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	2,24%
Debentures 1ª Emissão 2ª Série	26.625	-	15/02/20	26.300 / 26.300	CDI + 1,15% a.a	fev / 25	Final	2,34%
Custos de captação	(179)	-						
Total ENERGISA NOVA FRIBURGO	41.622	-						
ENERGISA BORBOREMA								
Debentures 1ª Emissão	20.236	-	15/02/20	20.000 / 20.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	2,24%
Custos de captação	(75)	-						

Notas Explicativas

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / Circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros
	30/06/2020	31/12/2019						
Total ENERGISA BORBOREMA	20.161	-						
ENERGISA RONDÔNIA								
Debentures 1ª Emissão 1ª Série	1.556.289	1.559.152	26/11/18	155.000 / 155.000	CDI+1,65% a.a	nov / 23	Final	2,59%
Custos de captação	(1.963)	(2.868)						
Total ENERGISA RONDÔNIA	1.554.326	1.556.284						
ALSOL								
Debentures 1ª Emissão	100.936	101.109	23/10/19	100.000 / 100.000	CDI+1,20% a.a	out / 24	Final	2,37%
Custos de captação	(332)	(370)						
Total ALSOL	100.604	100.739						
TOTAL	9.279.097	8.708.857						
Custos de captação (*)	(20.563)	(21.247)						
Custos de captação	(26.816)	(32.319)						
Total dos custos de captação	(47.379)	(53.566)						
Marcação à Mercado de Dívida	301.193	283.335						
Total em moeda nacional	9.532.911	8.938.626						
CONSOLIDADO	9.532.911	8.938.626						

(*) Inclui o valor de R\$183.024 (R\$179.663 em 31 de dezembro de 2019) referente ao valor de mercado das debêntures conjugadas com bônus de subscrição.

(**) Debêntures emitidas com garantias da controladora.

No último trimestre do exercício de 2015 a Companhia emitiu três séries de debêntures simples, conjugadas com bônus de subscrição (parte da 7ª Emissão de Debêntures da Energisa 1ª, 2ª e 3ª), o que corresponde a conversibilidade dessas debêntures em ações da Energisa. Na data de emissão, os somatórios dessas três séries correspondiam a R\$500.001. O valor das debêntures foi contabilizado como dívida, ao mesmo tempo, o IFRS9/CPC48 determina que a opção de conversibilidade seja precificada e contabilizada, o que representou o reconhecimento na despesa financeira até o exercício de 2018 o montante de R\$422.906. No exercício de 2019 foram reconhecidos mais R\$627.823 de perdas com os títulos. No período findo 30 de junho de 2020 foram contabilizados ganhos com os títulos de R\$139.250 (perda R\$311.961 em 30 de junho de 2019) registrados na demonstração do resultado do período em despesa financeira - Marcação a mercado derivativo, totalizando o saldo do instrumento financeiro em R\$911.479 (R\$1.050.729 em 31 de dezembro de 2019).

O direito do período do bônus de subscrição (a conversibilidade), pelos debenturistas, se daria ao preço da unit (ENGI11) a R\$17,50, enquanto estava negociada a R\$48,73/unit em 29 de junho de 2020. Trata-se de uma opção “dentro do dinheiro”, o que reflete elevada probabilidade de conversão. A despeito dessa elevada probabilidade de exercício de direito de conversão, o que restaria a redução da dívida e aumento do Capital Social, mantido o registro da dívida, acrescida do efeito do instrumento financeiro derivativo. Os recursos captados com a emissão foram destinados para os projetos de Investimentos em Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica que compreende a expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

Condições de covenants:

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado (*)	Menor ou igual a: 4,25 em 2020 4,0 em 2021 em diante	Trimestral e Anual
EBTIDA Ajustado / Resultado Financeiro	Maior ou igual a: 2,5 em 2020 em diante	Trimestral e Anual
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado (**)	Menor ou igual a: 4,75 em 2020 4,0 em 2021 em diante	Trimestral e Anual

(*) Para a 7ª emissão de debêntures, temos: limite de 4,0 em 2021 e 3,5 de março de 2022 em diante para indicador Dívida líquida / Ebtida.

(**) Sem efeito dos ativos e passivos financeiros setoriais.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de junho de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas.

Notas Explicativas

Vencimentos

Em 30 de junho de 2020, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Controladora	Consolidado
2021	659.045	1.030.951
2022	943.033	1.597.525
2023	-	1.458.227
2024	207.063	1.386.243
Após 2024	533.572	1.734.936
Total	2.342.713	7.207.882

23. Arrendamentos operacionais

A Companhia e suas controladas atuam como arrendatárias em contratos referentes imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição. Os arrendamentos referentes aos terrenos no consolidado, são referentes a controlada Alsol que contrata para construção dos projetos de usinas fotovoltaicas.

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019.

A Companhia e suas controladas, em conformidade com o CPC 06 (R2) e em sua avaliação quanto ao ofício emitido, concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos - IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia e suas controladas, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia e suas controladas não apresentam obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Em atendimento ao ofício, o quadro a seguir proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

Os reflexos oriundos da adoção da nova norma CPC 06 (R2) são como segue:

	Controladora					
	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a (%)	Saldo em 31/12/2019	Amortização	Juros	Saldo em 30/06/2020
Arrendamentos operacionais - imóveis	6	8,89	719	(70)	4	653
Total			719			653
Circulante			112			63
Não circulante			607			590

	Consolidado							
	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a (%)	Saldos em 31/12/2019	Adição	Amortização	Juros	Baixa	Saldos em 30/06/2020
Arrendamentos operacionais - imóveis	4,57	8,89	48.208	6.352	(6.886)	966	(4.276)	44.364
Arrendamentos operacionais - terrenos	25	8,89	4.260	-	(107)	333	-	4.486
Total			52.468	6.352	(6.993)	1.299	(4.276)	48.850
Circulante			22.407					13.706
Não circulante			30.061					35.144

Notas Explicativas

No período findo em 30 de junho de 2020, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora 30/06/2020	Consolidado 30/06/2020
2021	63	9.788
2022	57	4.712
2023	56	3.150
2024	56	1.777
Após 2024	358	15.717
Total	590	35.144

24. Impostos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	2	-	759.765	694.669
Encargos Sociais	8.837	3.194	94.109	56.046
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	49.123	41.273
Contribuição Social s/ o Lucro - CSSL	-	-	29.198	29.635
Contribuições ao PIS e a COFINS	7.565	2.623	518.273	203.439
Pis e Cofins- sobre atualização efeitos da redução do ICMS na base de cálculo	-	-	10.279	6.752
Imposto Sobre Serviços - ISS	1.158	1.186	19.001	24.011
Imposto s/ Operações Financeiras - IOF	507	4.711	6.179	7.017
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.361	1.268	15.048	17.416
Contribuição Previdenciária s/ Receita Bruta - CPRB	-	-	1.866	1.109
Outros	761	603	27.705	31.579
Total	20.191	13.585	1.530.546	1.112.946
Circulante	19.445	13.021	982.130	640.023
Não Circulante	746	564	548.416	472.923

(a) ICMS - A controlada indireta ESS, possui liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção do “baixa renda” no montante de R\$35.055 (R\$34.486 em 31 de dezembro de 2019), com depósito judicial, enquanto as controladas EMT, ESS, ETO, EMS, EPB, ESE, EBO, EMG e ENF possuem R\$426.367 (R\$372.803 em 31 de dezembro de 2019), referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres e ICMS sobre a demanda de energia, que se encontram suspenso por liminares dos consumidores (vide nota explicativa nº 6, item nº 6). Todos os valores citados encontram-se demonstrados no passivo não circulante.

- Programa de Parcelamento - Refis estadual - Energisa Acre**

Em 28/06/2019 e 21/12/2018, a controlada direta EAC aderiu ao plano de parcelamento de débitos fiscais do ICMS, publicado pela Secretaria de Estado da Fazenda do Acre, autorizado pela Lei nº 3.479 de 24 de maio de 2018 e pelo convênio ICMS 79/18, onde optou para pagamento à vista de débitos fiscais no montante de R\$71.339 e R\$102.044, em 06/2019 e 12/2018 respectivamente, conforme segue:

Descrição	31/12/2019
ICMS - Valor principal	55.817
Multas e juros	105.118
Redução de juros e multas	(89.596)
Pagamento à vista de créditos fiscais	(71.339)
	-

Em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$55.817 do valor principal de ICMS foi registrado pela controlada EAC na rubrica de outras contas a receber no ativo não circulante, por se tratar de créditos de ICMS recuperar, incidentes sobre as aquisições de óleo diesel consumidos durante o processo de geração de energia elétrica nos sistemas isolados no interior do Estado do Acre a serem ressarcidos junto a CCC.

Notas Explicativas

As multas e juros no montante de R\$105.118 foram contabilizadas em outras despesas financeiras no resultado do exercício de 2019 no consolidado, deduzidas da redução de R\$89.596.

A controlada possuía em junho de 2019 provisão de contingências fiscais de R\$46.380 que em razão dos pagamentos realizados, foram revertidas no resultado operacional do exercício de 2019, no consolidado, na rubrica de provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios no montante de R\$14.973 e, R\$31.407 em outras despesas financeiras, reduzindo o impacto dos juros e multas. O efeito líquido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no consolidado foi de R\$27.658, líquido de Pis e Cofins.

25.Parcelamento de impostos - consolidado

A controlada ESS possui parcelamentos ordinários e de dívida ativa junto a Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo no montante R\$44.095 (R\$50.517 em 31 de dezembro de 2019).

A controlada Denerge, possui resíduo de parcelamento ordinário de débitos junto à Receita Federal do Brasil no montante de R\$999 em 60 parcelas mensais, corrigidas pela variação da Taxa Selic. No período foram efetuados pagamentos de R\$235 (R\$550 até 31 de dezembro de 2019). Em 30 de junho de 2020, o saldo do parcelamento é de R\$215 (R\$449 em 31 de dezembro de 2019) e o número de parcelas a serem quitadas são 15 (21 em 31 de dezembro de 2019).

A controlada ERO, em março de 2020, parcelou débitos de ICMS junto ao Estado de Rondônia de processos tributários de créditos de faturas canceladas, no montante de R\$44.914, a ser pago em 60 parcelas mensais corrigidos pela Unidade Padrão Fiscal-UPF/RO. Em 30 de junho de 2020 o saldo é de R\$42.210. Os valores foram reconhecidos na demonstração do resultado do período, no consolidado nas rubricas de dedução da receita operacional - ICMS de R\$2.784 e em outras despesas financeiras de R\$42.130 pelo valor de juros, multas e atualizações monetárias. Adicionalmente foram revertidas provisões de contingências fiscais de R\$16.899.

Os parcelamentos federais são corrigidos pela variação da Taxa Selic e os estaduais através dos índices próprios de cada Estado, que são como segue:

				Consolidado	
	ERO	ESS	DENERGE	30/06/2020	31/12/2019
ICMS	42.210	44.095	-	86.305	50.517
COFINS/PIS - PRT	-	-	215	215	450
Total	42.210	44.095	215	86.520	50.967
Circulante	7.776	16.796	7	24.579	17.555
Não Circulante	34.434	27.299	208	61.941	33.412

	Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
ICMS, COFINS/PIS-PRT e INSS RETIDO NA FONTE		
Principal	27.183	22.351
Multa	53.552	24.640
Juros	5.785	3.976
Total	86.520	50.967
Circulante	24.579	17.555
Não Circulante	61.941	33.412

Notas Explicativas

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
2020	17.787	17.555
2021	34.254	15.598
Após 2022	34.479	17.814
Total	86.520	50.967
Circulante	24.579	17.555
Não Circulante	61.941	33.412

26. Encargos setoriais - consolidado

	30/06/2020	31/12/2019
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	73.553	3.456
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico-FNDCT	5.093	5.421
Ministério de Minas e Energia - MME	2.527	2.691
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica-PROCEL	39.115	31.527
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D ⁽¹⁾	192.859	185.461
Programa de Eficiência Energética-PEE ⁽¹⁾	252.670	256.609
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	1.478	1.479
Total	567.295	486.644
Circulante	314.374	245.903
Não circulante	252.921	240.741

⁽¹⁾ Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de ordem de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

27. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, fiscal e regulatória.

Perdas prováveis:

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa a do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer.

A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o período de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Notas Explicativas

Segue demonstrativo das movimentações das provisões com as perdas prováveis:

Controladora	Trabalhistas	
	30/06/2020	31/12/2019
Saldos iniciais - não circulante -31/12/2019 e 31/12/2018	3.164	1.286
Constituições de provisões	3.239	2.668
Reversões de provisões	(3.077)	(382)
Pagamentos realizados	(3.225)	(451)
Atualização monetária	18	43
Saldos finais - não circulante -30/06/2020 e 31/12/2019	119	3.164
Depósitos e cauções vinculados (*)	(290)	(360)

(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados registrados no ativo não circulante, no montante de R\$682 (R\$382 em 31 de dezembro de 2019). Deste total, R\$392 (R\$22 em 31 de dezembro de 2019) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	30/06/2020	31/12/2019
Saldos iniciais - não circulante -31/12/2019 e 31/12/2018	218.481	615.106	1.229.870	106.268	2.169.725	2.393.125
Saldo de Combinação de negócios	-	-	-	-	-	2.177
Constituições de provisões	39.383	106.032	186.105	41	331.561	606.609
Reversões de provisões	(27.669)	(105.316)	(217.433)	(3.886)	(354.304)	(625.894)
Pagamentos realizados	(19.329)	(41.564)	-	-	(60.893)	(216.812)
Atualização monetária	1.143	2.665	18.624	2.180	24.612	10.520
Saldos finais - não circulante -30/06/2020 e 31/12/2019	212.009	576.923	1.217.166	104.603	2.110.701	2.169.725
Depósitos e cauções vinculados (*)					(58.333)	(93.772)

(*) As controladas diretas e indiretas possuem depósitos e cauções vinculados registrados no ativo não circulante, no montante de R\$610.049 (R\$576.694 em 31 de dezembro de 2019). Deste total, na controlada indireta ESS R\$40.739 (R\$38.407 em 31 de dezembro de 2019), correspondem aos depósitos ao ICMS incidentes sobre a subvenção econômica do baixa renda que encontra-se em discussões judiciais, R\$510.977 (R\$444.515 em 31 de dezembro de 2019) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

• Trabalhistas

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Acidentes de trabalho; (ii) Horas extras e reflexos; (iii) Sobreaviso e reflexos; (iv) Equiparação salarial e reflexos; (v) Adicional de gratificação para dirigir veículos; (vi) FGTS (40% sobre o expurgo inflacionário); (vii) adicional de periculosidade. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia e controladas, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencidas nas ações.

• Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) corte indevido de energia elétrica; (ii) inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) ressarcimento de danos elétricos; (vi) ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) programa luz no campo/programa luz para todos; (viii) incorporação/ indenização por construção de rede particular de energia elétrica; (ix) acidentes com terceiros; e (x) indenizações.

Existem ainda ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada.

Notas Explicativas

• Fiscais

Referem-se às discussões relacionadas a COFINS, INSS, PIS, ISS, ICMS, IRPJ e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite, os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios.

O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

• Regulatórias

As controladas EMT, EMS, ETO, ESS, ERO e EAC possuem processos juntos à ANEEL, referente descumprimento de preceito regulatório.

Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem processos das naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo das movimentações das provisões com as perdas possíveis:

Controladora	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	30/06/2020	31/12/2019
Saldos iniciais -31/12/2019 e 31/12/2018	1.127	44.192	77.531	122.850	151.708
Novos processos	59	-	-	59	18.044
Mudança de prognóstico e valor do pedido	799	-	-	799	(53.221)
Encerramento	-	-	-	-	(101)
Atualização monetária	6	265	1.360	1.631	6.420
Saldos finais 30/06/2020 e 31/12/2019	1.991	44.457	78.891	125.339	122.850

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	30/06/2020	31/12/2019
Saldos iniciais -31/12/2019 e 31/12/2018	224.211	2.379.253	2.943.398	32.302	5.579.164	7.763.205
Saldo de combinação de negócios	-	-	-	-	-	586
Novos processos	28.529	153.785	21.614	-	203.928	743.820
Mudança de prognóstico e valor pedido	7.837	(56.212)	(440.705)	-	(489.080)	(2.065.006)
Encerramento	(18.717)	(54.443)	(109.898)	-	(183.058)	(1.175.317)
Atualização monetária	1.285	14.015	48.167	565	64.032	311.876
Saldos finais 30/06/2020 e 31/12/2019	243.145	2.436.398	2.462.576	32.867	5.174.986	5.579.164

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis.

• Trabalhistas

Ações judiciais de natureza trabalhistas referem-se aos seguintes objetos: discussões de empregados que requerem recebimento de horas extras, adicional de periculosidade, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas, reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, concursos públicos, plano de incentivo ao desligamento, transposição ao quadro federal.

• Cíveis

As ações judiciais de natureza cível têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia.

Notas Explicativas

Principais processos:

Controladas

. Principais processos:

EPB

. Ação 0002664-83.2015.815.0131 com valor envolvido de R\$55.210 (R\$54.881 em 31 de dezembro de 2019), processo onde se discute questões relacionadas a rescisão contratual (ação anulatória proposta pela Cooperativa de Eletrificação Rural). O autor questiona a transferência da rede de eletrificação realizada entre a Cervap e a Energisa, requerendo a nulidade da escritura pública de transação entre as empresas e de todos os atos decorrente da mesma.

EMS

. Ação cível coletiva 00651268720144013800, no montante de R\$176.016 (R\$174.968 em 31 de dezembro de 2019), por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder Concedente.

. Ação cível pública 00081923720034036000, no montante de R\$65.270 (R\$64.881 em 31 de dezembro de 2019), por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação da Resolução ANEEL nº167, que fixou o índice de reposicionamento tarifário Companhia, para em seu lugar, fixar outro índice que não o IGPM.

EMT

. Ação 1004068-45.2018.4.01.3600 no montante de R\$314.634 (R\$312.760 em 31 de dezembro de 2019) relacionada ação de cobrança envolvendo indenização pela passagem. Autor requer declaração de legalidade e exigibilidade da cobrança de contraprestação pelo uso das faixas de domínio da rodovia concedida à CRO, com a condenação da EMT ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas em razão do referido uso, bem como a assinar os contratos pendentes e a apresentar o projeto executivo da área de ocupação.

. Ação de indenização 17436-75.2014.811.0041, no montante de R\$72.820 (R\$72.386 em 31 de dezembro de 2019), ajuizada por Conel Construções Elétricas Ltda, objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais, fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.

. Ação de indenização 54570-73.2013.811.0041, no montante de R\$41.266 (R\$41.021 em 31 de dezembro de 2019), objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

. Ação de indenização 13549-66.2015.811.0003 no montante de R\$35.642 (R\$35.429 em 31 de dezembro de 2019), onde se discute matéria relacionada a danos morais e materiais.

ETO

. Processo 0007336-94.2008.4.01.3400 com valor envolvido de R\$34.712 (R\$34.505 em 31 de dezembro de 2019) onde se discute questões contratuais envolvendo reintegração/desapropriação de área para construção de linhas de distribuição de alta tensão e subestações.

ERO

. Ação de indenização 0013664-30.2015.401.4100 no montante de R\$472.138 (R\$469.326 em 31 de dezembro de 2019) objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

. Ação de indenização 7040117-63.2016.8.22.0001 no montante de R\$110.193 (R\$109.537 em 31 de dezembro de 2019) ajuizada pela Petrobrás Distribuidora S.A. objetivando a ação de cobrança pelo fornecimento de óleo diesel. A redução no valor pedido foi realizada tendo como base reavaliação de risco, que prevê apenas discussão sobre honorários de sucumbência.

Notas Explicativas

. Ação Civil Pública 0011930-44.2015.401.41000 no montante de R\$51.781 (R\$51.472 em 31 de dezembro de 2019) ajuizada pela Ordem dos advogados do Brasil, objetivando discutir questões relacionadas a falta de energia.

. Ação Ordinária 0008746-40.2015.822.0001 no montante de R\$50.423 (R\$50.122 em 31 de dezembro de 2019) ajuizada pela Ordem dos advogados do Brasil, objetivando discutir questões relacionadas a falta de energia.

Rede Energia

. Ação de execução por quantia certa 01415375820128260100 com montante envolvido de R\$37.868 (R\$37.462 em 31 de dezembro de 2019), para a cobrança dos supostos créditos consubstanciados em Cédulas de Crédito Bancário, emitidas pelas Centrais Elétricas do Pará - CELPA. Na hipótese da CELPA vir a ser condenada, esse débito poderá ter de se sujeitar ao Plano de Recuperação Judicial.

• Fiscais

As ações de natureza fiscais e tributárias referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (iii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iv) diferencial de alíquota; e (v) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (vi) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (vii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia alocados no ativo permanente da empresa, (viii) crédito de ICMS, (ix) escrituração de documento fiscal, (x) multa não escrituração CIAP, (xi) ICMS em razão da glosa de créditos nas operações de aquisição de óleo diesel para industrialização por encomenda e (xii) os reflexos das perdas não técnicas na base de cálculo do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL.

Principais processos:

Controladora

. Auto de infração 18471.000772.2008-26, no montante de R\$61.718 (R\$60.555 em 31 de dezembro de 2019), objetivando a cobrança de IOF no período de 2003 a 2005, sobre adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC em favor da controlada Energisa SE.

Controladas:

ETO

. Processo 5003614-42.2012.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa no montante envolvido de R\$158.254 (R\$155.276 em 31 de dezembro de 2019). A redução no valor pedido está associada ao pagamento do valor envolvido no risco declarado. Questões relacionadas ao mérito estão sendo discutidas na ação anulatória nº 0013057-97.2015.8.27.2729, proposta pela Companhia previamente à cobrança do Estado.

ESE

. Auto de infração 10.510.724763/2011-12 com montante envolvido de R\$195.720 (R\$192.033 em 31 de dezembro de 2019), pelo qual a Receita Federal sustenta a suposta falta de adição na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, de despesas consideradas indedutíveis relativas à amortização do ágio referente à privatização da Companhia, bem como a suposta compensação indevida de prejuízos fiscais e da base de cálculo da contribuição social.

. Auto de Infração 0801303-84.2019.4.05.8500, com montante envolvido de R\$79.290 (R\$77.797 em 31 de dezembro de 2019), onde se discute a base de cálculo IRPJ/CSLL envolvendo valor da receita oriunda de recomposição tarifária extraordinária-RTE, teve em dezembro de 2019 o valor pedido alterado, baseado em parecer de risco emitido pelos juristas contratados, recebido em agosto de 2019.

. Auto de Infração 201942403 com montante envolvido de R\$35.430 (R\$34.763 em 31 de dezembro de 2019), no qual o Estado de Sergipe sustenta a suposta falta de recolhimento de ICMS incidente sobre operações de venda de energia elétrica aos órgão da administração pública direta e suas fundações e autarquias, recebido em agosto de 2019.

Notas Explicativas

EMS

. Auto de infração 10140720806201057, com montante envolvido de R\$52.604 (R\$51.613 em 31 de dezembro de 2019), lavrado pela Receita Federal para cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS, das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que seriam restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL.

EMT

. Processos envolvendo ICMS incidente sobre demanda de energia (“ICMS Demanda”) no montante de R\$645.815 (R\$633.648 em 31 de dezembro de 2019), para o qual a Companhia não constituiu provisão, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. Os processos referentes a ICMS Demanda, decorrem de autuação em virtude de falta de arrecadação e recolhimento do tributo, decorrente do cumprimento de decisões judiciais que suspendem a exigência do imposto.

. Destaca-se também processos referentes à tomada de crédito do diferencial de alíquota de ICMS, nas operações de aquisição de bens destinados ao ativo permanente no valor total de R\$239.079 (R\$234.575 em 31 de dezembro de 2019), dentre os quais vale destacar: (i) execução fiscal 1000985-84.2016.811.0041 no valor de R\$78.478 (R\$76.999 em 31 de dezembro de 2019); em divergência com preceitos constitucionais e com a Lei Complementar nº 87/96, a Lei Estadual nº 7.098/98 do Estado de Mato Grosso veda em seu art. 25, §6º, a tomada deste crédito; o tema é objeto da ADI nº 4.623/MT, em trâmite perante o STF, já com parecer favorável da Advocacia Geral da União e (ii) auto de infração 011178550.20128130699 lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso, com cobrança de ICMS relativo ao período de janeiro de 2010 a janeiro de 2012, sob o fundamento de que a Companhia supostamente teria se apropriado indevidamente de crédito fiscal relativo ao diferencial de alíquota pelas aquisições de bens destinados ao ativo permanente, que após apresentação de manifestação - teve a autuação transferida para o processo 5205023/2012, no valor de R\$82.490 (R\$80.936 em 31 de dezembro de 2019).

. Processo administrativo nº 14094.720008/2018-36 no montante de R\$75.676 (R\$74.250 em 31 de dezembro de 2019) relacionado a não homologação das alterações realizadas nas DCTF do período de 2014 a 2016.

. Processo 0010774-95.2017.4.01.3600, no montante de R\$129.910 (R\$127.462 em 31 de dezembro de 2019), envolvendo discussão sobre execução fiscal proposta pela União Federal, em razão da exclusão da empresa no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09 com a respectiva perda dos benefícios concedidos.

ERO

. Auto de Infração 2016-2700100711 (CDA20160600058378) com valor envolvido de R\$137.611 em 31 de dezembro de 2019 onde se discute questões relacionadas a Apropriação indébita de créditos fiscais de aquisição de óleo. Em março de 2020 este processo teve o prognóstico alterado de possível para provável, com intuito de espelhar a materialização da provisão pelo avanço da negociação com o estado sobre a questão do passivo fiscal.

. Auto de Infração 201922700100392, com valor envolvido de R\$134.357 (R\$132.210 em 31 de dezembro de 2019) onde se discute questões relacionadas a ICMS (Glossa de Crédito Óleo Diesel 2014), recebido em dezembro de 2019.

. Auto de Infração 2009.31.00100058 (CDA nº 20180200007119) com valor envolvido de R\$96.426 em 31 de dezembro de 2019 onde se discute questões relacionadas a estorno do crédito do óleo diesel 2005. Em março de 2020 este processo teve o prognóstico alterado de possível para provável, com intuito de espelhar a materialização da provisão pelo avanço da negociação com o estado sobre a questão do passivo fiscal.

Auto de Infração 20162700100692 (CDA nº 20161700242462) com valor envolvido de R\$95.544 em 31 de dezembro de 2019 onde se discute questões relacionadas a falta de Escrituração no Livro de Ent. Fiscal Dig. EFD/SPED os doc. fiscais relacionados 2011. Em março de 2020 este processo teve o prognóstico alterado de possível para provável, com intuito de espelhar a materialização da provisão pelo avanço da negociação com o estado sobre a questão do passivo fiscal.

. Auto de Infração 20192700100393, com valor envolvido de R\$31.231 (R\$30.732 em 31 de dezembro de 2019) onde se discute questões relacionadas a Glosa de ICMS suposto erro na escrituração contábil, recebido em dezembro de 2019.

Notas Explicativas

EAC

. Processo administrativo 46.743/2018, referente ao Auto de Infração nº 11.314/2018, no montante de R\$53.164 em 31 de dezembro de 2019, onde se discute questões relacionadas à cobrança de diferença de base de cálculo, diferencial de alíquota, livro CIAP e estorno de crédito de óleo diesel. Aos 28/06/2019 ocorreu adesão ao REFIS Estadual de parte do auto de infração, onde foi reconhecido pela empresa o valor de débito parcial referente somente ao objeto de óleo diesel. O processo foi arquivado devido a inclusão no Refis, em fevereiro de 2020.

. Auto de Infração 2019/81/33314 (AI 12.097) lavrado pelo Estado do Acre, no montante de R\$34.996 (R\$34.469 em 31 de dezembro de 2019) que formaliza lançamento de crédito tributário de ICMS por “recolhimento a menor de ICMS em relação ao exercício de 2015 decorrente de apropriação indevida de créditos fiscais, diferença na base de cálculo das operações de venda de energia elétrica e recolhimentos mensais inferiores ao realmente devido pelo contribuinte”. De acordo com a fiscalização, a Contribuinte incorreu nas seguintes ocorrências: (i) estornos de créditos de ICMS do Óleo Diesel; (ii) parcela isenta (inc. I do art. 35 da LCE 55/1997); (iii) perda de energia (inc. IV do art. 35 da LCE 55/1997); (iv) valor de venda inferior ao custo de aquisição (inc. V do art. 35 da LCE 55/1997); (v) valor referente a provisão (débito) e compensação (crédito) do diferencial de alíquota; (vi) não homologação da totalidade dos cancelamentos conforme ocorrências verificadas e previstas no inc. VIII da Cláusula Primeira do Conv. ICMS 30/2004, pela verificação de créditos prescritos (§1º do art. 33 da LCE 5/1997), situações que impem a manutenção de tais créditos fiscais na escrituração do contribuinte; (vii) diferenças na base de cálculo em relação a energia elétrica efetivamente vendida ao consumidor final; e (viii) diferença de ICMS a recolher para o exercício de 2015. Empresa apresentou impugnação em 20 de setembro de 2019.

Regulatórias

Processos de contingências regulatórias junto à ANEEL, referente a suposto descumprimento de preceito regulatório.

28. Taxas regulamentares - consolidado

Movimentação	31/12/2019
Saldo inicial -31/12/2019 e 31/12/2018	39.494
Juros	(1.212)
Amortização no exercício	(38.282)
Saldo Final -31/12/2019 - circulante	-

Refere-se a Quota Reserva Global de Reversão - RGR e a Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

Os valores das taxas regulamentares foram integralmente parcelados, em 01 de julho de 2014, junto à Eletrobrás pelas controladas indiretas EMT e ETO. Pagamentos finalizados no exercício de 2019.

29. Incorporação de redes - consolidado

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras, o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS, ETO, ESS e ERO até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

O prazo de universalização de energia elétrica da controlada EMT, em áreas rurais no Mato Grosso, foi prorrogado para 2020. A revisão do cronograma foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Sobre os saldos das incorporações de redes particulares incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros.

Notas Explicativas

Segue as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Saldo em 31/12/2019 e 31/12/2018	198.522	260.145
Adição no período/exercício	18.910	13.445
Atualização monetária e juros	16.071	27.473
Pagamentos/Baixas	(16.091)	(102.541)
Saldo em 30/06/2020 e 31/12/2019	<u>217.412</u>	<u>198.522</u>
Circulante	69.431	48.239
Não circulante	147.981	150.283

30. Outros passivos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Participações Empregados	961	12.832	5.084	78.728
Salários a pagar	6.375	5.907	39.177	39.718
Banco Daycoval Rede Energia RJ	50.693	50.693	50.693	50.693
Outros Benefícios a empregados	3.345	3.198	33.457	34.538
Provisão fundo de pensão (HSBC)	-	2.000	-	4.000
Prêmio de seguros	1	62	1.231	6.998
Adiantamentos de clientes	4.723	4.733	150.038	149.136
Retenção de caução contratual empreiteiras	314	314	38.410	40.774
Parcelamentos de multas regulatórias	-	-	-	1.684
Valores e encargos a recuperar tarifa - TUSD	-	-	12.201	12.201
Taxa fiscalização ANELL - contribuição mensal	-	-	1.298	1.248
Encargos emergenciais (ECE e EAE)	-	-	18.167	18.649
Reembolso Eletrobrás - aquisição de combinação de negócios (1)	163.604	163.604	163.604	163.604
Ressarcimento EPB - Salto Paraíso (2)	-	-	43.034	40.711
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins (3)	-	-	998.606	658.796
Outras contas a pagar (4)	21.860	2.255	281.829	263.640
Total	<u>251.876</u>	<u>245.598</u>	<u>1.836.829</u>	<u>1.565.118</u>
Circulante	64.827	76.739	364.023	454.613
Não Circulante	187.049	168.859	1.472.806	1.110.505

(1) Refere-se a parcela a ser ressarcida a Eletrobrás por conta das aquisições do controle acionário das controladas Energia Rondônia e Energia Acre. Nota explicativa nº 16.

(2) Refere-se à incorporação da conexão das usinas na SE Salto Paraíso com ressarcimento a ser pago pela companhia a EBP (Enel Brasil Participações) por meio de compensação com crédito decorrente do contrato de uso do sistema de distribuição (“CUSD”). O saldo é atualizado mensalmente com aplicação da variação do índice IPCA com liquidações mensais, iniciadas em junho de 2018, são realizadas através de compensações da CUSD.

(3) Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - consolidado.

Efeitos do trânsito em julgado das ações que reivindicam a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS:

Em março de 2017 o STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e alguns a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculo das contribuições.

Transitaram em julgado em seus respectivos Tribunais Regionais Federais decisões favoráveis nos processos das subsidiárias, tendo ocorrido no ano de 2019 nos meses de maio, junho e julho referente à EPB, EBO e ETO e, no ano de 2020, nos meses de maio e junho, referente à Companhia Força e Luz do Oeste (empresa incorporada pela

Notas Explicativas

ESS em 2017 e ESE). Os demais processos nos quais discutimos a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS estão em andamento.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e baseando na melhor estimativa da Administração, a EPB, EBO, ETO, ESS e ESE constituíram ativo de PIS e de COFINS a recuperar no ativo não circulante de R\$1.009.271 (R\$665.780 em 31 de dezembro de 2019) e passivo não circulante de R\$998.606 (R\$658.796 em 31 de dezembro de 2019), líquido de honorários devidos aos advogados e de tributos. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pelas controladas e será efetuado conforme normas da Receita Federal do Brasil e regulatórias, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Eventual mudança, ou limitação, do entendimento do STF, decorrente do julgamento dos embargos de declaração pelo STF, refletirá nos valores de ativo e passivo constituídos.

O resumo dos impactos são como segue:

	Consolidado			
	30/06/2020		31/12/2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Tributos a recuperar Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS	1.009.271	-	665.780	-
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins (*)	-	998.606	-	658.796
Total do ativo e passivo não circulante	1.009.271	998.606	665.780	658.796

Demonstração do resultado do período	Consolidado			
	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019
Receita operacional bruta				
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - outros passivos	(243.038)	(267.649)	(327.376)	(327.376)
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo Pis e Cofins - tributos a recuperar	243.038	267.649	327.376	327.376
Resultado financeiro				
Outras Receitas financeiras				
Atualização dos Tributos a recuperar Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS	70.184	75.840	90.878	90.878
Outras Despesas financeiras				
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	(70.184)	(75.840)	(90.878)	(90.878)
Resultado apurado	-	-	-	-

(*) Deduzidos de R\$7.477 (R\$6.984 em 31 de dezembro de 2019) referente aos custos incorridos com advogados e tributos.

(4) Na controladora e no consolidado incluem: (i) R\$17.671 referente a parcela de valor de aquisição da combinação de negócios de aquisição da ALSOL a serem pagos nos próximos 4 anos; e (ii) R\$139.804, contabilizado pela controlada ERO relativo aos custos de tributos e encargos incidentes na aquisição de combustível adquiridos anterior à vigência da Lei 12.111/2009, tendo em vista o que o Ofício Circular nº 2.306/2004 - SFF/ANEEL, de 24 de dezembro de 2004, estabeleceu os procedimentos para encerramento do exercício daquele ano, para que os valores recebidos por conta da CCC, para ressarcimento do ICMS e PIS/COFINS (recuperáveis) até então, fossem contabilizados a crédito do Passivo Exigível - Recurso da CCC. O reconhecimento foi realizado pela Companhia dos recursos recebidos nos exercícios, tendo continuado a apuração. No exercício de 2008 os valores foram ratificados pelo Ofício Circular nº 2.775 /2008-SFF/ANEEL de 24 de dezembro de 2008. Na rubrica também inclui R\$6.437, correspondente ao período de 1999 a 2006, reconhecidos em função da aquisição de óleo diesel para geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, para o consumo que ultrapassasse o limite estabelecido à época pela ANEEL.

Notas Explicativas

31. Patrimônio líquido

31.1 Capital Social

O capital social é de R\$3.363.685 (R\$3.363.685 em 31 de dezembro de 2019), representando 1.814.561.910 (1.814.561.910 em 31 de dezembro de 2019) ações nominativas, sendo 755.993.938 (755.993.938 em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias e 1.058.567.972 (1.058.567.972 em 31 de dezembro de 2019) ações preferenciais, sem valor nominal. O montante de ações convertido em Units (certificado de ações que representa a propriedade de 4 ações preferenciais e 1 uma ação ordinária da Companhia) é de 262.405.649 (262.473.249 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia possui contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido o montante de R\$65.723 (R\$65.723 em 31 de dezembro de 2019), relativo aos custos transação incorridos na captação de recursos por meio da emissão de novas ações e foram registrados separadamente como uma redução do patrimônio líquido.

As ações preferenciais não possuem direito de voto, tem prioridade no caso de reembolso do capital em prêmio e de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado o preço igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite de 3.000.000.000 de ações, sendo até 1.626.300.000 em ações ordinárias e até 1.373.700.000 em ações preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preço de emissão.

31.2 Reserva de Capital

	30/06/2020	31/12/2019
Alienação de ações em tesouraria	1.849	1.849
Transações entre sócios ⁽⁴⁾	333.808	335.817
Custo de captação - aumento de capital	(65.723)	(65.723)
Incentivos fiscais de reinvestimentos ⁽¹⁾	8.042	8.042
Investimento PUT ⁽³⁾	54.811	62.576
Programa de remuneração variável (ILP) ⁽²⁾	6.946	4.962
Saldos em 30/06/2020 e 31/12/2019	339.733	347.523

(1) Incentivos fiscais de reinvestimentos (reflexo) - benefícios destinados as pessoas jurídicas com empreendimentos em operação na área de atuação da Sudene e SUDAM, com o reinvestimento de 30% (trinta por cento) do imposto devido até 2018 e 50% a partir de 2019, em projetos de modernização ou complementação de equipamento, até o ano de 2023.

Os recursos liberados, deduzidos da quantia correspondente a 2%, a título de administração do projeto, conforme dispõe o artigo 19, parágrafo 2o, da Lei nº 8.167/1991, foram contabilizados em outras reservas de capital e, após sua aprovação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela Superintendência do Desenvolvimento Regional, serão capitalizados.

(2) Programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), (vide nota explicativa nº 13).

(3) Investimento PUT - refere-se a diferença da opção de recompra das ações integralizadas pelos empregados e aposentados das controladas ERO e EAC de R\$7.765 que, correspondente a 191.679.293 ações ERO e 14.374.919.056 ações EAC, com registro de R\$55.937 no valor patrimonial das ações contabilizadas no ativo não circulante, Investimentos - outras participações societárias e R\$1.126 na rubrica Instrumentos financeiros derivativos no passivo não circulante.

(4) Transações entre sócios - inclui R\$42.280 de dedução de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre parcela de mais valia de ações próprias.

Transações entre sócios	30/06/2020	31/12/2019
Saldo inicial -31/12/2019 e 31/12/2018	335.817	252.204
Transações entre sócios - reflexo (1)	-	(6.362)
Ganho apurado com novas aquisições de participação em controladas diretas e indiretas (2)	(2.009)	132.255
Imposto de renda e contribuição social	-	(42.280)
Saldo final -30/06/2020 e 31/12/2019	333.808	335.817

(1) Inclui parcela reflexa do percentual de participação na controlada EEVP, incorporada pela Denerge referente ao instrumento financeiro derivativo conforme descrito na nota explicativa nº 35.

Notas Explicativas

- (2) O montante de R\$2.009 (R\$132.255 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a ganho apurado com novas aquisições de participações em controladas diretas e indiretas, contabilizadas diretamente no Patrimônio Líquido.

31.3 Reserva de lucros - reserva de Incentivos fiscais de imposto de renda (controladas)

As controladas EPB, ESE, EBO, EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Nordeste, Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos com aprovação em AGO/AGE; e
- O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

Os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do período com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda.

Segue as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda (consolidado)	
			30/06/2020	31/12/2019
EPB	SUDENE	197/2012	32.852	63.482
ESE	SUDENE	205/2012	14.408	26.841
EBO	SUDENE	206/2012	2.973	7.647
EMT	SUDAM	114/2014	12.188	123.925
ETO	SUDAM	113/2014	-	32.426
Total			62.421	254.321

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” no consolidado e foram destinados à reserva de incentivo fiscais no patrimônio líquido das controladas. A controlada ETO apurou prejuízo fiscal, não contabilizando a reserva de incentivo fiscal de redução de imposto de renda e adicionais no final do período findo em 30 de junho de 2020.

31.4 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 35% do lucro líquido do período, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 17 de fevereiro de 2020 aprovou a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$116.132, equivalente a R\$0,064 por ação de emissão da Companhia (ordinária e preferencial) e R\$0,32 por certificado de depósito de ações (Unit). Os pagamentos foram efetuados no dia 02 de abril de 2020 com base na posição acionária de 27 de fevereiro de 2020, respeitadas as negociações na B3 até aquela data.

Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

Notas Explicativas

32. Receita operacional

32.1 Receita operacional bruta - controladora

	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019
Receita operacional				
Serviços especializados (*)	62.673	126.739	62.848	116.054
Deduções a receita operacional				
PIS	(1.034)	(2.091)	(1.036)	(1.915)
COFINS	(4.763)	(9.633)	(4.777)	(8.820)
ISS	(1.577)	(3.004)	(1.652)	(2.901)
Receita operacional líquida	55.299	112.011	55.383	102.418

(*) Referem-se aos serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos prestados as controladas.

32.2 Receita operacional- consolidada

	30/06/2020				30/06/2019			
	Fora do escopo dos auditores independentes		01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020	Fora do escopo dos auditores independentes		01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumido res	MWh	R\$	R\$
Residencial	6.444.728	6.937.216	2.356.297	5.070.781	6.307.892	6.615.196	2.454.595	4.964.931
Industrial	42.189	1.059.681	351.321	731.439	42.752	1.213.785	407.794	807.728
Comercial	534.393	2.890.919	982.444	2.238.656	535.406	3.216.984	1.224.290	2.441.107
Rural	790.965	1.687.012	486.781	982.884	779.532	1.594.117	440.471	861.100
Poder público	71.217	744.041	231.336	530.403	70.522	875.906	323.726	607.692
Iluminação pública	7.648	837.438	179.900	364.568	7.446	858.890	173.219	334.205
Serviço público	8.777	578.673	149.349	300.666	8.618	577.028	151.181	294.208
Consumo próprio	1.730	20.598	-	-	1.666	21.368	-	-
Subtotal	7.901.647	14.755.578	4.737.428	10.219.397	7.753.834	14.973.274	5.175.276	10.310.971
Suprimento de energia a concessionárias	2	1.874.638	120.883	273.795	2	1.042.016	141.692	757.056
Fornecimento não faturado líquido	-	(205.400)	(65.532)	(21.581)	-	(5.236)	46.287	94.677
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição Energia comercializada com clientes livres	975	-	366.656	732.527	859	-	333.254	642.745
Receita de construção da infraestrutura ⁽¹⁾	-	2.758.980	205.218	522.191	-	2.131.907	200.616	409.145
Receita de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão	-	-	1.050	1.347	-	-	-	-
Remuneração do ativo de contrato	-	-	49.237	98.392	-	-	143.450	151.944
Serviços especializados	-	-	40.624	60.927	-	-	18.004	34.378
Penalidades Regulatórias	-	-	(14.273)	(46.580)	-	-	(17.928)	(54.505)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - outros passivos	-	-	(243.038)	(267.649)	-	-	(327.376)	(327.376)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - tributos a recuperar	-	-	243.038	267.649	-	-	327.376	327.376
Outras receitas operacionais	-	-	49.937	106.432	-	-	48.270	102.836

Notas Explicativas

	30/06/2020				30/06/2019			
	Fora do escopo dos auditores independentes		01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020	Fora do escopo dos auditores independentes		01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	(18.258)	9.667	-	-	46.577	117.826
(-) Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	-	-	5.121	4.512
(-) Excedentes de Reativos	-	-	-	-	-	-	9.410	7.264
Constituição e amortização - CVA Ativa e Passiva ⁽²⁾	-	-	112.264	(76.553)	-	-	52.273	19.049
Subvenções vinculadas ao serviço concedido (CDE e baixa renda)	-	-	479.368	787.545	-	-	300.376	611.971
Total - receita operacional bruta	7.902.624	19.183.796	6.540.399	13.671.396	7.754.695	18.141.961	7.042.874	14.178.534
Deduções da receita operacional								
ICMS	-	-	1.159.793	2.464.194	-	-	1.218.977	2.417.891
PIS	-	-	102.201	212.809	-	-	104.452	219.220
COFINS	-	-	470.793	980.271	-	-	481.092	1.009.661
CPRB	-	-	1.512	3.436	-	-	1.508	2.934
ISS	-	-	5.226	10.333	-	-	4.822	8.912
Deduções Bandeiras Tarifárias ⁽³⁾	-	-	(11.070)	(9.197)	-	-	(9.677)	2.994
Programa de Eficiência Energética - PEE - Encargos de consumidor - Procel	-	-	14.739	30.349	-	-	14.783	31.644
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	370.258	740.515	-	-	495.124	959.409
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	7.465	15.288	-	-	7.689	15.822
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	7.369	15.176	-	-	7.689	15.822
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	3.682	7.586	-	-	3.845	7.911
Taxa de Fiscalização dos serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	6.036	12.023	-	-	5.741	11.334
Total - deduções da receita operacional	-	-	2.141.687	4.490.370	-	-	2.339.890	4.711.465
Total - receita operacional líquida	7.902.624	19.183.796	4.398.712	9.181.026	7.754.695	18.141.961	4.702.984	9.467.069

(1) Do total Receita de construção da infraestrutura da concessão, o montante de R\$853.450 refere-se a receita de construção das distribuidoras e R\$150.440 refere-se a receita de construção das transmissoras. Adicionalmente, do total do custo de construção apresentado na Demonstração de Resultado de R\$997.496 o montante de R\$853.450 refere-se ao custo de construção das distribuidoras e R\$144.046 refere-se ao custo de construção das transmissoras.

(2) Refere-se a montante de ativos e passivos financeiros setoriais (CVA) reconhecidos no resultado do exercício de 2018 de acordo com o OCPC 08.

(3) **Bandeiras Tarifárias** - a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição das distribuidoras aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela Aneel.

Notas Explicativas

As receitas auferidas pelas controladas referentes as bandeiras tarifárias para período findo em 30 de junho de 2020, foram de R\$13.882 (R\$26.120 em 30 de junho de 2019), tendo recebido da CCRBT o montante de R\$9.197 (R\$2.994 em 30 de junho de 2019). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado das Companhias no período findo de 30 de junho de 2020 foi de R\$23.079(R\$23.126 em 30 de junho de 2019).

33. Energia Elétrica comprada para revenda:

	Consolidado					
	MWH (1)		Energia elétrica comprada p/revenda (Reais mil)			
	30/06/2020	30/06/2019	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019
Energia de Itaipú - Binacional	1.668.734	1.641.292	313.192	573.065	230.857	438.983
Energia de leilão	9.156.778	8.893.331	811.193	1.833.079	867.194	1.935.718
Energia bilateral e outros suprimentos	3.710.549	3.725.927	901.952	1.981.369	692.876	1.429.113
Reembolso CCC	-	-	(250.399)	(588.806)	-	-
Cotas de Angra Resolução Normativa nº 530/12 (2)	569.039	561.078	81.760	163.988	81.847	139.565
Energia de curto prazo - CCEE	206.412	243.863	114.593	253.831	293.435	774.641
Cotas Garantia Física-Res. Homologatória nº 1.410	4.083.353	3.959.724	248.055	496.800	230.180	447.471
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	335.471	339.963	61.969	124.551	74.844	148.822
Energia de Reserva - ERR	-	-	43.513	43.513	54.221	54.221
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(210.590)	(443.145)	(228.340)	(466.867)
Total	19.730.336	19.365.178	2.115.238	4.438.245	2.297.114	4.901.667

(1) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

(2) Contempla valor de Resolução Normativa nº 1.585/2013.

34. Cobertura de seguros

A política de seguros da Energisa e de suas controladas baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Controladora	
			30/06/2020	31/12/2019
Riscos Operacionais	07/11/2020	90.000	106	96
Auto - Frota	23/10/2020	Até 360/ veículo	34	30
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/01/2021	127.510	363	292
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2021	75.000	3	3
Total			506	421

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Consolidado	
			30/06/2020	31/12/2019
Riscos Operacionais	07/11/2020	90.000	6.917	6.658
Responsabilidade Civil Geral	24/01/2021	90.000	4.291	4.262
Auto - Frota	03/04/2021	Até 1.110/ veículo	2.187	2.126
Responsabilidade Civil Geral a 2º Risco	23/11/2020	10.000	133	133
Aeronáutico - responsabilidade civil (RETA)	12/12/2020	1.332	2	2
Aeronáutico - casco/LUC	12/12/2020	141.817	210	210
Vida em Grupo Acidentes Pessoais (*)	31/01/2021	127.510	2.837	2.311
Transporte Nacional	04/04/2021	Até 2.000/ transporte	164	180
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2021	75.000	322	310
Responsabilidade do Explorador ou Transporte - R.E.T.A (Drones)	12/01/2021	228/drone	24	23
Risco de engenharia + Responsabilidade Civil Obras	16/11/2020	46.395	375	280
Total			17.462	16.495

Notas Explicativas

(*) Importância Segurada relativa ao mês de junho/2020 e prêmio anualizado.

35. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição terem classificados o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como, os fatores relevantes para a avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações no resultado do período foram de R\$9.667 (R\$117.826 em 30 de junho de 2019), assim como as principais premissas utilizadas, está divulgada na nota explicativa nº 15.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora					
	Nível	30/06/2020		31/12/2019	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		295.037	295.037	68.423	68.423
Clientes		43.470	43.470	40.640	40.640
Títulos e créditos a receber		25	25	76	76
Créditos com partes relacionadas		1.018.097	1.018.097	668.380	668.380
		1.356.629	1.356.629	777.519	777.519
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	2.228.585	2.228.585	2.486.362	2.486.362
Instrumentos financeiros derivativos	2	78.959	78.959	35.237	35.237
		2.307.544	2.307.544	2.521.599	2.521.599
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		1.567	1.567	17.462	17.462
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		4.312.565	4.276.230	4.323.338	4.261.194
Arrendamentos operacionais		653	653	719	719
		4.314.785	4.278.450	4.341.519	4.279.375
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	912.603	912.603	1.051.784	1.051.784
		912.603	912.603	1.051.784	1.051.784

Notas Explicativas

Consolidado					
	Nível	30/06/2020		31/12/2019	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		2.083.902	2.083.902	663.103	663.103
Clientes, consumidores e concessionárias		4.577.807	4.577.807	4.834.041	4.834.041
Títulos de créditos a receber		23.799	23.799	26.573	26.573
Ativos financeiros setoriais		1.875.146	1.875.146	2.088.970	2.088.970
		8.560.654	8.560.654	7.612.687	7.612.687
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	2.138.021	2.138.021	2.373.194	2.373.194
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	5.384.431	5.384.431	5.130.960	5.130.960
Instrumentos financeiros derivativos	2	1.912.214	1.912.214	1.190.770	1.190.770
		9.434.666	9.434.666	8.694.924	8.694.924
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		1.747.122	1.747.122	2.088.174	2.088.174
Empréstimos e financiamentos, debêntures encargos de dívidas		19.248.039	19.271.968	17.188.607	17.098.612
Arrendamentos operacionais		48.850	48.850	52.468	52.468
Passivos financeiros setoriais		1.017.062	1.017.062	1.019.428	1.019.428
Parcelamento de impostos		86.520	86.520	50.967	50.967
Taxas regulamentares (*)		73.553	73.553	3.456	3.456
		22.221.146	22.245.075	20.403.100	20.313.105
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos (**)	2	1.150.304	1.150.304	1.372.469	1.372.469
		1.150.304	1.150.304	1.372.469	1.372.469

(*) Inclui saldo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE no montante de R\$73.553 (R\$3.456 em 31 de dezembro de 2019), divulgada na nota explicativa 26.

(**) A Companhia emitiu debêntures simples, conjugadas com bônus de subscrição O direito do exercício do bônus de subscrição (a conversibilidade), pelos debenturistas, se daria ao preço da unit (ENGI11). Trata-se de uma opção “dentro do dinheiro”, o que reflete elevada probabilidade de conversão, mantido o registro da dívida, acrescida do efeito do instrumento financeiro derivativo.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

Em 30 de junho de 2020, a Companhia e suas controladas efetuaram a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de “hedge”) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como “hedge accounting”. Em 30 de junho de 2020 essas operações, assim como as dívidas (objeto do “hedge”) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de “hedge” a Companhia e suas controladas documentaram: (i) a relação de “hedge”; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o “hedge” e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do “hedge”.

Notas Explicativas

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como “hedge” foi impactado em R\$17.858 (R\$85.171 em 30 de junho de 2019) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no 1º trimestre de 2020 para as quais a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. A partir de 30 de junho de 2020, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o período, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$15.250 (R\$7.742 em 30 de junho de 2019) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

Incertezas

Os valores foram estimados na data das informações trimestrais, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Notas Explicativas

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período/exercício são:

	Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
Dívida (a)	19.248.039	17.188.607
Caixa e equivalentes de caixa	(2.083.902)	(663.103)
Dívida líquida	17.164.137	16.525.504
Patrimônio líquido	6.121.333	5.698.258
Índice de endividamento líquido	2,80	2,90

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívida (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme, detalhado nas notas explicativas nº 21 e nº 22.

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		1.567	-	-	-	-	1.567
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	8,05%	760.979	1.203.031	2.011.617	367.754	704.651	5.048.032
Instrumentos Financeiros Derivativos		(2.704)	(76.255)	-	-	-	(78.959)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Outros (*)		-	303.826	608.777	-	-	912.603
Total		759.842	1.430.602	2.620.394	367.754	704.651	5.883.243

Consolidado							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		1.651.179	-	-	-	95.943	1.747.122
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	5,70%	1.501.622	4.964.021	8.528.647	5.147.227	7.752.875	27.894.392
Instrumentos Financeiros Derivativos		(19.462)	(581.537)	(673.142)	(133.045)	(208.512)	(1.615.698)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Outros (*)		-	297.405	608.777	-	(52.394)	853.788
Total		3.133.339	4.679.889	8.464.282	5.014.182	7.587.914	28.879.604

(*) Inclui R\$1.125 de compromisso de recompra das ações integralizadas pelos empregados e aposentados das controladas ERO e EAC.

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com

Notas Explicativas

bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber das suas controladas distribuidoras de energia elétrica. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito conforme apresentado abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	295.037	68.423	2.083.902	663.103
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	2.228.585	2.486.362	2.138.021	2.373.194
Clientes, consumidores e concessionárias	6	43.470	40.640	4.577.807	4.834.041
Títulos de créditos a receber	7	25	76	23.799	26.573
Ativos financeiros setoriais líquidos	11	-	-	858.084	1.069.542
Ativo financeiro indenizável da concessão	15	-	-	5.384.431	5.130.960
Instrumentos financeiros derivativos	35	78.959	35.237	1.912.214	1.190.770

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 21, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste, BNDES, BDMG e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 30 de junho de 2020 com alta de 35,86% sobre 31 de dezembro de 2019, cotado a R\$5,746/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 30 de junho de 2020 era de 28,14%, enquanto em 31 de dezembro de 2019 foi de 10,37%. A taxa de câmbio do euro encerrou o período findo em 30 de junho de 2020 com alta de 35,83% sobre 31 de dezembro de 2019, cotado a R\$6,1539/Euro. A volatilidade do Euro era de 25,59% em 30 de junho de 2020.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 30 de junho de 2020, excluídos os efeitos dos custos a apropriar de R\$19.304.560 (R\$17.247.047 em 31 de dezembro de 2019), R\$3.922.720 (R\$3.745.298 em 31 de dezembro de 2019) estão representados em moedas estrangeiras conforme nota explicativa nº 21. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Notas Explicativas

Os empréstimos em moedas estrangeiras têm vencimento de curto e longo prazo (último vencimento em dezembro de 2023) e custo máximo de 4,58% ao ano mais variação cambial.

O balanço patrimonial da controladora e consolidado apresentam os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros e que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Ativo circulante	78.959	15.756	649.629	186.303
Ativo não circulante	-	19.481	1.262.585	1.004.467
Total do ativo	78.959	35.237	1.912.214	1.190.770
Passivo circulante	(303.826)	(350.243)	(346.035)	(466.128)
Passivo não circulante	(608.777)	(701.541)	(804.269)	(906.341)
Total do passivo	(912.603)	(1.051.784)	(1.150.304)	(1.372.469)

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge. No exercício de 2019, a Energisa reconheceu diretamente no seu Patrimônio Líquido redução de R\$6.362.

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados à moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
ENERGISA S/A					
Resolução 4131 - Itaú BBA	40.000	USD + 4,75%	CDI+1,28%	24/05/2021	Fair Value Option
ESE					
Resolução 4131 - Bank of America ML	34.321	(Libor + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,48%	29/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - JP Morgan	3.612	(LIBOR + 1,30%) x 117,647%	CDI + 0,85%	13/09/2021	Fair Value Option
EMG					
Resolução 4131 - Bocom BBM	15.503	USD + 3,70%	CDI + 0,27%	09/04/2021	Fair Value Option
EMT					
Resolução 4131 - Bank of America ML	17.000	USD + 3,33%	CDI + 2,60%	15/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.351	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.351	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	24.615	(Libor + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,43%	15/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - JPM	26.709	(LIBOR + 1,05%) x 117,65%	CDI + 1,33%	12/11/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	10.676	EUR + 0,81%	CDI + 0,85%	12/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	49.200	USD + 2,58%	CDI + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.598	(Libor + 0,60%) x 117,65%	CDI + 0,65%	13/02/2023	Fair Value Option
EMS					
Resolução 4131 - Citibank	14.429	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.429	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	11.314	EUR + 1,16%	CDI + 0,95%	09/05/2022	Fair Value Option
ETO					
Resolução 4131 - Citibank	11.196	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.196	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	31.032	(Libor + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,47%	29/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Itaú BBA	51.778	USD + 5,12%	CDI + 1,28%	01/06/2021	Fair Value Option
ESS					
Resolução 4131 - Citibank	6.857	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	6.857	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	19.704	(Libor + 1,20%) x 117,65%	CDI+ 0,80%	31/08/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	26.675	EURO + 0,853%	CDI + 0,95%	17/01/2023	Fair Value Option

Notas Explicativas

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Scotiabank	12.300	USD + 2,584%	CDU + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	24.432	EURO + 1,0235%	CDI + 0,85%	06/06/2022	Fair Value Option
EAC					
Resolução 4131 - Bank of America ML	79.186	EURO + 1,65%	CDI + 1,65%	13/12/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	6.405	EURO + 0,90%	CDI + 0,95%	15/12/2021	Fair Value Option
ERO					
Resolução 4131 - Scotiabank	12.300	USD + 2,58%	CDI + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	13.683	(Libor + 0,60%) x 117,65%	CDI + 0,65%	27/02/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	29.000	(Libor + 0,75%) x 117,65%	CDI + 0,65%	27/03/2023	Fair Value Option
ETE					
Resolução 4131 - Citibank	31.314	(Libor + 0,60%) x 117,65%	CDI + 0,65%	13/02/2023	Fair Value Option
ESOL					
Resolução 4131 - Bocom BBM	5.249	USD + 3,95%	CDI + 0,43%	01/03/2021	Fair Value Option
ECOM					
Resolução 4131 - Bocom BBM	6.081	(Libor + 0,56%) x 133,33%	CDI + 0,59%	19/09/2022	Fair Value Option

(*) Estas operações possuíam, originalmente, uma opção de compra com limitador atrelado ao swap. Estas operações foram revertidas, minimizando assim a exposição à variação do câmbio.

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Itaú BBA X EMT	81.885	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMT	73.494	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	10.544	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	1.965	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	3.657	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x EMT	385.000	IPCA + 5,08%	103,70 CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ETO	39.771	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ETO	35.696	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	9.526	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	1.775	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	3.304	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x ETO	240.000	IPCA + 5,08%	103,70 CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	24.647	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	18.397	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	22.121	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	16.511	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	8.580	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	1.599	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	2.977	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x ESS	70.000	IPCA + 5,08%	103,70 CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	10.762	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	2.006	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	3.733	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge

Notas Explicativas

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Itaú BBA x EMS	155.000	IPCA + 5,08%	103,70 CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMG	8.392	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMG	7.532	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	3.636	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	678	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	1.261	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x EMG	50.000	IPCA + 5,08%	103,70 CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EPB	15.173	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EPB	13.618	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	11.635	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	2.169	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	4.035	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Safra x EPB	135.000	IPCA + 5,08%	103,70 CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESE	9.333	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESE	8.376	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	7.126	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	1.328	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	2.472	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Safra x ESE	65.000	IPCA + 5,08%	103,70 CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Santander x ETE	75.500	IPCA + 4,92%	104,25% CDI	15/12/2025	Fair Value Hedge
Santander x ETE	51.462	IPCA + 5,14%	105,15% CDI	15/12/2028	Fair Value Hedge
Santander x ETE	123.038	IPCA + 4,98%	104,50% CDI	15/12/2025	Fair Value Hedge
Itaú x ERO	195.000	IPCA + 4,62%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
Itaú x ERO	130.000	IPCA + 4,62%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
Itaú x EAC	105.000	IPCA + 4,62%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
Itaú x EAC	70.000	IPCA + 4,62%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge

Adicionalmente, em 30 de junho de 2020 a companhia contratou Non Deliverable Forward (NDFs) para sua subsidiária, Alsol Energias Renováveis. Os valores aparecem discriminados abaixo:

Operação	Contratação			Vencimento
	Ativo	Notional (USD)	Valor fixo da operação	
ALSOL				
Santander x Alsol	USD @ 5,60	762	4.265	09/jul/20
Santander x Alsol	USD @ 5,60	506	2.832	14/jul/20
Santander x Alsol	USD @ 4,95	178	882	06/out/20
Santander x Alsol	USD @ 4,94	50	248	24/ago/20

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 30 de junho de 2020.

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Notas Explicativas

Controladora

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2020	31/12/2019		30/06/2020	31/12/2019
Dívida (Objeto de Hedge)	145.600	291.200	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(225.079)	(328.131)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	225.079	328.131
			Posição Passiva		
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)			Taxa de Juros CDI	(146.120)	(292.894)
	145.600	291.200	Posição Líquida Swap	78.959	35.237
			Posição Líquida Dívida + Swap	(146.120)	(292.894)

Consolidado

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2020	31/12/2019		30/06/2020	31/12/2019
Dívida (Objeto de Hedge)	2.319.714	2.319.714	Taxa Pré-Fixada	(2.783.887)	(2.766.464)
			Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	2.791.021	2.770.972
			Posição Passiva		
Swap de Juros (Instrumento de Hedge)	2.319.714	2.319.714	Taxa de Juros CDI	(2.356.876)	(2.384.197)
			Posição Líquida Swap	434.145	386.775
			Posição Líquida Dívida + Swap	(2.349.742)	(2.379.689)

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2020	31/12/2019		30/06/2020	31/12/2019
Dívida designada para "Fair Value Option"	2.716.190	3.318.610	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(3.905.093)	(3.742.978)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	3.913.220	3.742.978
			Posição Passiva		
Swap Cambial (Derivativo)	2.716.190	3.318.610	Taxa de Juros CDI	(2.731.667)	(3.337.056)
			Posição Líquida Swap	1.181.553	405.922
			Posição Líquida Dívida + Swap	(2.723.540)	(3.337.056)

O valor justo dos derivativos contratados pelas controladas em 30 de junho de 2020 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 21 e 22 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de junho de 2020, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(2.716.190)	Alta câmbio	(2.387.714)	(3.281.495)	(4.175.276)
Variação Dívida	-		328.476	(565.305)	(1.459.086)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	3.913.220		3.584.744	4.478.525	5.372.306
Variação - USD e LIBOR	-		(328.476)	565.305	1.459.086
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(2.731.667)		(2.731.667)	(2.731.667)	(2.731.667)
Subtotal	1.181.553		853.077	1.746.858	2.640.639
Total Líquido	(1.534.637)		(1.534.637)	(1.534.637)	(1.534.637)

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 30 de junho de 2020, o que é refletido no valor presente negativo de R\$1.534.637, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada) maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente negativo de R\$1.534.637, em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 30 de junho de 2020, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para dois cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(2.319.714)	Alta CDI	(2.319.714)	(2.319.714)	(2.319.714)
Swap Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	2.791.021		2.791.021	2.791.021	2.791.021
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(2.356.876)		(2.356.876)	(2.488.252)	(2.619.173)
Variação - Taxa de Juros CDI	-		-	(131.376)	(262.297)
Subtotal	434.145		434.145	302.769	171.848
Total Líquido	(1.885.569)		(1.885.569)	(2.016.945)	(2.147.866)

Notas Explicativas

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de junho de 2020 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 1,77%, SELIC = 1,76% TJLP = 2,48%, IPCA = 0,10%, TR = 0,00% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.016.829	Alta CDI	80.337	100.421	120.506
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(2.731.667)	Alta CDI	(54.633)	(68.291)	(81.950)
	(9.105.787)	Alta CDI	(182.116)	(227.645)	(273.174)
	(2.547)	Alta TJLP	(126)	(158)	(189)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.202.536)	Alta IPCA	(4.203)	(5.254)	(6.305)
	(694)	Alta SELIC	(14)	(18)	(21)
	(644.893)	Alta TR	-	-	-
Subtotal (2)	(16.688.124)		(241.092)	(301.366)	(361.639)
Total -perdas (2)	(12.671.295)		(160.755)	(200.945)	(241.133)

(1) Considera o CDI de 30 de junho de 2021 (2,0% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de junho de 2020, Selic 2,0% ao ano, TJLP 4,94% ao ano, TR 0,0% ao ano e IPCA 0,10% ao ano.

(2) Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$2.616.436.

c) Variação da curva de preço de energia

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar de 25% e 50% indicando a deterioração na situação financeira da controlada ECOM mediante o incremento na Curva Forward, sobre a parcela dos contratos futuros de compra e venda de energia elétrica afetada, após o impacto da marcação a mercado. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro antes dos tributos é afetado pelos contratos futuros de compra e venda de energia elétrica sujeitos a volatilidade da curva futura de energia, conforme demonstrado abaixo:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros:					
Contratos futuros de energia - Compra	(221.442)	Alta PLD	(10.418)	(13.023)	(15.627)
Contratos futuros de energia - Venda	280.257		17.867	22.334	26.801
Total Líquido - Cenário Alta PLD	58.815		7.449	9.311	11.174

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros:					
Contratos futuros de energia - Compra	(221.442)	Baixa PLD	8.336	10.420	12.504
Contratos futuros de energia - Venda	280.257		(17.867)	(22.334)	(26.801)
Total Líquido - Cenário Baixa PLD	58.815		(9.531)	(11.914)	(14.297)
Total			(2.082)	(2.603)	(3.123)

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia e suas controladas enfrentarem dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia e suas controladas monitoram o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, antecipando para futuras necessidades de caixa.

Notas Explicativas

36. Benefícios pós-emprego

36.1 Plano de Aposentadoria e Pensão

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, nas modalidades de benefício definido, contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a um plano de contribuição variável e plano de contribuição definida, estando apenas esse último aberto ao ingresso de novos participantes e os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

No período findo de 30 de junho de 2020, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$1.045 (R\$819 em 30 de junho de 2019) na controladora e R\$15.976 (R\$29.457 em 30 de junho de 2019), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do período no consolidado.

Em junho de 2020 foi revertido provisão anteriormente constituída no montante de R\$4.000, dos quais sendo, R\$2.000 da Companhia e R\$2.000 da controlada Energisa Minas, respectivamente, reconhecida na rubrica de despesas gerais e administrativas - benefícios pós emprego referente ao Fundo Sudeste por ter sido iniciado as compensações.

36.2 Prêmio e Gratificação de aposentadoria:

A Companhia e suas controladas EMG, ENF, Energisa Soluções S/A, ETO, ESE, ECOM, Energisa Planejamento e Parque Eólico Sobradinho, em Acordo Coletivo de Trabalho, concederam aos seus colaboradores, prêmio/gratificação por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

Na controlada ETO a gratificação varia de 2,0 a 5,5 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 5 anos e teto de 35 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida. Os colaboradores admitidos após 1º de maio de 1997, não terão direito à essa gratificação.

Na Companhia e demais controladas o referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida. Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

No período findo de 30 de junho de 2020, a despesa de manutenção do plano foi de R\$817 (R\$718 em 30 de junho de 2019) na controladora e R\$1.953 (R\$1.947 em 30 de junho de 2019) no consolidado, registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado.

36.3 Plano de saúde:

A Companhia e suas controladas mantém benefício pós emprego, assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela Seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro; e em função da sinistralidade, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice. As contribuições arrecadadas dos aposentados ativos, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas pela inflação INPC Saúde e pela Variação dos Custos Médicos e Hospitalares - VCMH.

As controladas EMG e a ESOL, possuem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários, a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

As controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS (Unimed Cuiabá, Central Nacional Unimed - CNU, Hapivida, São Francisco e SulAmérica). No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano conforme legislação, desde que assumam a totalidade do custeio.

No período findo de 30 de junho de 2020, as despesas com esse benefício foram de R\$2.508 (R\$2.061 em 30 de junho de 2019) na controladora e R\$50.046 (R\$43.295 em 30 de junho de 2019) no consolidado. Inclui R\$101 (R\$65

Notas Explicativas

em 30 de junho de 2019) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego na controladora e R\$4.412 (R\$3.038 em 30 de junho de 2019) no consolidado.

37. Compromissos - consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo:

(1) Venda de energia elétrica

	Contrato de venda de energia - reais mil					
	Vigência	2020	2021	2022	2023	Após 2023
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	2020 a 2031	317.415	366.068	192.596	132.774	184.826

(2) Compra de energia elétrica

	Contrato de compra de energia- reais mil (*)					
	Vigência	2020	2021	2022	2023	Após 2023
Energisa Nova Friburgo Distribuidora Energia S/A	2020 a 2030	41.452	82.954	92.418	95.165	749.018
Energisa Minas Gerais Distribuidora Energia S/A	2020 a 2054	177.285	356.569	354.744	389.504	5.619.638
Energisa Paraíba Distribuidora Energia S/A	2020 a 2054	372.344	731.772	622.959	677.672	12.465.371
Energisa Sergipe Distribuidora Energia S/A	2020 a 2054	263.075	512.912	467.184	524.244	9.077.490
Energisa Borborema Distribuidora Energia S/A	2020 a 2054	53.334	106.170	91.060	86.725	1.549.767
Energisa Mato Grosso Distribuidora Energia S/A	2020 a 2054	865.759	1.858.960	1.613.588	1.746.501	24.814.569
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	2020 a 2054	217.270	439.116	421.532	465.828	7.474.459
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora S/A	2020 a 2054	394.402	788.415	746.171	844.584	14.811.313
Energisa Sul - Sudeste Distribuidora Energia S/A	2020 a 2054	251.635	508.657	532.725	528.411	9.073.846
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	2020 a 2054	368.359	313.130	189.841	154.150	473.689
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	2020 a 2054	343.465	641.559	513.022	664.603	15.970.443
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	2020 a 2054	128.579	283.909	294.086	312.724	5.075.381
		3.476.959	6.624.123	5.939.330	6.490.111	107.154.984

(*) Não inclui os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

(3) Locação de áreas para a implantação de usinas

	Locação de áreas para a implantação de usinas					
	Vigência	2020	2021	2022	2023	Após 2023
Alsol Energias Renováveis S/A	2020 a 2029	1.824	2.053	2.053	2.053	12.317

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo em 30 de junho de 2020 e foram homologados pela ANEEL.

Notas Explicativas

38. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	30/06/2020	31/12/2019
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativos	253.958	1.023.482
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	9.667	232.689
Remuneração do ativo de contrato da concessão	42.530	281.229
Atividades operacionais		
Aquisição de intangível	117.703	208.078
Incorporação de redes - transferência para obrigações especiais	18.910	13.445
Outras contas a receber - Governo do Estado de Tocantins	-	35.571
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	2.140	68.727
Tributos a recuperar Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS	59.426	665.780
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	117.703	208.078
Obrigações especiais - transferência para incorporação de redes	-	35.571
Dividendos compensados Governo do Estado de Tocantins	-	33.333
Outros investimentos alienados para pagamento de empréstimos	-	68.727
Intangível - CPC 06 (R2)	2.140	68.727
Atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos com alienação de outros investimentos	-	(33.333)
Combinação de negócios		
Caixa e equivalente de caixa	-	11.739
Clientes, consumidores e concessionárias	-	28.407
Estoques	-	4.703
Tributos a recuperar	-	1.322
Créditos tributários	-	1.956
Outros créditos	-	5.654
Imobilizado, intangível e ativo contratual	-	11.095
Fornecedores	-	12.100
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	-	116
Arrendamentos operacionais	-	4.831
Impostos de renda e contribuição social diferido	-	1.385
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	-	2.177
Outros passivos	-	39.299
Tributos e contribuições sociais	-	2.910
Participação de acionistas não controladores	-	266

Notas Explicativas

39. Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do período atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação.

	30/06/2020	30/06/2019
Lucro líquido do período - controladora	468.442	82.569
Média ponderada em milhares de ações	1.814.562	1.814.562
Lucro líquido básico por ação - R\$	0,26	0,05
Lucro líquido do período - consolidado	493.732	119.914
Resultado da operação continuada:		
Acionistas da controladora	468.442	82.569
Acionistas não controladores	25.290	37.345
Lucro líquido do período - controladora	468.442	82.569
Média ponderada em milhares de ações	1.814.562	1.814.562
Efeito dilutivo bônus de subscrição conversíveis em ações e programa ILP	35.487	34.042
Lucro líquido básico diluído por ação - R\$ (*)	0,2532	0,0447
Lucro líquido do período - consolidado	493.732	119.914
Resultado da operação continuada:		
Acionistas da controladora	468.442	82.569
Acionistas não controladores	25.290	37.345

(*) Potencial efeito diluidor referente a bônus de subscrição e programa de remuneração variável (ILP).

40. Ataque cibernético

Os sistemas computacionais operacionais da Companhia e de suas controladas sofreram ataque cibernético em 28 de abril de 2020, deflagrado por hackers, tendo sido completamente superado e as ações de reforço a estruturas de tecnologia e neutralização de novas ataques cibernéticos foram implementados. A Companhia e suas controladas contrataram consultores especializados em mapeamento de soluções de tecnologia com expertise também em trabalhos forenses e até o momento não foi identificado “captura” de informações seja operacional ou financeira da Companhia e de suas controladas. Adicionalmente, ressalta-se que o evento não proporcionou qualquer impacto na elaboração das Informações financeiras trimestrais ora apresentadas.

41. Eventos subsequentes

41.1 Revisão tarifária - controlada indireta ETO

Em 03 de julho de 2020 a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.720 e Nota Técnica nº 109/2020-SGT/ANEEL homologou a 5ª revisão tarifária, em vigorar a partir de 04 de julho de 2020 da controlada indireta ETO.

O efeito médio a ser percebido pelos consumidores em relação à tarifa atualmente praticada será um aumento de 7,17%.

41.2 Reajuste tarifário - controlada indireta ESS

Em 07 de julho de 2020 a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.722 e Nota Técnica nº 114/2020-SGT/ANEEL, homologou reajuste tarifário, em vigorar a partir de 12 de julho de 2020 da controlada indireta ESS. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento médio de 4,87%.

Notas Explicativas

41.3 Empréstimo da CONTA COVID-19 - controladas distribuidoras de energia elétrica

Em 18 de maio de 2020, foi instituído pelo Decreto nº 10.350/2020 a criação da CONTA-COVID, sob a gestão da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), com a finalidade específica de contratar e liquidar operações de crédito, destinadas à cobertura total ou parcial, quais sejam: (i) efeitos financeiros da sobrecontratação de energia; (ii) saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA; (iii) neutralidade dos encargos setoriais; (iv) postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data; (v) saldo não amortizado da CVA reconhecida no último processo tarifário; (vi) saldo não amortizado de diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário; e (vii) antecipação do ativo regulatório relativo à Parcela B.

O principal objetivo da instituição da CONTA-COVID, decorrente da pandemia, foi postergar para até 5 anos os aumentos nas contas de energia que seriam cobrados em até 1 ano, e também, garantir a liquidez das concessionárias de distribuição que estão impactadas principalmente pela queda de demanda e inadimplência, blindando os demais agentes do setor elétrico, como já mencionamos anteriormente.

O Decreto nº 10.350/2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, define os critérios para o limite total de captação da operação de crédito destinada à CONTA-COVID, estabelecendo que a ANEEL levará em consideração as necessidades decorrentes do estado de calamidade pública. Para tanto, propõe-se que o limite seja calculado considerando as estimativas de redução de faturamento e de arrecadação e de possíveis diferimentos e parcelamentos de obrigações vencidas e vincendas relativas ao faturamento da demanda contratada para unidades consumidoras do Grupo A, adicionadas das postergações, até 30 de junho, de processos tarifários homologados e dos diferimentos reconhecidos ou revertidos e ainda não amortizados.

De acordo com o artigo 7º da Resolução Normativa ANEEL nº 885/2020, a CCEE é como o garantidor, bem como responsável por todo o processo da operacionalização da CONTA-COVID. Conforme art. 8 da Resolução Normativa os repasses efetuados pela CONTA-COVID às Concessionárias irão gerar um Contas a Receber na CCEE vinculado ao fundo CDE que será o devedor, e não diretamente das Concessionárias.

Os valores da CONTA-COVID serão incluídos na cobertura tarifária das distribuidoras a partir dos processos tarifários de 2021 e permanecerão pelo tempo necessário de amortização integral das operações financeiras.

Por conta disto as controladas distribuidoras de energia elétrica, protocolaram em 03 de julho de 2020, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da CONTA-COVID no valor máximo de R\$1.359.388, dos quais R\$5.461 correspondem ao diferimentos e parcelamentos da demanda contratada do Grupo A, R\$121.089 de antecipação do ativo financeiro setorial relativo a Parcela B e R\$1.232.838 destinados a cobertura total dos demais itens constantes.

Segue os valores contratados pelas controladas:

Controladas	Parcelamentos de demanda (grupo A)	Adiantamento parcela B	Ativo financeiro setorial	Total	Entrada de recursos - 31/7/2020 (*)	Entrada de recursos - 12/8/2020 (**)	Estimativa de entrada de recursos - setembro/2020 a janeiro/2021
Energisa Mato Grosso	-	-	377.985	377.985	206.454	31.347	140.184
Energisa Mato do Grosso do Sul	-	-	296.268	296.268	231.491	24.574	40.203
Energisa Tocantins	-	-	36.560	36.560	23.162	4.046	9.352
Energisa Sul Sudeste	-	-	97.396	97.396	97.396	-	-
Energisa Paraíba	-	-	86.992	86.992	61.996	11.637	13.359
Energisa Sergipe	-	-	46.995	46.995	46.995	-	-
Energisa Minas Gerais	-	-	49.949	49.949	49.315	634	-
Energisa Borborema	-	-	13.158	13.158	5.795	1.404	5.959
Energisa Nova Friburgo	-	-	6.963	6.963	6.738	225	-
Energisa Rondônia	3.964	71.410	205.425	280.799	201.402	8.011	71.386
Energisa Acre	1.497	49.679	15.147	66.323	66.323	-	-
Total	5.461	121.089	1.232.838	1.359.388	997.067	81.878	280.443

Notas Explicativas

(*) Despacho ANEEL nº 2.177, de 24 de julho de 2020 e

(**) Despacho ANEEL nº 2.353, de 11 de agosto de 2020.

41.4 Antecipação de dividendos do exercício de 2020 - Controladora

O Conselho de Administração da Energisa S/A aprovou em 13 de agosto de 2020, a distribuição de dividendos intermediários à conta dos resultados do período findo em 30 de junho de 2020, no montante de R\$101.615, o que equivale a R\$0,28 por Units e R\$0,056 por ação ordinária ou preferencial. Esses dividendos serão pagos à partir do dia 26 de agosto de 2020 e fazem jus aos dividendos os acionistas da Companhia detentores de ações em 18/08/2020, respeitadas as negociações em Bolsa até aquela data.

41.5 Antecipação de dividendos do exercício de 2020 - Controladas

O Conselho de Administração da Energisa S/A aprovou em 13 de agosto de 2020, a distribuição de dividendos intercalares apurados com base no balanço patrimonial das controladas de 30 de junho de 2020 e de reservas de lucro, conforme segue:

Controladas	Valor dividendos	Valor por ação R\$	Data pagamento
Intercalares:			
Rede Energia participações S/A	196.260	0,093000 ON	A partir de 26 de agosto de 2020
Energisa Participações Minoritárias S/A	104.189	0,1460734451700 ON 0,5657205878900 PN	A partir de 25 de agosto de 2020
Rede Power do Brasil S/A	20.000	76,078200 ON	A partir de 14 de agosto de 2020
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	122.555	157,819700 ON	A partir de 14 de agosto de 2020
Reservas de Lucro			
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	14.827	19,093800 ON	A partir de 14 de agosto de 2020

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Energisa S.A.

Cataguases – MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Energisa S.A. (“Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 2020.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC - 2SP 015.199/O-6

Roberto Cesar Andrade dos Santos

Contador CRC - 1RJ 093.771/O-9

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Energisa S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras do período de 1º de janeiro de 2020 a 30 de junho de 2020

Os diretores da Energisa S.A. abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 13 de agosto de 2020.

Ricardo Perez Botelho

Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo

Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo

Diretora de Gestão de Pessoas

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Energisa S.A. sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Energisa S.A. abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 13 de agosto de 2020.

Ricardo Perez Botelho

Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo

Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo

Diretora de Gestão de Pessoas